

Politécnico do Porto
Escola Superior de Media Artes e Design

Diogo Miguel Oliveira Couto

Design Mobiliário Urbano:
Intervenção e Revitalização do Jardim de São Lázaro

Trabalho de Projeto
Mestrado em Design
Orientação: Professor Rui Miguel Pereira Alves

Vila do Conde, junho de 2018

Diogo Miguel Oliveira Couto

Design Mobiliário Urbano:

Intervenção e Revitalização do Jardim de São Lázaro

Trabalho de Projeto

Mestrado em Design

Orientação: Professor Rui Miguel Pereira Alves

Membros do Júri

Presidente

Professor Vitor Manuel Quelhas Alves de Freitas

Escola Superior de Media Artes e Design

Professor Doutor Afonso Nuno Ramalho de Pinho Borges

Universidade da Beira Interior

Professor Doutor Rui Miguel Pereira Alves

Escola Superior de Media Artes e Design

Vila do Conde, junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Com a aspiração a realização pessoal, bem como a consolidação de um perfil profissional na área do design provida de sólidas referências intelectuais e práticas, encaramos o Mestrado como etapa indispensável ao percurso.

Para a elaboração deste projeto, culminando na finalização desta etapa, o apoio de várias pessoas foi essencial ao longo de todo o processo. Como tal, começo primeiramente por agradecer ao Professor Rui Alves, pela disponibilidade no trabalho de orientação, revisão e profissionalismo durante a elaboração desta dissertação, numa partilha de conhecimentos, auxílio e sugestões durante o desenvolvimento das diversas etapas deste projecto.

À minha família pelo imensurável carinho, apoio e sobretudo incentivo, bem como aos meus amigos, pela constante amizade, encorajamento e presença em horas de trabalho.

A todos os inquiridos que me presentearam com seu tempo e generosidade na partilha das suas vivências e histórias.

Por fim agradeço a todas as pessoas que directa ou indirectamente contribuíram ao longo da minha vida para chegar a este lugar.

RESUMO ANALÍTICO

Este projeto visa contribuir para uma reflexão da importância que os espaços públicos tiveram durante o seu aparecimento em meados do século XIX, não somente no desenvolvimento das zonas urbanas, bem como na relevância e mérito que obtiveram na criação da sociedade vivida atualmente. Através desta contextualização histórica é refletido e questionado sobre os usos dados no presente nestes que são verdadeiros oásis verdes em cidades cada vez mais lotadas, em que a vida agitada de quem nela habita, contrasta com a degradação e despovoamento de espaços como o Jardim de São Lázaro, no Porto.

Qual o futuro dos jardins urbanos quando as gerações que deles ainda usufruem não existirem mais?

Na necessidade de discussão do problema de despovoamento cada vez mais notório de espaços como o Jardim de São Lázaro que ficam esquecidos e isolados em cidades cada vez mais povoadas, estratégias devem ser repensadas de modo a catalizar e rejuvenescer estes que começam a tornar-se fantasmas verdes em todas as cidades em que praticamente existem.

O Design surge assim no projeto como aliado ao desenvolvimento de espaços, contribuindo como chamamento para a interatividade e emoção. A temática deste trabalho centra-se na capacidade de influência que o equipamento de mobiliário urbano tem na transformação de um espaço público, através do impacto na perceção da imagem criada para com o utilizador. Através de um vasto enquadramento histórico e pesquisa direcionada, é dado o mote para a segunda parte do projeto, onde através de um processo evolutivo de ideias e conceitos, a mesma culmina na conceção de diversas peças de mobiliário urbano, na tentativa de corresponder e responder às necessidades abordadas por cidadãos e novos visitantes, de modo a revitalizar e criar novos hábitos de usufruo do Jardim de São Lázaro.

Palavras-chave: Espaço Público; Jardim Público; Espaço Urbano; Revitalização; Mobiliário Urbano.

ABSTRACT

This project intends to reflect on the importance public spaces had on their appearance in the mid-XIX century, not only through the development of urban areas but also by the relevance and merit gained on the today's society birth.

Throughout a historical contextualization, the author reflects on nowadays' usage of these green oasis in crowded cities, on which the hectic life of its inhabitants contradicts the degradation and depopulation of urban spaces such as São Lázaro Garden in Porto.

Which might be the future of urban gardens for generations to come?

Sensing the need of bringing to the discussion the increasing neglect and isolation on these spaces, such as São Lázaro Garden, strategies must be designed in order to catalyze and renew them.

Design discipline appears as an ally of spaces development, enhancing interaction and user's emotions. Therefore, the project's theme focuses on the possible influence that urban furniture and equipment might have on public spaces transformation and imagistic perception by the user.

Combining the historical context, and directed research, the author took a step into an evolutive idea and concept generation process. This led to an urban furniture proposal, composed of many pieces of equipment, aimed to fulfill users and visitors studied needs.

Keywords: Public Space; Public Garden; Urban Space; Revitalization; Urban Furniture.

ÍNDICE

Lista de figuras.....	8
Introdução.....	13

PARTE I

Capítulo 1 Contextualização Histórica	17
1. Despovoamento e surgimento do centro urbano.....	18
2. Desenvolvimento e crescimento dos centros urbanos.....	23
3. Surgimento e importância dos espaços verdes e passeios públicos.....	29
Capítulo 2 Enquadramento Histórico de São Lázaro e Mobiliário Urbano.....	34
1. Jardim de São Lázaro.....	35
2. Espaço público mobilado e equipado.....	43
3. Mobiliário urbano.....	44
4. Tipologias do mobiliário urbano.....	46
4.1 Banco Público.....	50
4.2 Iluminação.....	52
4.3 Coreto.....	56
4.4 Água.....	59
4.5 Papeleira.....	62
5. Conclusão de estudo de São Lázaro e introdução ao projecto.....	63

PARTE II

Capítulo 1 Início da Proposta.....	69
1. Motivação.....	70
2. Objectivos.....	70
3. Metodologias.....	71
4. Estado de Arte - Mercado Concorrencial.....	72
5. Introdução Projetual.....	82
6. Público alvo.....	85
7. Pesquisa.....	88
7.1 Depoimentos reais.....	90
7.2 Brainstorming.....	97

Capítulo 2 Proposta de Intervenção	100
1. Conceito e missão.....	101
2. Processo evolutivo.....	105
3. Esboços e conceito.....	108
4. Memória ilustrativa, descritiva e justificativa.....	111
4.1 Banco.....	111
4.2 Suporte bicicleta.....	121
4.3 Papeleira.....	127
4.4 Bebedouro.....	135
5. Conclusão.....	142

PARTE III

Capítulo 1	147
1. Referências bibliográficas.....	147
Capítulo 2	152
2. Links úteis	152

PARTE IV

Capítulo 1	154
1. Anexos de esboços.....	154
2. Anexos de inserções no espaço.....	158
3. Anexos de desenhos técnicos.....	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira de velharias no Jardim Basílio Teles (Matosinhos).....	17
Figura 2 - Thomas Robert Malthus, economista. Surrey, Inglaterra (14 de fevereiro de 1766 – 23 de dezembro de 1834).....	19
Figura 3 - “Homem do gás”, acendendo os candeeiros da Praça do Comércio, em finais do séc. XIX. (Lisboa).....	26
Figura 4 - Fotografia da Praça do Rossio em construção, datada de 1872 (Lisboa).....	29
Figura 5 - Figura ilustrativa do plano de Loudon para a cidade de Londres, do seu livro “Hints for Breathing Places for Metropolis”.....	32
Figura 6 - Jardim de São Lázaro. Foto tirada por volta de 1905, da autoria de Alberto Ferreira (Porto).....	33
Figura 7 - São Lázaro, 1950, arquivo fotográfico do jornal “ <i>O Primeiro de Janeiro</i> ” (Porto)	36
Figura 8 - Jardim de São Lázaro, no início do século XX (1905), num postal da época (Porto).....	38
Figura 9 - Planta da Praça de S. Lázaro 1834; Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Porto).....	39
Figura 10 - Jardim de São Lázaro. Foto tirada por volta de 1905, da autoria de Alberto Ferreira (Porto).....	40
Figura 11 - Postal do Jardim de São Lázaro, editado por Leopoldo Wagner (Arquivo Municipal do Porto).....	41
Figura 12 - Ilustração das instalações da Fundação de Massarellos, propriedade da Companhia Aliança (Porto).....	47
Figura 13 - Documento histórico de 25 de Junho de 1901, identificativo de obra entregue à Fundação de Massarellos, propriedade da Companhia Aliança (Arquivo Municipal do Porto).....	47
Figura 14 - Imagens de bancos existentes no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto).....	50
Figura 15 - Imagens de candeeiros existentes no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto).....	51
Figura 16 - Documentos de projeto de candeeiros desenhados e instalados na cidade do Porto (Arquivo Municipal do Porto).....	52
Figura 17 - Imagem de coreto instalado e presente no Jardim de São Lázaro; Autoria pró-	

pria, Outubro de 2017. E Documento de projecto de coreto; Arquivo Municipal do Porto	55
Figura 18 - Documento do Município do Porto de orçamento de construção de coreto no Jardim de São Lázaro, na freguesia de Santo Ildefonso (Arquivo Municipal do Porto)	57
Figura 19 - Imagens de bebedouros existentes no Jardim de São Lázaro e seu produtor, Fundação de Massarellos; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto).....	59
Figura 20 - Imagem de lago existente no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto).....	60
Figura 21 - Imagem de papelreira existente no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017. E Imagem de papelreira da cidade do Porto no séc XIX; (Arquivo Municipal do Porto).....	61
Figura 22 - Fotografia de tráfego adjacente ao Jardim de São Lázaro no séc. XX (Porto)	65
Figura 23 - Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto).....	68
Figura 24 - Moodboards de pesquisa projetual.....	70
Figura 25 - Linha de mobiliário urbano SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA.....	72
Figura 26 - Pormenores de linha de mobiliário urbano SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA.....	73
Figura 27 - Coleção de depósitos de reciclagem BIRDIE, do estúdio de design SKAPA	74
Figura 28 - Coleção de depósitos de reciclagem KITE, do estúdio de design SKAPA. E Coleção de depósitos de reciclagem SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA.....	74
Figura 29 - Banco público DRIP DROP, do estúdio de design IDesign.....	75
Figura 30 - Banco público DRIP DROP, do estúdio de design IDesign.....	76
Figura 31 - Banco público STICKS, do estúdio de design IDesign.....	76
Figura 32 - Banco público da linha RUA, da empresa portuguesa Larus.....	77
Figura 33 - Banco público da linha Y, e banco público da linha Axis Bold, da empresa portuguesa Larus.....	78
Figura 34 - Banco público da linha Arc, e banco público da linha Arqui, da empresa portuguesa Larus.....	78
Figura 35 - Banco público da linha Zig, da empresa portuguesa Ieta Design.....	79
Figura 36 - Bebedouro público TRAÇO A1, e Parque bicicletas público CUBIC R1, da empresa portuguesa Ieta.....	80
Figura 37 - Papelreira pública IZATO P1, e Cinzeiro público CUBIC C1, da empresa portu-	

guesa Ieta.....	80
Figura 38 - Utilizador do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	85
Figura 39 - Utilizador do Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	87
Figura 40 - Jogadores no Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	89
Figura 41 - Utilizadores do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	94
Figura 42 - Jogadores no Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	95
Figura 43 - Jogadores no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	97
Figura 44 - Exemplo de exercício de brainstorming.....	98
Figura 45 - Utilizadores do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	99
Figura 46 - Ilustração de área de utilização projetual.....	102
Figura 47 - Jogadores no Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017 (Porto)	103
Figura 48 - Estudos de formas através de sketching.....	104
Figura 49 - Imagens ilustrativas de linhas retiradas de banco existente em São Lázaro (Porto)	106
Figura 50 - Modelação 3D de estudos de forma.....	108
Figura 51 - Modelação 3D de estudos de forma.....	109
Figura 52 - Vistas de Banco PARKLIFE.....	111
Figura 53 - Vistas de Banco PARKLIFE.....	112
Figura 54 - Vistas de Banco PARKLIFE.....	113
Figura 55 - Vista de Banco PARKLIFE.....	113
Figura 56 - Vista de Iluminação projetada do Banco PARKLIFE.....	114
Figura 57 - Vista de Iluminação projetada do Banco PARKLIFE.....	114
Figura 58 - Vista de base do Banco PARKLIFE.....	115
Figura 59 - Inserção de Banco PARKLIFE no espaço.....	115
Figura 60 - Vistas de formatos do Banco PARKLIFE.....	116
Figura 61 - Vistas de formatos do Banco PARKLIFE.....	117
Figura 62 - Escala humana e dimensões gerais do Banco PARKLIFE.....	118

Figura 63 - Esboços de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	120
Figura 64 - Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	121
Figura 65 - Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	122
Figura 66 - Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	123
Figura 67 - Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	123
Figura 68 - Inserções de Suporte de Bicicleta PARKLIFE no espaço.....	124
Figura 69 - Escala humana e dimensões gerais de Suporte de Bicicleta PARKLIFE.....	125
Figura 70 - Esboços de Papeleira PARKLIFE.....	126
Figura 71 - Vista de Papeleira PARKLIFE.....	127
Figura 72 - Vistas e adaptações de Papeleira PARKLIFE.....	129
Figura 73 - Vista de Papeleira PARKLIFE.....	130
Figura 74 - Vista de Papeleira PARKLIFE.....	130
Figura 75 - Inserção de Papeleira PARKLIFE no espaço.....	131
Figura 76 - Vistas de Papeleira PARKLIFE.....	132
Figura 77 - Escala humana e dimensões gerais de Papeleira PARKLIFE.....	133
Figura 78 - Esboços de Bebedouro PARKLIFE.....	134
Figura 79 - Vistas de Bebedouro PARKLIFE.....	135
Figura 80 - Vistas de Bebedouro PARKLIFE.....	137
Figura 81 - Vista de Bebedouro PARKLIFE.....	138
Figura 82 - Inserção de Bebedouro PARKLIFE no espaço.....	139
Figura 83 - Vistas de Bebedouro PARKLIFE.....	139
Figura 84 - Escala humana e dimensões gerais de Bebedouro PARKLIFE.....	140
Figura 85 - Vistas de linha PARKLIFE completa.....	142
Figura 86 - Vistas de linha PARKLIFE completa.....	143
Figura 87 - Poster de linha PARKLIFE completa.....	145

DESIGN MOBILIÁRIO URBANO

INTERVENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO JARDIM DE SÃO LÁZARO



INTRODUÇÃO

No panorama atual é cada vez mais importante reabilitar património, seja ele histórico ou não, de modo a relatar as vivências de uma sociedade e da própria cidade.

Numa sociedade atual que caminha a passos largos para uma monopolização quase completa da sua população, graças à migração para os grandes centros urbanos, verifica-se no seio dos mesmos uma crescente escassez de preocupação para com os passeios públicos e espaços verdes que neles também habitam. Este contexto urbano em que vivemos, caracterizado por um clima frenético em que privilegia o individualismo e indiferença graças à industrialização, pondo de parte muitas vezes valores tão importantes como a valorização dos espaços e das relações interpessoais, faz com que o espaço público perca continuamente as suas características passadas que permeavam, acima de tudo, relações de proximidade.

Vidas agitadas, rotinas incompatíveis com descanso e lazer, criam o período a que assistimos de uma rápida degradação de verdadeiros templos históricos nos centros das cidades como são os jardins públicos. Em Portugal, quem por eles passa diariamente, é com grupos de terceira idade que se depara, confraternizando durante longas tardes, em redor de um jogo de cartas ou puramente recordações, dando neste momento a única vida ativa que ainda existe nestes espaços.

Qual o futuro dos jardins urbanos quando estas gerações não existirem mais?

É necessário discutir e pensar o problema do despovoamento que cada vez mais é notório destes locais, dentro de cidades cada vez mais povoadas. Repensar estratégias de modo a catalisar e rejuvenescer estes, que começam a tornar-se fantasmas verdes em todas as cidades em que praticamente existem, repensando igualmente se o uso dado atualmente, se prevê vantajoso e útil para as gerações futuras. Procurar clarificar e transpor através de diferentes registos, como são ou não vistos pela sociedade e pela própria cidade onde se inserem, tornando-se o primeiro passo para a compreensão do problema do afastamento das pessoas destes locais. Deste modo, pretende-se que o público “viva” mais a cidade, crie laços e experiências, e assim se aperceba da reciprocidade entre o espaço urbano e o transeunte, mediante a recorrência à experiência como meio comunicativo que poderá potencializar um melhor relacionamento entre a cidade e o seu habitante.

O Design surge neste projeto como aliado ao desenvolvimento destes espaços, contribuindo como chamamento para a interatividade, a emoção, a comunicação e sobretudo inovação da globalidade da experiência que os mesmos oferecem à população. Através da especificação de um só espaço, como exemplo prático para a revolução dos demais existentes, foi necessário antever a mudança de gerações, ideais e acima de tudo de costumes, para que se desse uma intervenção que resultasse na melhor recuperação possível.

A temática deste trabalho centra-se na capacidade de influência que o equipamento de mobiliário urbano tem na transformação de um espaço público, através do impacto na perceção da imagem criada para com o cidadão, local ou visitante.

Estruturou-se uma metodologia de investigação com uma forte componente histórica exploratória, capaz de resultar em propostas de produto esclarecidas, alicerçadas em técnicas, tipologias mas sobretudo “cenários” que satisfaçam os demais alvos estudados. O projeto encontra-se então dividido em duas partes. A primeira, mais teórica, englobando o enquadramento deste tema na revisão literária, através da contextualização histórica. Qual o papel destes jardins na sociedade e cultura existente aquando da sua criação, analisando ao pormenor o jardim de São Lázaro, espaço eleito para o desenvolvimento da proposta, graças ao enorme peso histórico na cidade do Porto, pela sua localização e experiências pessoais vividas no mesmo, que fizeram deste o espaço ideal para análise.

O breve enquadramento do abundante mobiliário histórico urbano e vasta riqueza dos seus pormenores e ornamentos instalados no espaço viriam a anteceder a segunda parte do projeto. Após uma alargada investigação, que garantisse as bases necessárias para a formação de um produto que correspondesse às necessidades encontradas, muito graças igualmente aos depoimentos reais e registos locais, estudos foram iniciados. Ambiciona-se que esta investigação colabore com a fase prática e técnica de desenvolvimento de objetos e reflita os anseios de um usuário, que busca um produto produzido de forma socialmente responsável, capaz de se identificar estética e emocionalmente.

Na segunda parte do projeto é então dado o início à concretização da solução de intervenção no jardim, através de um processo evolutivo de ideias e conceitos, culminando em diversas peças de mobiliário urbano, mais cómodo e atuais.

O projeto pretende, em súpula, realçar os aspetos positivos dos jardins urbanos, completando-os na tentativa de eliminar outros menos positivos, de modo a proporcionar o ambiente ideal e garantir uma maior comodidade e conforto aos utilizadores diários para uma total recuperação e revitalização não somente de São Lázaro mas todos os jardins que se encontrem na mesma situação descrita ao longo do plano.

PARTE I

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA



Figura 1. Feira de velharias no Jardim Basílio Teles

1. DESPOVOAMENTO E SURGIMENTO DO CENTRO URBANO

MIGRAÇÕES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SURGIMENTO DOS CENTROS URBANOS A NÍVEL NACIONAL E COMPARAÇÃO COM A REALIDADE EUROPEIA

Existem, quando estudamos o desenvolvimento da vida humana e o seu crescimento como população e fases de vida, momentos que se destacam em toda a sua história. Pela velocidade das transformações sem precedentes, um dos mais importantes e sem dúvida imponentes que mudaram em todas as formas o modo de vida e que marca uma diferença abismal entre esse período e os anos após, é a Revolução Industrial.

O registo populacional ultrapassa o primeiro Bilião em meados da segunda década do século XIX, e o segundo surge num ápice, apenas um século mais tarde.

Analisando este crescimento, desmedido e incontrolável, é rápida a conclusão do acontecimento após o período da revolução industrial, sendo que no século XX, os índices populacionais acentuam-se ainda mais.

Toda esta explosão de natalidade versus mortalidade, onde pela primeira vez existe um claro afastamento entre ambas, deve-se, entre outros, aos avanços da medicina, melhorias nas condições de vida ao nível da higiene, aumento e desenvolvimento da produção de alimentos que ajudam a explicar este fenómeno. Desde o início da jornada da humanidade que a espécie foi ganhando novos membros, sendo que nenhum outro momento da história foi tão decisivo neste processo quanto este.

Este aceleramento brusco do processo de explosão populacional mundial, suscitou em muitos o interesse pela busca de respostas para este fenómeno. Cientistas e estudiosos procuraram explicação ao que começariam por perceber como problema, aquando as quantidades começavam a tornar-se cada vez maiores. Posto isto, o economista Thomas Robert Malthus considera que, ainda em finais do século XVIII, já deveria existir um controlo da natalidade, anunciando a sua teoria da população que demonstra a inutilidade de qualquer lei para assistência a pobres.

Era sobretudo junto das classes sociais mais pobres que esse crescimento se verificava, sempre que uma região beneficiava com o crescimento Industrial, onde o desem-

prego acabava por ser consequência dos enormes êxodos rurais. Malthus acreditava que havendo um maior controlo dos nascimentos, principalmente junto dos mais pobres, epidemias e até mesmo conflitos poderiam ser evitados, sobretudo por uma causa comum, os alimentos. A sua teoria refere que a propagação populacional se desvia do crescimento da produção alimentar, onde numa rápida conclusão calculada através do seu modelo matemático, em apenas dois séculos o mundo iria sucumbir numa escassez alimentar incalculável em comparação ao número de pessoas a alimentar.



Figura 2. Thomas Robert Malthus, economista. Surrey, Inglaterra (14 de fevereiro de 1766 – 23 de dezembro de 1834).

É de certa forma um pensamento algo redutor quando passados dois séculos compreendemos, mesmo através de teorias mais recentes, o desfasamento idealizado por Malthus para os tempos que vivemos atualmente.

“A sociedade do absolutismo terá um enorme movimento com a mudança de regime político e com as mudanças estruturais da sociedade, derivadas daquilo que se irá chamar Revolução Industrial, com o precedente das revoluções políticas que acabaram com o Antigo Regime.” (Ana Martins; 2005; p. 32) Foi sobretudo graças aos largos anos de aproveitamento indevido dos países mais desenvolvidos junto daqueles menos enriquecidos que as diferenças acabaram por ser mais notórias e compreensível o enorme êxodo praticado pelos mais pobres para os grandes centros de desenvolvimento, neste caso, o industrial. Tudo isto ajudou a que as cidades passassem a ser grandes pontos de aglomeração populacional.

“A nova sociedade que surge com as revoluções política e industrial de finais do séc. XVIII, vai requerer um novo tipo de cidade que responda quer aos problemas de habitação, provocados pelos processos migratórios do campo para a cidade, quer às necessidades de instalação dos novos sistemas fabris...” (Ana Martins; 2005; p. 32)

O século XIX foi o século do crescimento urbano. As cidades, sobretudo na Europa, cresceram a um ritmo muito superior ao de outras regiões, onde as periferias fabris deram lugar a habitações para os trabalhadores e as suas famílias que vinham de toda a parte do continente e do mundo. À medida que aumentava o número de habitantes, Leonardo Benevolo refere, na sua obra “As origens da urbanística moderna” de 1987, que muda a sua distribuição no território como efeito das transformações económicas, alterando bruscamente o antigo equilíbrio entre cidade e campo. “A indústria têxtil tinha portanto de abandonar a antiga organização dispersa e concentrar-se em grandes oficinas onde pudesse dispor da necessária força motriz, primeiro próximo dos cursos de água e depois das minas de carvão”. Esta concentração de grandes centros fabris atraía famílias dos distritos agrícolas, que se “transferiram de casas isoladas do campo para os bairros compactos construídos nas proximidades das oficinas”. (Leonardo Benevolo; 1987; p. 14)

“Este quadro caótico vai sendo continuamente alterado pelo dinamismo dos seus próprios factores: as oficinas transformam-se e ampliam-se, as casas são demolidas e reconstruídas, as orlas da cidade avançam para o campo sem se ordenarem num equilíbrio

definido”.

Deste modo, começa a surgir em grande escala uma manifestação clara de carência de novos locais de fixação para aqueles que afluíam em aglomerados industriais, alojando-se nos espaços vazios disponíveis, ou em novos bairros erguidos na periferia.

“A construção das novas casas ou a adaptação das existentes era obra de especuladores privados, e devido ao jogo da concorrência, a qualidade dos alojamentos, tal como o valor dos salários ou a extensão dos horários de trabalho na oficina, era quase em toda a parte a pior que as famílias operárias estavam dispostas a suportar”. (Leonardo Benevolo; 1987; p. 33)

Sendo uma das características da vida moderna a sua constante mobilidade, grandes fluxos migratórios passaram a ser hábito de quem procurava melhores comodidades e modernidades, ou simplesmente pelo fascínio que a vida citadina proporcionava. Deste modo, Benevolo acrescenta que nasciam assim, “improvisadamente, novas cidades, e muitas das cidades antigas cresceram desmedidamente”.

Somente Londres apresentou um crescimento de 4 milhões de pessoas em apenas em 100 anos. [1] Uma industrialização também da própria vida, onde existiram grandes alterações económicas e sociais, em que muitos procuravam apenas um emprego, atraídos pelos salários das grandes indústrias.

Este rápido crescimento urbanístico, ainda que mais contido em comparação a países como a Inglaterra e Estados Unidos, também foi notório em Portugal. A nível industrial jamais se poderia exercer a comparação do crescimento do Grande Porto e Lisboa, Braga Guimarães, Barreiro e Setúbal com cidades Inglesas ou Alemãs, no entanto, apesar do ritmo mais lento de evolução, existiram mudanças políticas para um maior aproveitamento do território nacional.

Maior aposta na agricultura, desenvolvimento de atividades mineiras, metalurgia e metalomecânica, deram ao país uma falsa perceção de acompanhamento dos tempos e movimentos que surgiam no exterior, mas que conseguiram elevar Portugal no seu interior para uma nova era de desenvolvimento.

[1]. “Manchester, que em meados do século XVIII era uma aldeia de 12 000 habitantes, transforma-se em 1800 numa cidade de 95 000, e em 1850 atinge os 400 000 habitantes; entre meados dos anos 700 e dos anos 800, Glasgow passou de 30 000 para 300 000 habitantes, e Leeds de 17 000 para 170 000 (P. Lavedan; Histoire de l’Urbanisme; vol III; Paris 1958).” (Leonardo Benevolo; 1987; p. 18)

“Entretanto, devido às exigências do comércio e especialmente para o transporte das mercadorias pobres e pesadas como o carvão e os minerais ferrosos, foi renovada as redes das vias de comunicação. É em função da nova rede de transportes e do movimento comercial sempre em expansão que convém interpretar o crescimento sem precedentes de algumas cidades, para onde convergiam as vias comerciais e onde se concentravam as alavancas de comando, financeiras e administrativas, da nova economia.”

(Leonardo Benevolo; 1987; p. 20)

Novas estradas e caminhos férreos passaram a ligar o país num reduzido horário de viagem, que não só se transformou ao nível das atividades praticadas e construções, como também na própria sociedade da época, com uma “nova organização social”.

Ainda que a riqueza continuasse a ser indevidamente distribuída, com o povo português a continuar a ser mal pago, leis protecionistas foram criadas e também as altas classes do clero e nobreza sofreram cortes e uma sociedade mais justa começava a ser alvo dos sonhadores.

2. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DOS CENTROS URBANOS

EXPANSÃO DEMOGRÁFICA DAS CIDADES PORTUGUESAS

Áqueles que emigraram para o Brasil, Estados Unidos e Europa Central, sobram os que viram nas grandes cidades como o Porto e Lisboa, uma alternativa à vida de miséria que levavam nos campos dependentes das terras de burgueses e dos seus salários impróprios para uma vida que pouco passaria de sobrevivência.

“Portugal permanecia, no princípio do século XX, um país de industrialização tardia, com os seus setores tradicionais a dominarem a atividade industrial nacional (...) No entanto, apesar deste relativo atraso, o desenvolvimento industrial em Portugal provocava, mesmo assim, a concentração populacional nas cidades e a urbanização dos territórios, com crescente especialização funcional dos espaços urbanos...”

(Adriano Zilhão; 2015, p. 51)

As cidades eram ainda por esta altura, bastante antigas, e rapidamente se viram apertadas nos seus limites mais históricos como as muralhas, que “iniciadas, por razões defensivas, em 1355 e concluídas em 1370, as muralhas designadas de fernandinas, delimitavam, no século XIV, a área urbana da cidade...” (Adriano Zilhão; 2015, p. 13) do Porto. “Apartir do século XVII, o burgo extravasou os seus limites...” (Helder Pacheco; 1984; p. 150), “de facto, o perímetro urbano muralhado do Porto já se vinha revelando incapaz de conter a pressão do crescimento demográfico da cidade medieval...” (Adriano Zilhão; 2015, p. 17) e a expansão foi naturalmente desmedida e pouco calculada em espaços quase sempre desprovidos de bens essenciais actuais como o saneamento, limpeza e distribuição de água.

“Com o crescimento extra muros da cidade do Porto, já no século XVII desenvolveram-se iniciativas para o ordenamento dos seus espaços...” (Adriano Zilhão; 2015, p.18), uma resposta por parte do Estado, que decide pôr em prática medidas de resolução aos problemas urbanísticos, de modo a que a situação caótica que modificava a utilização do solo e da própria paisagem, fosse controlada e a vida de quem passou e de quem já habitava estes espaços fosse mais cómoda.

Em termos demográficos, o Porto apresenta, no século XIX, um grande crescimento. De facto, ao longo de todo o século XIX, nomeadamente na segunda metade, o Porto, sendo em Portugal a cidade onde a industrialização mais se desenvolve, (...) é uma cidade para onde convergem populações à procura de trabalho na indústria, (...) suscitando um acentuado crescimento populacional. (Adriano Zilhão; 2015, p. 35)

“Em termos da distribuição territorial desta população em crescimento, importa destacar, sobretudo, o contributo do fenómeno da habitação operária designado por «ilhas» ” (Adriano Zilhão; 2015, p. 35). Nos bairros populares mais pobres, situados essencialmente nas periferias e fronteiras das cidades, habitavam a classe operária, contrastando com os centros cada vez mais elitizados. No entanto, este cenário viria a distinguir o Porto de outras localidades, onde as zonas fabris situadas no centro permitem a proprietários de quintas e outros espaços ainda livres relativamente próximas, criar habitação a operários num aproveitamento e loteamento de “interior de alguns quarteirões de maior dimensão, designadamente por filas de casas minúsculas, geralmente de um único pavimento, alinhadas perpendicularmente à rua, para a qual têm uma única saída, as “ilhas”” [2]. (José

Ainda assim, muitas outras passam a ser substituídas por prédios de vários andares onde se podia encontrar os demais serviços como os bancos, bolsas de valores e comércio, os grandes mercados, edifícios governamentais e administrativos, as gares ferroviárias, e os míticos cafés e teatros que ainda hoje proliferam na sua maioria icónicos em cada cidade.

“Vida de cafés (...). No quarteirão dos congregados – onde anteriormente existira o Guichard – funcionam já três cafés. São eles o Suisso, O Central e o Camanho. Se acrescentarmos aos cafés citados (...) o Café Porto-Clube (do mesmo lado da praça), o Café Chaves (uns metros para norte, nas traseiras da hoje demolida Câmara) e o café Lisbonense (na rua do Bonjardim, por trás da igreja dos Congregados, junto à esquina com a Rua de Santo António), temos a notícia das principais tertúlias da cidade (...) nos anos de viragem do século XIX para o século XX” (Dias e Marques; 2002; p. 144 e 150).

“Na segunda metade do século XIX, as necessidades acrescidas de mobilidade colocadas pela industrialização capitalista, suscitavam, no Porto, a questão da reconversão dos espaços urbanos, à semelhança dos processos que, enquadrados teoricamente pela emergente disciplina urbanística, se desenvolviam em várias cidades europeias da época. De facto, na segunda metade do século XIX, desenvolveram-se, na Europa industrial, projetos de renovação urbana em rutura com a cidade histórica tradicional.” (Adriano Zilhão; 2015; p.63)

A cidade antiga que outrora se modificava lentamente, que a qualquer momento se poderia considerar de imutável refere Leonardo Benevolo na sua obra “As origens da urbanística moderna” de 1987, em que a conceção de uma praça, um quarteirão ou uma cidade inteira significava impor-lhe, de uma vez para sempre, uma forma arquitetónica precisa, acrescenta, significando aplicar assim uma realidade aproximada a uma possível imagem de facto invariável.

[2]. Ilhas - “Este tipo de construção assentava em filas de pequenas casas «construídas nos quintais das classes médias e com acesso para a rua apenas através de estreitos corredores debaixo das casas que faziam frente para a rua (Teixeira; 1985; p. 76).” (Adriano Zilhão; 2015; p.36)

Uma aproximação que se torna cada vez mais distante à medida que as cidades se viam agora rodeadas de transformações a um ritmo também ele sem precedentes.

“Este crescimento tentacular, demasiado rápido, e, portanto, dificilmente controlável, capaz de desequilibrar todos os valores de uma região ou mesmo de um país, tem sido analisado por sociólogos, por urbanistas, por governantes, cujas conclusões, na sua essência, convergem: para além de um determinado tamanho as cidades tornam-se, em muitos aspetos, organismos deficientes” (Francisco Amaral; 2002; p. 14)

Deste modo, a partir de “metade do séc. XIX até metade do séc. XX assistimos a um processo sistemático de “mobilier e equipar” o espaço público, ao qual podemos chamar fase de normalização da paisagem urbana (...) o desenho da cidade supõe a utilização de determinados elementos móveis, para satisfazer as necessidades dos cidadãos...” fazendo da “cidade do séc. XIX (...) como cidade das redes de serviços...” (Ana Martins; 2005; p. 33)

É então graças à crescente importância dos centros das cidades para a população que o desenvolvimento urbanístico se dá, de modo a concretizar uma maior comodidade, segurança e acima de tudo uma vida mais saudável de quem habita e usufrui deste espaço. “As teias de interligações urbanísticas criadas graças ao desenvolvimento industrial tornam-se evidentes na constatação de inconvenientes de ordem higiénica causados pela desordem e a aglomeração das novas periferias.” (Leonardo Benevolo; 1987; p. 36)

“Argumentos higienistas e sanitários, razões de ordem pública, necessidades de circulação, bem como oportunidades de rentabilização especulativa de capitais, sustentaram um conjunto de projectos de intervenção urbana...” (Adriano Zilhão; 2015, p.63). Apesar de em Lisboa, o terramoto ter obrigado na sua reconstrução a uma maior organização e planeamento de construção, é visível em praticamente todas as cidades, grandes mudanças numa maior aproximação com a população, onde é dada uma maior importância à satisfação das necessidades, com a criação de infraestruturas urbanas relacionadas com a água, gás, eletricidade, telecomunicações, saneamento, viária e transporte.



Figura 3. “Homem do gás”, acendendo os candeeiros da Praça do Comércio, em finais do séc. XIX.

É dado início então a um maior cuidado pelo centro, local onde convergem grandes obras de renovação,

“com intervenções qualificadoras desse solo, através da transformação imobiliária do edificado, consolidado no interior da cidade histórica (...) Nas primeiras décadas do século XX, a cidade do Porto cresce, portanto, com a mesma lógica e as mesmas tendências registadas na segunda metade do século anterior (...) Quanto ao primeiro aspeto relativo ao desenvolvimento de novas áreas residenciais de expansão, os transportes urbanos, instrumentos poderosos de mudança do quotidiano num movimento crescente de separação entre o local de residência e trabalho, aumentando a mobilidade, aproximaram e integraram os territórios e subúrbios da cidade tradicional”

(Adriano Zilhão; 2015; p. 53 e 54).

Atingindo grandes dimensões e não cessando de crescer, as cidades começam a justificar uma exigência por novos serviços coletivos de interesse público, onde os transportes públicos ainda hoje proliferam e que tanta importância têm no nosso dia-a-dia.

Foi então através deste crescente movimento de entrada nas cidades e acompanhando a revolução dos transportes que se dava pelo país, através do surgimento das primeiras linhas de elétricos no Porto e Lisboa, e mais tarde o surgimento do automóvel, grandes praças começam a surgir e avenidas são abertas ao longo de todo um centro esmeradamente pavimentado, “com ruas largas e retilíneas, em contraste com uma articulação prévia, num tecido antigo com escassas artérias planeadas” José Alberto V. Rio Fernandes 19997 Porto: cidade e comércio Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto pag55, criando os primeiros passeios de circulação de peões que até então partilhavam o mesmo caminho com carroças e outros tipos de transporte.

A segurança é também alvo de grandes evoluções, onde o policiamento das ruas agora iluminadas, inicialmente por gás e mais tarde a eletricidade, transmite a quem circula comodidade. Recolha do lixo, instalação de redes de esgotos e água canalizada e a criação de corporações de bombeiros, completam, entre outros, algumas das mais importantes criações de serviços destinados ao público.

“Existiam de facto nas cidades numerosas entidades públicas (trezentas só em Londres) encarregadas da iluminação, da pavimentação, dos esgotos, do abastecimento de água, ou de fazer respeitar os regulamentos relativos à construção, ao tráfego e ao policiamento, mas estavam desacreditadas, incapazes de se adaptarem à fisionomia e às dificuldades técnicas do novo ordenamento público.”

(Carlo Aymonino; 1984; p.95)

“Parece de facto mais lógico estabelecer que serviços [3] são todos aqueles elementos aptos a satisfazer as necessidades humanas numa determinada sociedade.” (Carlo Aymonino; 1984; p.27)

[3]. Dicionário enciclopédico italiano: “prestação destinada a satisfazer uma necessidade pública e organizada, em geral em grande escala, pelo estado, por uma entidade pública ou por uma empresa concessionária. (...) Além do exercício de funções públicas, também uma série de prestações materiais, técnicas (...) postas à disposição das pessoas para satisfazer as suas necessidades coletivas, físicas, económicas e intelectuais, não implicando o exercício de autoridade pública.” (Carlo Aymonino; 1984; p.28)

3. SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS VERDES E PASSEIOS PÚBLICOS

HISTÓRICO CRESCIMENTO DOS ESPAÇOS VERDES E PRAÇAS CENTRAIS NAS CIDADES

Numa época em que se compreende o enorme crescimento urbano, onde através de um maior aglomerado de pessoas se denota em maior destaque as diferenças de cada um, a sociedade procurava desta feita, através dos mais altos cargos governamentais criar, da maneira que também lhes seria permitido pelas mais altas classes, maior igualdade entre as mesmas.

“Os novos modos de vida urbana, as novas operações sobre o tecido construído da cidade, especialmente em área residenciais obsoletas, industriais, de transportes e portuárias, disponibilizaram uma enorme quantidade de espaço para proceder a operações de renovação ou regeneração urbana, nas quais o espaço público, o desenho urbano e a arte pública se convertem em elementos fundamentais nas estratégias económicas e sociais.” (Ana Martins; 2005; p. 33)

É através da criação de espaços públicos, que se crê ter sido encontrada, de certa forma, uma solução para unificar a população. “Os jardins funcionavam como elemento de convivência cívica e da ocupação dos ócios dos portuenses. Ir ao jardim era hábito, prazer, divertimento. Conveniência de saúde do mundo fechado das ruas estreitas e sobrepovoadas dos limites do burgo” (Hélder Pacheco; 1984; p. 150).

“Embora os padrões de uso tenham variado no curso da história, apesar das diferenças sutis e variadas, o espaço público sempre foi lugar de encontro, de comércio e de circulação. A cidade sempre foi o lugar de encontro de reunião de pessoas, lugar onde trocavam informação sobre a cidade e a sociedade”. (Jan Gehl; 2002; p.10)

Ainda que a barreira socioeconómica entre as mais diversas classes fosse alvo de tentativa de equilíbrio perante as novas leis de trabalho e uma “nova organização social”, as mesmas continuavam e continuam a ser em muitos casos, notoriamente desequilibradas.

Os Burgueses foram de todos os que mais cresceram com as mudanças seculares e eram já a classe mais privilegiada do reino graças às suas riquezas fruto do comércio, indústria e atividade bancária, que lhes viriam a dar cargos importantes tanto na sociedade como no governo.



Figura 4. Fotografia da Praça do Rossio em construção, datada de 1872.

A Nobreza e o Clero, por sua vez, foram sem dúvida quem menos beneficiou com o crescimento e desenvolvimento da sociedade, numa lista que exclui o povo que continuava a ser a classe mais pobre, à qual os trabalhos mais duros e salários mais baixos se destinavam.

Ainda que reduzidos, os rendimentos passaram a ser direito perante a lei para a classe operária, um dos grandes motivos que levou os Nobres reduzirem lucros ao não darem continuidade no usufruo do trabalho gratuito dos camponeses. Entre diversas antigas regalias também perdidas, foi possível manter em sua posse muitas das suas terras espalhadas pelo território nacional, um privilégio quando comparado ao Clero que viu passar para o governo todos os seus pertences.

Dessas terras mais exclusivas, das quais era parte integrante inúmeros parques reais e jardins de dimensões e beleza estonteante e esplêndida, começavam a abrir se portas ao recreio do público, um acto que se começava a verificar na Europa desde a segunda metade do século XVII.

Segundo Hélder Pacheco (1984; p.150) “Dizia-se que esta era a cidade dos jardins, das quintas e dos campos verdejantes”, e o gosto pelo passeio a pé ou a cavalo acaba a promover o encontro entre a comunidade com a natureza ordenada e pensada para um novo hábito que viria mais tarde a dar forma aos Passeios públicos.

Quais as necessidades da sociedade para a criação de tamanhas obras no centro das cidades? Que tipo de novidades atuais e promessas futuras trazia este novo conceito para quem os visitaria?

“Mais do que pulmões, os jardins foram, até à época das comunicações e dos transportes de massas, centros culturais e organismos vivos no coração tripeiro. Da identidade do ambiente do Porto eles são um fator, uma outra herança, delicada...” (Hélder Pacheco; 1984; p. 150).

Jan Gehl refere que a ideia do uso do espaço público como espaço social e recreativo cresceu gradualmente. De facto, foi através do já mencionado crescimento urbano e industrialização do ocidente que varreu as cidades europeias de lés a lés, com as consequências urbanísticas conhecidas ligadas a este fenómeno, que os jardins passaram a ser um modelo de intervenção ambiental e social. O século XX mudou de forma tão radical a paisagem urbana e as condições do seu uso como local de comércio, comunicação e tráfego que interrompeu, garante Jan Gehl, séculos de involução na praxis urbana.

Havia já quem visionasse mais à frente da sua era uma maior possibilidade de planificação a criação de espaços verdes. Londres, uma das cidades que mais sofreu com as mudanças e crescimento da revolução industrial, viu-se rapidamente transformada num espaço exausto e completamente lotado, algo que se refletia no quotidiano cansado e igualmente pesado de quem nela habitava.

John Claudius Loudon [4], arquiteto e paisagista escocês descreve na sua obra “Hints for Breathing Places for Metropolis” em 1829, a possibilidade de planificar a criação de espaços verdes na capital Inglesa, olhando para o jardim como o “pulmão verde” num espaço urbano sobrelotado. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, estes locais transformam-se em zonas de respiração, onde o ar pode circular purificado pela respiração dos vegetais para as zonas circundantes.

Apoiado por cinco princípios, Loud defende primeiramente que o “Governo tem o dever de planejar como a metrópole se pode expandir em perfeita segurança para os seus habitantes, no que ao fornecimento de provisões, água e ar fresco diz respeito.” Refere também que o seu plano é o de cercar a cidade de Londres “como ela já existe” como uma zona aberta, estendida por anéis alternados de edifícios, com zonas sucessivas de meia milha de Jardins, “até que a última atingisse o mar”.

O uso destes círculos perfeitos, como indica no seu planeamento ilustrado na figura, não seriam necessariamente obrigatórios ou até desejáveis.

Linhas irregulares, correspondendo e respondendo à paisagem existente, serpenteando as linhas já existentes da cidade, dariam um embelezamento mais real e sobretudo mais económico.

As ruas seriam radiais ou transformar-se-iam em praças de formato circular, tal como o transporte público. Tubos subterrâneos levariam água, gás, ar quente para o aquecimento urbano e o esgoto que seria usado como adubo dos anéis jardinados ao invés do descarregamento em rios ou mar.

A zona central do primeiro círculo iria complementar a sociedade através de uma escala hierárquica de importância de serviços públicos. Executando planos de construção governamentais, mercados, igrejas, galerias e museus, universidades entre outros, criando zonas habitacionais nas seguintes zonas e centralizando as necessidades dos mesmos num raio controlado. Apesar de este ser um plano estudado para um melhor funcionamento da cidade, Loudon sabia da utopia que estaria a propor, pela tardia da sua proposta antecedida pelos enormes avanços arquitetónicos e de transportes que, num bom funcionamento apesar de não planeado, fazia já de Londres uma cidade histórica, onde era desaconselhável o abandono e modificação de edifícios valiosos.

[4]. John Claudius Loudon, imortalizado como o “pai do jardim inglês”, nasceu a 1783, na Escócia. Filho de agricultores, optou por seguir essas pisadas, em Edimburgo, onde se formou na área de agricultura e paisagismo. Viria a mudar-se para Londres, trabalhando em design e paisagismo de jardins. Após uma lesão grave que o obrigaria a deixar a atividade prática, dedica-se à escritura e transmissão de pensamentos e ideais que adquire em inúmeras viagens que faz durante a vida e que permitiram definir em teoria o paisagismo. A sua visão sobre o planeamento urbanístico era já muito avançada para a época em que vivia, onde através de várias obras lançadas descreve a possibilidade de planificar a criação de espaços verdes, considerando que os mesmos não deveriam imitar a natureza, escolhendo então diversas formas para os desenhar, a fim de assegurar um bom crescimento a cada planta incluída.

Estes anéis iriam conter parques, jardins, lagos e lugares de passeio, convívio e lazer.

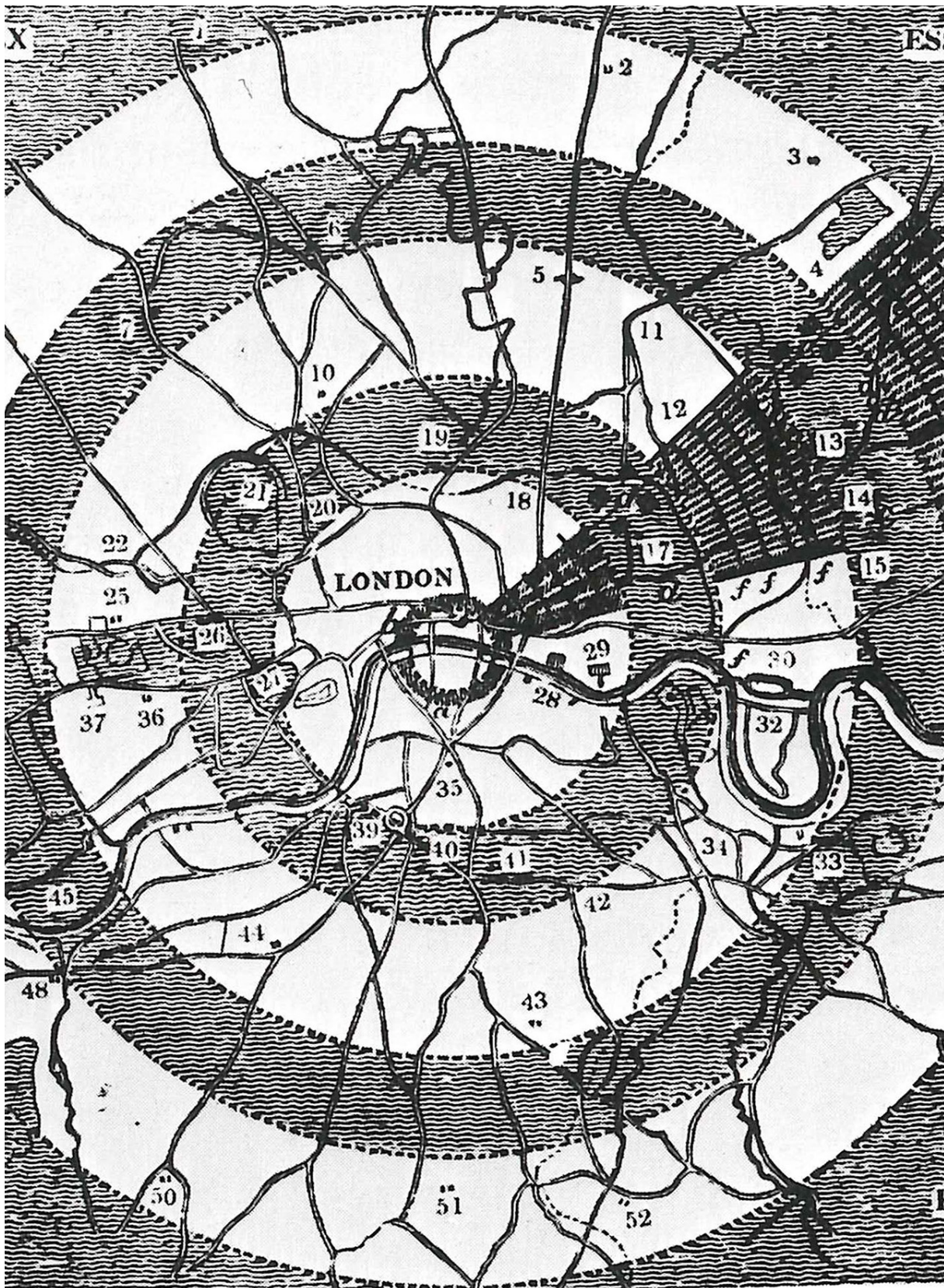


Figura 5. Figura ilustrativa do plano de Loudon para a cidade de Londres, do seu livro “Hints for Breathing Places for Metropolis”.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE SÃO LÁZARO E MOBILIÁRIO URBANO



Figura 6. Jardim de São Lázaro o. foto tirada por volta de 1905, da autoria de Alberto Ferreira

1. JARDIM DE SÃO LÁZARO

Retornemos a Portugal, país que importa estudar e que viu a sua explosão populacional e cidadina mais contida em comparação a outros países europeus mais desenvolvidos.

O surgimento dos jardins públicos no Porto, tal como na generalidade das cidades europeias, enquadra-se no contexto das amplas transformações decorrentes da Revolução Industrial. Argumentos de cariz social e higienista concorrem para a apologia do jardim público enquanto elemento da forma urbana capaz mitigar os problemas ambientais e sociais que se vinham a colocar nas cidades, perspetivando-o como um instrumento de reforma social. O jardim público era visto como elemento mitigador das condições de insalubridade em que vivia a crescente população urbana e, simultaneamente, como elemento moralizador dessa mesma população, cada vez mais consciencializada das suas próprias más condições de vida. A popularização do jardim público é também o reflexo da ascensão de uma burguesia dotada de poder financeiro e político, com grande influência nas transformações urbanas da época, e que visava reproduzir hábitos de lazer até então confinados à aristocracia

O surgimento do jardim público nasce então em prol de uma nova consciência social, ao invés das preocupações mais ambientais que se faziam notar como referenciado e exemplificado em cidades como Londres, ainda que o mesmo desenho servisse por vezes de inspiração: “Esta praça, no plano das de Londres, servirá ao mesmo tempo de passeio público e jardim de recreio e também de instrução...” (Carlos de Passos; 1935).

A história dos passeios públicos em Portugal surge então ligada ao fenómeno de consciencialização coletiva e comunitária por parte do Governo, distanciando-se progressivamente das excentricidades individuais da nobreza e burguesia. A iniciativa partia pela vontade de quebrar barreiras sociais e económicas, investindo em jardins com funções democraticamente partilhadas e sobretudo dirigidas aos mais diversificados públicos.

Uma medida que viria a criar pouca empatia junto daqueles que outrora não vestiam o papel no seu quotidiano de partilha de espaços tão belos e cuidadosamente criados, com classes mais baixas, como o povo.

Segundo Alberto Pimentel (1849; p. 45 e 46), “O burguês, lustrado pelo dinheiro ou por um título, gostava de expôr-se nas ruas da cidade, com o habito da sua Ordem, commenda de Christo ao peito e vela de cera na mão. De mais a mais, como isto ia de acordo com os sentimentos religiosos, tinha tudo a ganhar e nada a perder.” Na mesma obra, o autor caracteriza os burgueses, camuflando, pelo humor, o seu intuito crítico: “Homens de costumes inveterados e egoístas, os burgueses gostam de que ninguém os perturbe no comodismo das suas regalias. Nisto se parecem com os fidalgos e os ... gatos.”

Repouso e meditação, lazer, sociabilidade e convívio mas também estudo e aprendizagem, uniam ou tentavam desta forma unir o povo com as mais altas classes sociais num ambiente historicamente ímpar. As cidades passam a ter em si novos centros e núcleos de mobilidade, gerando uma nova percepção da natureza mais estetizada e planeada a quem dela passa a usufruir e nutrir uma relação de proximidade lúdica e recreativa.

Alberto Pimentel escrevia acerca da cidade do Porto em 1860:

“A cidade começava a desembaraçar-se das suas tradições clássicas burguesas. Não tinha alegria que chegasse para divertir-se por hábito (...). Ninguém estava habituado a gostar mais da rua do que da casa. E o palácio de Cristal com o seu parque adjacente, pressupunha costumes elegantes, educação moderna, movimento em pleno sol, vida mundana, amor pelo bulício e pelas exterioridades.”

De facto, estes novos hábitos sociais e de convívio num espaço livre entre as mais variadas personalidades das mais diversas classes sociais, foi, inicialmente, alvo da estranheza da população. Quando a nova moda dos passeios e jardins públicos atinge Portugal, muitas foram as condenações por considerarem um desperdício de recursos em algo desadequado e até mesmo inútil.

Estes novos equipamentos urbanos afirmavam-se como um parque de diversões populares, em comunidade, fascinando pela sua beleza mas baralhando quem outrora os ligava como atributo e propriedade exclusiva de ricos e privilegiados.

“Dizia-me, certo dia, um alfacinha que esta cidade (o Porto), ocupava com seus jardins e hortejos um espaço, que fazia falta à edificação de muitos prédios e à abertura de muitas ruas. Respondi-lhe que não quisesse ele privar o Porto daquilo que Lisboa lamentava não possuir em tanta abundância.” (Alberto Pimentel; 1849, p. 23 e 24)

Refere Teresa Andreson (2001; p.115), que “os passeios foram locais muito concorridos pelos habitantes da cidade, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX.” Mas a verdade é que “de facto, no Porto não existia, no início do século, nenhum passeio público a exemplo do de Lisboa.” No Porto, somente em 1830, D. Pedro IV decidiu a construção do primeiro jardim público da cidade, depois de ter mandado ajardinar o antigo Campo de São Lázaro.

O Jardim que para muitos parece resistir ao tempo, mas que para outros deixou de ter vida quando outros mesmo foram nascendo e ganhando maior destaque na cidade. Para Andreia Pereira, que escreve em artigo publicado no jornal Público em 2011, “este foi durante muitas décadas o passeio preferido dos portuenses, como lemos na placa numa das entradas, mas atualmente é mais um jardim de bairro, com “habitantes” quase fixos, que entretêm as horas da reforma...”.



Figura 7. São Lázaro, 1950, arquivo fotográfico do jornal “*O Primeiro de Janeiro*.”

No entanto, este que é e sempre na história ficará como o princípio da narrativa dos jardins da invicta, continua ainda hoje a ser um espaço icónico, merecendo aos poucos uma maior atenção pelo seu histórico aparecimento, que junta aos populares, os turistas que harmoniosamente partilham e dão vida, fazendo do Jardim de São Lázaro, o pretendido a estudo e intervenção para o projeto.

Carlos de Passos escreve em 1935, que “após o Cerco do Porto, em pleno período liberal e romântico é criado o Jardim Público de S. Lázaro por iniciativa de D. Pedro IV e desenhado por João José Gomes, debaixo de um plano mui elegante”.

“Recentemente se plantou hum jardim público, no antigo campo de S. Lázaro: as dimensões deste jardim não são tão extensas como o deverião ser se o local o permittisse; mas não obstante, este jardim, decorado com huma bella taça e seu repuxo, circulado de gradaria de ferro, mantido no maior aceio, guarnecido de bancos, e sempre matizado de verdura, e de frescas e odoríferas flores, oferece aos habitantes do Porto hum agradável passeio de inverno.” (Archivo Popular; 1840; p.103)

Numa outra publicação de 1838, intitulada O Museu Portuense – Jornal de Historia, Artes, Ciências Industriais e Bellas Letras, escreve-se que na cidade do Porto “um lindo jardim público ainda que de pequenas dimensões, adorna a parte nascente da cidade, e serve de passeio aos seus habitantes.” (O Museu portuense; 1838; nº9). Inaugurado em 1834, no dia de aniversário de D. Maria II, o jardim de S. Lázaro reflete uma manifestação de agradecimento do reino às mulheres portuenses pelos sacrifícios passados no decurso da guerra que cercou a cidade. Partindo em redor de um lago, este jardim possui plantas raras, várias estátuas, bancos e um coreto, característico dos jardins românticos do século XIX.

Em 1841 o jardim estava concluído e segundo Carlos de Passos “tornou-se o lugar obrigatório de reunião das famílias do Porto e largamente se notabilizou na crónica elegante desses tempos. Durante 30 anos aura intensa fruiu. Era o centro do janotismo e da moda.” (Carlos de Passos; 1935). E Magalhães Basto também refere: “que animação, que luxo, que vida havia então nessa miniatura de Passeio Público! Tinham passado de moda o Passeio do Carmo e das Fontainhas, e ainda não chegara o tempo da Cordoaria e do Palácio de Crystal.” (Artur Magalhães; 1932; p.151).

E Alberto Pimentel (1913; p.31) descrevendo esta época, aponta que os burgueses da praça do Porto “estimavam as suas mulheres legítimas, arreavam-nas de custosas sedas e veludos quando as acompanhavam à missa, ao Jardim de S. Lázaro [5], à Foz, alguma vez ao teatro se a peça não ofendia a moral e premiava a virtude.”

O jardim passa assim a ser local de diferentes expressões oriundas da época do Romantismo, desde musicalidades e moda, é ainda espaço de eleição para tertúlias políticas, paradas e até mesmo casamentos.

Artur Magalhães (1932; p.149) destaca que “em dia de música, São Lázaro é o ponto de reunião elegante. Quase se não cabe lá, tal é a multidão que ali passeia (...) Há bancos por toda a parte, mas os que primeiro se enchem são os que estão em volta do pequeno lago central”



Fig 8. Jardim de São Lázaro, no início do século XX (1905), num postal da época.

[5] Eterno Jardim de São Lázaro para os portuenses, a verdade reside no fato de o mesmo ter à sua entrada uma placa referente a um nome oficial diferente. Jardim Marques de Oliveira, uma homenagem da cidade do Porto, também através da inauguração do seu busto em bronze no jardim, em 1929, junto à escola onde lecionou durante 45 anos. De fato, João Joaquim Marques da Silva Oliveira, foi um importante pintor naturalista e realista, nascido na cidade do Porto, onde deixou a sua marca como professor e mais tarde diretor da Academia Portuense de Belas-Artes.

Com o passar dos anos, o espaço foi sofrendo várias remodelações, após ter entrado em decadência com a inauguração dos jardins do Palácio de Cristal e da Cordoaria, que acabam por garantir à população uma maior escolha de locais e sobretudo de paisagens. Algo que o Museu Portuense antecipava já escrevendo: “Talvez que chegue o tempo em que a extremidade oposta possua outro; e n’esse caso, abrangendo a vista um horizonte mais dilatado, possa ver desde o mesmo passeio a entrada e a saída dos navios pela foz do Douro.” (O Museu portuense; 1838; nº9)

O Jardim de S. Lázaro [6], é descrito por Alberto Pimentel em 1876 que “foi durante muitos annos o primeiro passeio público do Porto. Já então era, como ainda hoje é, tudo - menos jardim...Mas o que é certo é, que o jardim de S. Lázaro envelheceu como as primeiras, e que as segundas passeiam serodiamente elegantes na Cordoaria ou no Palácio de Crystal.” Uma espécie de concorrência de espaços, em que as primeiras décadas do século XIX correspondem ao ponto alto dos jardins públicos, quando a maior taxa de construção e aparecimento destes locais corresponde às expectativas geradas pelo gosto do público que ocorre em massa e preenche os espaços fazendo deles parte do seu quotidiano.

[6] “S.Lázaro, o nome, vem-lhe do patrono do Hospital dos Lázaros ali edificado no primeiro quartel do século XVI, com o fim de «recolher os que padecessem do terrível mal de S.Lázaro, a lepra...» O local foi primitivamente designado por Campo ou Terreiro. Até 1830 tinha o aspecto de um largo de feira, modesta e provinciana, com um cruzeiro (o Senhor da Consolação), capela e pouco arvoredo.” (Adriano Zilhão; 2015)



Figura 9. Planta da Praça de S. Lázaro 1834; Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

“O Velho jardim portuense lá ficou para o seu triste canto ao oriente da cidade, soterrado entre a Biblioteca Pública, o Recolhimento das Órfãs, e alguma casaria. Raro passeante antigo o povoa...” (Alberto Pimentel; 1876)

Entretanto o Porto ia crescendo, arborizando as novas ruas e avenidas e criando novos jardins, como escreve Henrique Duarte de Sousa Reis:

“Em concluzão, aqui nesta segunda Capital do Reino, tem se já muito gosto pelo arvoredo, e nas ruas que por sua largura o permitem e em todas as Praças e Mercados se vêem lindas e variadas árvores, que não só deleitam a vista, mas também offerecem aos habitantes a frescura da sua sombra e balsâmico aroma da vegetação, e com elle a saúde na aspiração do ambiente.” (Henrique Reis; 1984)



Figura 10. Jardim de São Lázaro. Foto tirada por volta de 1905, da autoria de Alberto Ferreira.



Figura 11. Postal do Jardim de São Lázaro, editado por Leopoldo Wagner; Arquivo Municipal do Porto.

É por iniciativa das câmaras municipais e instâncias militares que se dá início à arborização mais detalhada e planeada das ruas e praças, com a regularização dos arruamentos, surge também a maior aposta no mobiliário urbano como candeeiros e bancos. Estes adereços citadinos viriam a tornar-se parte fulcral de qualquer cidade mundial, ainda mais quando inseridos num espaço dedicado sobretudo ao lazer e repouso em que assumem esse papel perante a sociedade.

Até aos dias de hoje as cidades foram evoluindo na sua exclusividade ou preferência de ruas para pedestres, formando deste modo uma extensa malha de vias de passeio confortáveis refere Jan Gehl. Os espaços urbanos receberam uma nova forma e um novo conteúdo, convidando atualmente ao tráfego pedestre, onde as condições progridem, ampliadas e realçadas com mobiliário urbano, flores e árvores.

“A cidade criou um espaço para muitas formas diferentes de interação humana. (...) Foram instalados iluminação e mobiliários urbanos igualmente refinados. O centro da cidade, em sua totalidade, possui agora um carácter e uma atmosfera que convidam as pessoas a andarem e estarem ali. As ruas parecem indicar: “Venha, seja bem-vindo. Passeie um pouco, descanse e permaneça o quanto quiser”. (Jan Gehl; 2002; p.10)

2. ESPAÇO PÚBLICO MOBILADO E EQUIPADO

Para José Regatão (2010; p.17) “as cidades devem ser projetadas principalmente para as pessoas, porque sem a sua participação, a estrutura física perde o seu significado.” Completa Ana Martins (2005; p.23) que “por razões de funcionalidade, o espaço público está mobilado e equipado, o mobiliário e equipamento urbano evoluíram, historicamente, através de repertórios que definem uma relação entre a cidade e a sua utilização por parte dos cidadãos. “

Na sua publicação “Mobiliários dos espaços urbanos em Portugal”, 2002, Francisco Amaral defende que praticamente desde que os homens se agregam em povoados, tiveram de os equipar com elementos de utilidade coletiva para proteção, conforto ou disciplina que pertencem a esse “mobiliário”. O certo é que muitas cidades ou aglomerados urbanos devem o essencial do seu encanto – mais do que à arquitetura dos seus edifícios – a esse equipamento especial; à amenidade dos seus parques ou dos seus jardins; aos seus monumentos; às suas fontes e chafarizes; aos seus miradouros; às suas esplanadas; etc, acrescenta.

De facto, sublinha ainda, foi com o aparecimento destes móveis urbanos que surgiu uma nova sociabilidade e cultura, feita de quem (con)vive e habita, também, a rua. Uma importante conquista com a construção de passeios laterais e jardins, emergindo o mobiliário urbano, ainda muito à francesa, servindo quem por ali passa, resultando deste modo numa maior convivência cidadina em espaços públicos a céu aberto com horário prolongado, com a difusão da iluminação pública.

“Estes móveis de rua suscitaram novas sociabilidades, resultando todos estes hábitos numa outra cultura urbana feita de habitar a rua. Através da iluminação artificial dos candeeiros, deu-se o prolongamento do horário diurno e o aumento do convívio; a difusão da informação através dos pequenos quiosques e a publicidade afixada em suportes próprios, e ainda, a conquista de novas zonas urbanas pelo público feminino e infantil, onde lhes foi oferecido o assento nos bancos, o frescor nas fontes de repuxo e a música nos coretos, sobretudo em espaços ajardinados.” (Miguel Faria; 2008; p. 57)

3. MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário urbano evoluiu através da história na sua relação direta e indireta com a cidade e conseqüentemente com a utilização dos seus cidadãos. Este pode ser considerado já parte integrante da vida cidadina, onde acompanhou o seu processo de urbanização até à atualidade em que já constitui uma presença constante em toda a cidade.

“Sob a orientação de entidades reguladoras dos espaços públicos, que estabeleceram as regras de localização e implementação dos mesmos. A instalação do mobiliário urbano deve conjugar as suas finalidades com as características gerais dos espaços públicos. Os diversos elementos de mobiliário urbano deverão ser adequados, quer na sua conceção, quer na sua localização, à envolvente urbana, privilegiando-se, sempre que possível, a sua polivalência, de forma a evitar a ocupação excessiva dos espaços públicos. “

Segundo o artigo 5.º do Regulamento do mobiliário e da ocupação pública. (Regulamento do Mobiliário Urbano e da Ocupação da Via Pública. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, ambiente; 1991; p. 10)

Este é, porém, ainda hoje, um termo bastante vago e sem uma definição concreta dada a pouca uniformidade de opiniões e perspectivas de diferentes autores. O mobiliário urbano pode ser encarado como o conjunto de elementos urbanos ou como um conjunto de equipamentos. De certa forma, desconstruindo as duas palavras, referimos o mobiliário como um conjunto de móveis nas suas diversas funções, aliando-se ao termo urbano que refere a sua localização na cidade.

De acordo com o regulamento da Câmara Municipal de Lisboa, “devemos entender por mobiliário urbano, um conjunto de elementos, cuja implantação total ou parcial no espaço público, se destine a satisfazer uma necessidade social ou a uma prestação de serviços, de carácter sazonal ou temporário” Segundo o artigo 3.º do Regulamento do mobiliário urbano e da ocupação pública. (Regulamento do mobiliário urbano e da ocupação da via pública. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, ambiente; 1991; p. 9). Isto é, todo o conjunto de elementos públicos ou privados munidos da possibilidade de instalação e desinstalação em diferentes áreas no intuito de contribuírem para um melhor bem-estar.

Celson Ferrari refere que:

“o mobiliário urbano é um conjunto de elementos localizados nos logradouros [7] públicos ou em locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabines telefônicas, anúncios, postes, torres, bebedouros, paragem de autocarros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes e fontes luminosas”. (Celson Ferrari; 2004; p.240)

A certeza apenas habita no facto de o “mobiliário” dos espaços públicos ter ainda hoje um papel importante na fisionomia das urbes e, cada vez mais, com a maior gama de serviços coletivos exigidos e os problemas de quantidade nas grandes cidades. Compreendendo por isso, paralelamente, que uma cidade será mais ou menos feliz na medida da participação coletiva na solução dos seus problemas, um dos quais é, sem dúvida, o mobiliário dos espaços urbanos. Ainda assim, Francisco Amaral (2002), acrescenta em tom crítico a curiosidade denotada nos “países com duras condições climáticas, em que a vida no exterior é, por isso, muito limitada, os cuidados dispensados ao equipamento dos espaços livres. Nos nossos países do sul, com uma longa tradição de vida ao ar livre, é tristemente curioso observar, ao contrário, como se perderam ou vão perdendo, os elementos de “mobiliário urbano” exterior ligados a essa tradição destruída por um urbanismo caótico, para o qual os problemas humanos são, efetivamente, secundários.”

Podendo concluir então, que a idealização e presença destes elementos num espaço público contribui para a qualidade e melhoramento da imagem do próprio local e da cidade. No entanto, cada “projeto de um espaço público deve respeitar a identidade da paisagem urbana ou rural, pois a paisagem deste espaço vai refletir a sua história, funções e afinidades com as áreas adjacentes. Assim, respeitar estas características pode contribuir para aumentar o interesse e riqueza da intervenção.” (Pedro Brandão; 2002; p. 35).

[7] “O logradouro, constitui o espaço privado do lote não ocupado por construção, as traseiras, o espaço privado, separado do espaço público pelos contínuos edificados.” (José Lamas; 2010; p. 98)

4. TIPOLOGIAS DO MOBILIÁRIO URBANO

Refere Gordon Cullen (2008; p.25) “O facto de haver no mobiliário urbano, sinais de permanente ocupação, confere à cidade, um carácter mais humano e diverso”.

Com a construção sistemática de passeios laterais estava criado um dos espaços urbanos prontos a receber as mais variadas peças de mobiliário, em simultâneo, também, a partir dos anos 40, com o sucessivo ajardinamento da cidade e com ele, mais mobiliário urbano.

“Espaços verdes que serviam de enquadramento a frentes de rua ou de praça, mas, também de refugio, em novo culto da natureza, mesmo antecipando a sua premência, fazendo face à industrialização que ia invadindo as zonas urbanas, como acontecia no estrangeiro, e, só, no último quartel de oitocentos, acelerando-se com o novo século, se fez sentir em Lisboa, preocupações higienistas da malha urbana e fomentando novos hábitos de civilidade, libertando as senhoras do espaço doméstico.”

(Pedro Braga; 1996; p.14)

“Constituído por um conjunto de peças em si diferentes na disposição e dimensões praticadas, “...estas peças podem ser de proteção como os marcos e os gradeamentos; de iluminação e segurança: os candeeiros e os candelabros; de beber: os chafarizes e os bebedouros; de repouso: os bancos; de recreio: a música nos coretos; de pequeno consumo: os quiosques; de informação: os suportes para publicidade; de higiene: as casas de banho; de transporte: os postes e as paragens que também podem servir de abrigo; de comunicação, os marcos de correio ou cabines telefónicas.” (Pedro Braga; 1995; p. 57).

“Desde meados do século XIX até meados do século XX que se assistiu a um processo sistemático de “mobilier e equipar” o espaço público, ao qual podemos denominar fase de normalização da paisagem urbana. O desenho da cidade supõe a utilização de determinados elementos móveis, como o mobiliário, para satisfazer as necessidades dos cidadãos, seja numa cidade de província ou numa grande capital.” (Ana Martins; 2005; p. 34).

“A criação do mobiliário urbano tem de responder funcionalmente às necessidades de utilização por parte dos transeuntes e servir, ao mesmo tempo, de décor da cidade; mas, acarreta consigo problemas de produção em série estandardizada; e sendo muito numeroso, é necessário instalá-lo ordenadamente no espaço citadino, por vezes acoplá-lo para não causar pejamento.” (Pedro Braga; 1996; p.5)

“As inovações industriais, especialmente as da indústria metalúrgica, e as da indústria energética (petróleo, gás, eletricidade), vieram permitir uma sistematização tanto das infraestruturas como da forma da cidade.” (Ana Martins; 2005; p. 33).

Com a constante crescente aposta das cidades em espaços que permitiam ao cidadão comum o seu lazer, foi conseqüente e igualmente crescente a produção de equipamentos que mobilassem esses mesmos espaços, começando por surgir inevitavelmente processos industriais de fabrico dos mesmos, em que se apresentavam equipamentos numa maior escala e em maior número. A propagação do mobiliário urbano contribuiu assim para a evolução da própria sociedade urbana, sendo não somente parte do meio envolvente, como algo capaz de até aos dias de hoje conferir diferentes ritmos à paisagem.

“Foi na segunda metade do século XVIII, que surgiram os primeiros equipamentos produzidos a uma maior escala e em maior número e que se normalizaram diversas tipologias de mobiliário urbano; na segunda metade do século XIX, o mobiliário começou a ser de fabrico industrial.”

“Desde o início do processo de industrialização - o qual, entre nós (Portugal), começa a intensificar-se a partir do segundo terço do século XIX - que a indústria metalúrgica se assumiu como um dos seus sectores mais importantes. De facto, a modernização do tecido industrial portuense passou, numa primeira fase, pela emergência de um sector metalúrgico...” (José Cordeiro; 1999).

Esta transformação não somente do tecido da urbe como da própria vivência da sociedade que nela habitava, teve como base grandes oficinas e fábricas que emergiram na cidade do Porto.

“São deste período inicial a Companhia de Artefactos de Metais (Fundição do Rosário), fundada em 1838, e a Fundição do Bicalho, fundada em 1841, as primeiras e mais importantes fábricas metalúrgicas da cidade. Não obstante ter sido a Fundição do Rosário a primeira a introduzir a energia a vapor - nos finais da década de 1830 ou nos primeiros anos da seguinte -, será a Fundição do Bicalho aquela que assumirá um papel de maior destaque no sector metalúrgico da época.” (José Cordeiro; 1999).

Com a falência a bater á porta destas oficinas, foi nas épocas seguintes que se viam a erguer nas freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos as mais icónicas fábricas de fundição não somente da cidade do Porto mas de todo o país, que actualmente extintas, viriam a espalhar o seu nome e brio em grandes obras por todo o território português.



Figura 12. Ilustração das instalações da Fundição de Massarellos, propriedade da Companhia Alliança.

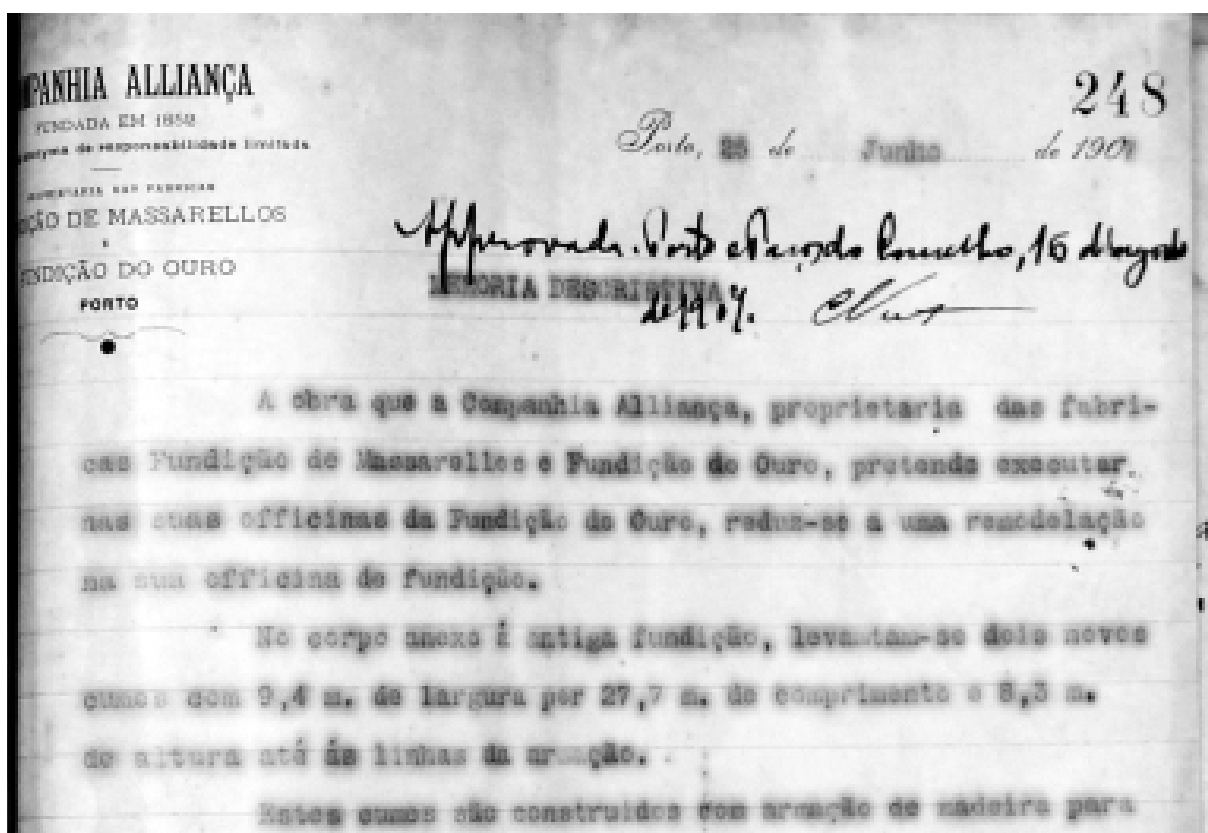


Figura 13. Documento histórico de 25 de Junho de 1901, identificativo de obra entregue à Fundição de Massarellos, propriedade da Companhia Alliança ; Arquivo Municipal do Porto.

“Foram inúmeras as vicissitudes que a Fundação do Ouro conheceu ao longo da sua existência, as quais conduziram, por diversas vezes, a novas razões sociais, principalmente durante a última década do século passado (...) No início do séc. XX, a Fundação do Ouro readquiriu a sua estabilidade económica e empresarial, ao integrar a Companhia Aliança, a qual já era proprietária da mais importante fábrica metalúrgica do Porto, a Fundação de Massarelos.” (José Cordeiro; 1999).

Com os Mercados Ferreira Borges e Bolhão no Porto, e a Estação de São Bento como maiores montras da potencialidade desta indústria e destas fábricas, a cidade viu-se ainda equipada de inúmeros elementos mobiliários urbanos de ferro fundido que ainda hoje proliferam e embelezam com a sua ornamentação, espalhados por praças e jardins públicos da cidade, como é caso dos coretos, bancos públicos, papeleiras, chafarizes e ainda candelabros.

A indústria permitiu então, que novos elementos de mobiliário fossem apresentados e implementados, no entanto é notória a fraca evolução quer a nível formal, quer a nível material, em que permanecem quase que inalterados até às primeiras décadas do século XX. Deste modo, a sociedade assistiu a uma uniformização dos elementos e espaços urbanos, contudo, essa generalização acaba por ser corrompida pela identidade própria de cada local, que se torna uma mais-valia pela sua dimensão, beleza ou local.

É sobretudo nos espaços verdes que se denota uma maior diferenciação entre espaços, onde o desenho paisagístico, a vegetação, a vista e sobretudo o ambiente circundante mudam. A implementação de equipamentos urbanos em espaços citadinos vazios provoca uma alteração da imagem do espaço, contudo, nos jardins, os elementos de mobiliário urbano adaptam-se de forma harmoniosa às formas criadas pelo mesmo, criando empatia pelo local e garantindo-lhe maior comodidade para os que o visitam.

Sendo o jardim um ponto de lazer e repouso, um espaço agradável para os que pretendem a privacidade no descanso ou a brincadeira que entusiasma à vista de todos, o desenvolvimento dos elementos de mobiliário urbano viriam a ser criados na tentativa de não somente colmatar necessidades, mas acrescentar conforto aos que por ali passavam. Desde a vegetação tão prontamente cuidada com canteiros de flores, outros elementos viriam a formar esta composição numa consonância elegante.

“Um aglomerado urbano, quaisquer que sejam as suas dimensões, tem sempre uma identidade própria, produto do meio natural, das suas funções, da herança do seu passado ou mesmo das perspetivas do seu futuro” (Francisco Amaral; 2002; p.20). Em visita ao Jardim de São Lázaro, é possível destacar quatro ornamentos principais do jardim:

4.1 BANCO PÚBLICO

“Uma das amenidades urbanas mais características é o banco público. Já tem sido citado por poetas e prosadores, pintado por artistas, e até cantado. O que atesta a sua importância como um valor essencialmente social, facilitando o repouso dos cidadãos, servindo de local de convívio aos velhos e de poiso tradicional aos namorados.” (Francisco Amaral; 2002; p. 106)

O Banco público será possivelmente a peça de mobiliário urbano mais utilizada e por consequente mais apreciada. Sugere Francisco Amaral (2002; p.106) que “o banco é uma das mais amáveis peças de «mobiliário» dos espaços urbanos. A sua presença é capaz de dar significado a locais incharacterísticos, pela sua dimensão humana”. Acrescentado ainda que “o banco transmite-nos uma ideia do sentido cívico de uma época em que quase todos os elementos de mobiliário urbano foram imaginados e executados em série com um grande optimismo.”

Os primeiros bancos públicos surgiram em grande força no século XIX, inicialmente inspirados no mobiliário doméstico já existente passaram a ser integrados em jardins. Este tipo de equipamento veio ganhar um enorme prestígio junto da população, tornando-se peça essencial de mobiliário urbano ao proporcionar repouso e sociabilização na cidade.

Segundo Cristóvão Pereira, “ o surgimento dos jardins no contexto público, quer seja pela abertura de antigos jardins privados, quer seja pela plantação de espaços verdes nas praças; ou ainda pela demolição de edifícios para a sua plantação, acontece dentro de toda uma acção para a qualificação do espaço público, em medidas tomadas sobretudo no século XIX. Introduce-se assim no contexto urbano de lazer, cuja existência é essencialmente para descanso e para fins de salubridade.” (Cristóvão Pereira; 2002; p. 40).

A necessidade de garantir aos visitantes não somente locais de descanso mas sobretudo peças que o permitissem no todo a globalidade da experiência de lazer, fez com que houvesse uma generalização dos mesmos, ocorrida igualmente, aquando a revolução industrial atinge uma produção de ferro a preços mais reduzidos dos que anteriormente utilizados para a produção, como era o caso da madeira, que passa a ser complementar.

“Ainda hoje, na maioria dos casos, os bancos públicos que encontramos são clássicos exemplares de ferro fundido e madeira, com o seu gosto romântico e um pouco fora de moda. Dão-nos bem a ideia de sentido cívico de uma época em que quase todos os elementos de mobiliário urbano foram imaginados e executados, se bem que em série, com um otimismo salutar. Até a uniformidade do emprego do ferro, nos gradeamentos, bancos, fontanários, quiosques, coretos, urinóis, motivos decorativos vários, etc.. acentuava aquele sentido geral de zelo pelo interesse coletivo (...) Mais modernamente têm-se experimentado materiais diversos na execução dos bancos, e bem assim novos modelos de gosto atualizado, com resultados mais ou menos satisfatórios.” (Francisco Amaral; 2002; p. 106)

No entanto, a predominância na conceção visual permanece, entre raras exceções, de influência francesa, em criações sempre destinadas a locais específicos, originando a procura por modelos que obtivessem a melhor solução de adaptabilidade. Francisco Amaral (2002; p.111) declara que “o banco visto isoladamente, é uma peça escultórica, e como tal deve ser integrado no ambiente a que se destina. A sua produção em série, embora justificável, não pode satisfazer todas as situações.” Acrescentando que “os modelos ainda hoje mais difundidos e que cumprem cabalmente a sua função, são os que combinam o ferro e a madeira, e nos ficaram do século XIX.”

Este equipamento coletivo de partilha de assento veio permitir uma nova e cada vez maior permanência no espaço público, destacando na cidade uma maior vivência, acrescentado maior valor de uso e significado a um espaço. Como referido, o banco surge como resposta à necessidade de relaxamento e repouso, suscitando novas sociabilidades, como a de habitar a rua, e independentemente dos avanços tecnológicos, materiais e visuais, este é, ainda hoje, um elemento de destaque e que mantém enorme presença nas cidades.



Figura 14. Imagens de bancos existentes no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017.

4.2 ILUMINAÇÃO

Francisco Sousa (1998; p.142) declara que “não admira por isso que logo que se pensou que, com o fim da guerra civil, o país iria finalmente entrar numa era de paz e desenvolvimento, por aqui comesçassem a aparecer os caixeiros-viajantes do progresso, a reboque aliás das primeiras obras públicas que se lançaram...” Foi devido à dimensão e importância dos centros urbanos já históricos na própria época, e pelo seu interesse no seio da sociedade citadina, que se assistiu, de forma gradual de cidade em cidade, de ruas imperiais e de maior importância até às mais refundidas, o início do progresso e evolução urbano com a aposta na iluminação artificial. Esta começou no século XIX a ser implantada, ainda que de forma pouco voraz, em Portugal.

Esta integração da iluminação foi, como relatado anteriormente, uma das maiores vitórias da industrialização e evolução da sociedade, onde já se faziam ver pela noite, ruas iluminadas por lampiões.

“Os lampiões eram constituídos por três partes: o varão ou haste, a consola com a sua chaminé e, no interior desta, a lanterna. Os candeeiros mais antigos eram suspensos por uma corrente ou corda que, ao longo do varão e da parede, se vinha prender numa fechadura que era aberta para fazer subir ou descer o depósito do combustível e assim proceder-se à sua limpeza e também acender-se ou apagar-se.” (Fernando Silva; 1998)

Este sistema alimentado a azeite era ainda bastante elitizado, apenas usado em pólos culturais, comerciais e zonas residenciais mais abonadas, dado o enorme custo de recursos e manutenção que necessitava.



Figura 15. Imagens de candeeiros existentes no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017.



Figura 16. Documentos de projeto de candeeiros desenhados e instalados na cidade do Porto; Arquivo Municipal do Porto

“A primeira utilidade que se quis ver na electricidade foi a iluminação, e tomando o Porto para referência, pois como primeira medida, havia uma postura de 5 de Outubro de 1824 que decretava a iluminação da cidade, com os meios do tempo e do lugar, evidentemente. Azeite, como se dizia, embora as mais das vezes não fosse senão óleo de purgueira ou de peixe, banha, etc. Muito atrasado? Sem dúvida, porque em 1810 já Londres se iluminava a gás, e, em 1819, já todo o centro de Paris assim era iluminado. Nós estávamos ainda a principiar a era do azeite em 1824.” (Francisco Sousa; 1998; p. 142)

Francisco Sousa (1998; p.143) acrescenta ainda que “somente volvidas algumas décadas, na segunda metade do século XIX, se começam a renovar os processos utilizados e Portugal aproximava a curtos passos a prosperidade de recursos de outros países com a utilização do gás, onde a exemplo, “o Porto só veio a ser iluminado a gás em Abril de 1855...” Anos mais tarde, com o início do século XX, o processo de eletrificação do país foi iniciado, ficando somente concluído após o 25 de Abril de 1974, onde até então, a electricidade era inexistente e continuou a ser durante largos anos em muitas das áreas rurais. “A última freguesia eletrificada foi a de Ermida, no Concelho de Satão, e foi-o em 1984. O que isso representa de progresso para o País e de justiça para todos os seus habitantes, na minha ideia, não é quantificável” (Francisco Sousa; 1998; p. 162).

A instalação da iluminação elétrica, tanto nas vias públicas como em casas privadas, não só demonstra a sua importância na libertação do homem dos seus medos noturnos, como lhe permitiu ainda prolongar muitas das suas atividades intelectuais, fabris, domiciliárias e sobretudo de lazer pela noite dentro, algo que era até então característico apenas de teatros e tertúlias em cafés.

Os sistemas de iluminação pública, presentemente considerada uma necessidade essencial, torna-se uma das mais importantes componentes do espaço urbano. Tendo como base um simples equipamento, evolui para um verdadeiro instrumento de ordenamento, que viria a mudar o desempenho de funções essenciais nas dinâmicas de circulação noturna e essencialmente da segurança dos centros urbanos, sendo por isso, indissociável das políticas exercidas de ordenamento das cidades.

“O candeeiro público de parede, é talvez, mais antigo na tradição do que o de pé. Por isso mesmo é curioso observar a sua evolução, desde a antiga lanterna decorativa aos exemplos domais petulante tecnicismo. O triunfo nítido do progresso está patente nos exemplos em que o candeeiro de iluminação pública aparece como uma peça única, um monumento à vitória da luz sobre as trevas.” (Francisco Amaral; 2002; p. 189 e 190)

Com a existência da luz artificial o homem garante novos interesses, vivências e paisagens que até então lhe eram desconhecidas. Através da garantia aos populares de uma maior segurança, a luz artificial contribui para uma diferente operacionalidade e existência do espaço público durante o período noturno, podendo ser um elemento de orientação, como também revelador de beleza ou belo em si mesmo. De facto, as peças criadas para mobilarem os centros urbanos e garantirem a iluminação, era também elas, marcos históricos de uma ornamentação e embelezamento público único, sendo uma das maiores marcas da época e das próprias cidades que as envergam.

“A integração dos candeeiros de iluminação pública na paisagem urbana tem sido procurada muitas vezes, e em quase todas elas o espírito que prevaleceu foi o de uma analogia de estilo com a arquitetura vizinha (...) a integração deverá fazer-se tendo em atenção que arquitetura e candeeiros são entidades distintas, cada uma com a sua personalidade própria, que provém de funções diferentes, e da importância relativa das presenças em jogo, que deverão ser complementares.” (Francisco Amaral; 2002; p. 191)

Com o aparecimento dos primeiros designers especializados, passou a haver uma nova consciencialização das possibilidades da luz urbana, permitindo às cidades um progresso nos desafios do urbanismo da cidade noturna. De facto, com a constante promoção e avanço das tecnologias, o objeto candeeiro como mobiliário urbano foi evoluindo também ele em paralelo da própria luz. Os seus formatos, mais contemporâneos chocam por vezes com a presença de peças históricas, como é exemplo das que proliferam ainda no Jardim de São Lázaro.

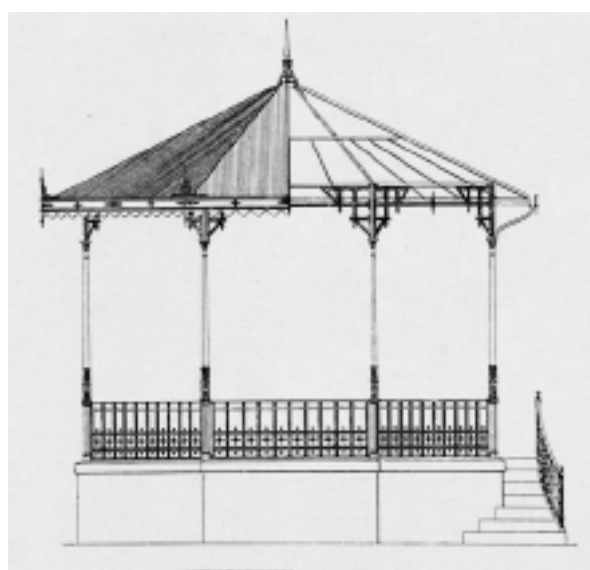
Francisco Amaral (2002; p.193) refere que “a iluminação dos jardins é outro exemplo em que se não se pretende realçar o candeeiro, mas sim o meio ambiente”. É necessária então uma maior aposta na interação com o pedestre, numa evolução que ultrapassa apenas a iluminação e sensação de segurança, numa crescente aposta na valorização de elementos destacáveis, definidoras de um espaço nas suas características como elementos urbanos. Mas, sobretudo, a iluminação caminha para uma orientação de rotas convenientes para o pedestre que possa muitas vezes não conhecer o local, e se sinta desafiado pela própria iluminação a descobrir o que as cidades têm ainda por desvendar.

4.3 CORETO

“Os abrigos criados pelo homem para sua defesa contra as inclemências naturais são tão antigos como ele próprio, pode dizer-se. Quanto aos abrigos postos ao serviço da coletividade – peças características do mobiliário dos espaços urbanos – esses são bastante mais recentes. Estão já, no entanto, muito difundidos; e embora continuem a ser essencialmente destinados a defender as pessoas da chuva ou frio, e do sol excessivo, servem aspetos tão diversos da vida urbana que é difícil englobá-los numa mesma apreciação.” (Francisco Amaral; 2002; p. 116)

“Os coretos, curiosa reminiscência de uma época mais amena, em que a vida social ao ar livre era um facto nos meios urbanos” (Francisco Amaral; 2002; p. 116)

“Os coretos são palcos ao ar livre, que surgiram nas cidades europeias nos finais no século XVIII, como resultado do novo processo de urbanização que incluía a criação de jardins de lazer e praças para grandes eventos públicos.” (Liberal, Pereira & Andrade, 2009). De inspiração francesa, o modelo é inicialmente importado como ambulante ou desmontável, em festas e arraiais populares, até que finalmente viesse a ocupar um lugar fixo no centro de praças ou jardins públicos. Definidos como “uma pequena barraca ou pavilhão, ordinariamente aberto por todos os lados situados nos fins dos jardins ou dos terraços, para gozar do ar no tempo calmoso, e disfrutar aqui boas vistas” (Relvas & Braga; 1991; p.10).



Figuras 17. Imagem de coreto instalado e presente no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017. E Documento de projecto de coreto; Arquivo Municipal do Porto. (Respectivamente).

“Houve tempos em que possuir um coreto era uma das mais caras ambições de todas as vilazinhas e aldeias do país. Por isso, se encontram ainda tantos destes luxos no meio dos largos de feira, ou dos jardins públicos, ou dos adros de igreja. A presença é por vezes tao insólita e o contraste tão gritante com a singeleza das construções circundantes que chega a tornar-se pitoresco. Pois, apesar do seu gosto démodé [8], ainda se não criou nada mais adequado.”

(Francisco Amaral; 2002; p. 116)

No Jardim de São Lázaro, o coreto viria a ser instaurado no séc. XIX, ainda que com a fama de a sua acústica não conseguir rivalizar com os existentes na Cordoaria e Marquês.

“A utilização dos coretos tornou-se um marco sempre presente nas festividades e cerimónias religiosas para acolher as orquestras, passando a existir um grande nível de sofisticação na produção destes objetos” (Liberal, Pereira & Andrade; 2009) O reportório das bandas passava por marchas militares, rapsódias, temas de touradas e também por música de baile, estimulando para que as pessoas dançassem “mas com passos cuidados para não levantar pó.” (Liberal, Pereira & Andrade; 2009)

“Trata-se de uma nova forma ligada ao espaço de lazer de rua e de jardim que reflete os estilos e gostos da época. No século XIX, o casal burguês que quisesse saber as últimas novidades ou encontrar as pessoas que contavam, era obrigado a passar pelo coreto, que também proporcionava a possibilidade de conviver de forma descontraída com a família e os amigos.”

(Relvas & Braga; 1991; Jardins do Porto; 1988)

Uma das mais icónicas peças existentes do movimento romântico, os coretos traziam de si elementos orientais e ornamentos que fazem encaixar de forma harmoniosa estas enormes instalações em espaços públicos. Foi sobretudo pelo impulso da expressão musical que se ergueram estes palcos, onde o acesso à música, teatro ou outro tipo de arte ou discurso passa a ser realizado no exterior, com livre acesso a toda a população. Incluído na lista dos monumentos a conservar, os coretos continuam ainda erguidos como estrutura presencial em espaços históricos da cidade.

“Apesar do seu gosto exótico e ultrapassado, conseguiram manter uma dignidade formal ainda válida. Nos poucos casos em que ainda deles se faz uso é quase heroica essa luta contra uma cultura ao domicílio, alimentada pela rádio, pela televisão, pelo cinema, pelos discos de música gravada. É a uma tradição de civismo bairrista ou regionalista que podemos agradecer a sobrevivência deste elemento do equipamento cultural urbano- que de tão poucos outros dispõe.”

(Francisco Amaral; 2002; p. 125)

Este e outros coretos presentes na cidade e nos seus jardins encontram se em locais recentemente reabilitados no âmbito do Porto 2001 e obras do metropolitano, no entanto esta condição não assegura o seu ideal funcionamento, com pouco ou nenhum uso.

[8] Démodé: adjetivo para: fora de moda: uma roupa, uma teoria démodée.

Ultrapassado; desusado. Etimologia (origem da palavra démodé): palavra francesa, feminino démodée.

Município do Porto
 Bairro Oriental Freguesia de Santo Ildefonso

Jardim de S. Lázaro

ORÇAMENTO
 para a
 construção d'um coreto n'este jardim

N.os	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	Medição	Preço	IMPORTANCIA	
				Parciaes	Totaes
	Obra de pedreiro				
1	Alvenaria em alicerces	25,92 ^{me.}	2,800	72,576	
2	" " paredes	20,71 ^{me.}	2,800	57,988	
3	Faixa sob o alicerce	13,60 ^{me.}	1,500	20,400	
4	Ardeus sobre o empareamento	22,80 ^{me.}	1,000	22,800	
5	Seguros revestidos a cimento	11,00 ^{me.}	1,000	11,000	
6	Balcada a portuguesa	36,16 ^{me.}	400	14,464	
7	Relembra para o pavimento	36,16 ^{me.}	800	28,928	
8	Relicão em empareamento	13,68 ^{me.}	300	4,104	232,256
	Obra deerralbeiro				
	Colunas de ferro fundido	✓ 1,55 ^{h.}	100	155,000	
	Grade " " "	✓ 1,00 ^{h.}	130	130,000	
	Colunas na escada	✓ 1,50 ^{h.}	160	24,000	
	Grade de ferro fundido na escada	✓ 1,50 ^{h.}	200	30,000	
	Espigões de ferro T de 2 polegadas	X 1,70 ^{h.}	220	37,400 X	
	Enchaces " " " " "	X 1,00 ^{h.}	220	22,000 X	
	Ferras " " " " "	X 70 ^{h.}	220	15,400 X	

Figura 18. Documento do Município do Porto de orçamento de construção de coreto no Jardim de São Lázaro, na freguesia de Santo Ildefonso; Arquivo Municipal do Porto.

4.4 ÁGUA - BEBEDOURO E LAGO

“Pela sua importância vital, a água foi sempre motivo de preocupações especiais em qualquer aglomerado, e muito mais justificadamente à medida que este cresce em população e necessidades. A sua falta é de consequências tão graves que várias localidades estagnaram, definharam ou mesmo desapareceram completamente quando ela escasseou, ou se tornou de difícil captação.” (Francisco Amaral; 2002; p. 148)

(...)

A exaustão das reservas de água doce da terra, a que nos habituámos a considerar inesgotáveis, é encarada pelos cientistas com apreensão, dado o tremendo crescimento populacional e as exigências cada vez maiores da industrialização. A importância e as virtudes da água estão profundamente enraizadas na mentalidade da população dos meios pequenos, a ponto de aceitarem com dificuldade, por paradoxal que pareça, as inovações tendentes a melhorar os processos de captação e distribuição.

Esta reação assume, por vezes, aspetos inesperados, como, por exemplo, a oposição das mulheres à distribuição de água canalizada ao domicílio, porque isso as priva dos contactos diários na fonte, que constituem um dos mais importantes momentos da sua reduzida vida social. (...) Por isso estão longe de perder a sua importância os fontanários públicos, e não só nas localidades pequenas como nos bairros mais modestos das maiores cidades.

(...)

De um modo geral, a água urbana, utilitária, é discreta. O velho princípio dos vasos comunicantes, as bombagens possibilitadas por canalizações resistentes e versáteis na adaptação aos casos mais diversos, etc... Emergem destas veias subterrâneas, além das saídas para o abastecimento dos prédios, as bocas de rega, as bocas-de-incêndio, normalmente de presença discreta, e os bebedouros e fontanários, estes últimos descendentes de uma tradição secular nem sempre honrada na sua versão municipalizada.” (Francisco Amaral; 2002; p. 148)

Nos meios urbanos, qualquer que fosse a sua dimensão, as fontes tiveram sempre um realce muito justificável. O facto de serem elementos fundamentais para a vida quotidiana, e por isso também centros de convívio importantes, elevou-as a uma dignidade quase monumental e a uma presença relevante na paisagem urbana.

Foi talvez, esta tradição que manteve o gosto pelas fontes decorativas, quando a sua importância funcional já havia sido ultrapassada. O prazer da contemplação da água, de resto, era já uma característica árabe que, provavelmente, ficou entre nós (Francisco Amaral; 2002; p. 158 e 159)

De fato, no Jardim de São Lázaro, é ainda possível encontrar um exemplar de fonte datado do século XVI, composto pela fonte e a sua taça de mármore. Pertencente ao anteriormente e já demolido Convento de S.Domingos, a mesma foi transladada para o jardim onde até hoje é monumento fulcral do embelezamento do mesmo. Ainda assim, o orgulho que as cidades colocavam nas suas fontes foi ofuscado com a inovação e progresso do mobiliário urbano industrializado. Algumas secaram, outras sobreviveram graças a adaptações vexatórias, no entanto, a água municipalizada foi recorrendo a novos materiais e novas formas para a criação de novas peças de fontanário, como é caso do existente no jardim, de ferro fundido de série, do final do século XIX. Francisco Amaral (2002; p.157) refere que “são também dos fins do século XIX, vários tipos de fontanários, em ferro fundido, executados em série, que permitiram levar a água potável até aos consumidores, quando ainda não era viável a rede domiciliária”



Figura 19. Imagens de bebedouros existentes no Jardim de São Lázaro e seu produtor, Fundição de Massarelos; Autoria própria, Outubro de 2017.

“A outra faceta da utilização da água nas grandes urbes reside no seu valor como elemento decorativo, para deleite da vista, e na sua presença refrescante. Diz-se que nos vem da tradição moura este gosto pela proximidade da água junto dos espaços que habitamos, a mirá-la, ouvir o seu ruído, sentir a sua frescura. Lagos, espelhos de água, repuxos, fontes decorativas; encontram-se efetivamente por todo o país exemplos significativos, uns que remontam a épocas distantes e os que se têm vindo a criar até hoje, nem sempre com bom gosto, mas sempre carinhosamente mantidos” (Francisco Amaral; 2002; p. 148)

Francisco Amaral (2002; p.160) acrescenta ainda que “os lagos, mesmo de pequenas dimensões e função meramente decorativa, são sempre um prazer visual.” É graças a este pensamento que a cidade do Porto se vangloria de representar nos seus jardins mais emblemáticos ilustres lagos decorativos, espelhando a arborização circundante num centro que une e cultiva as pessoas a paragens de apreciação. São vários os autores que escrevem, vários os pintores que pintam, e raros os que ficam indiferentes a estes locais que garantem uma maior vida até mesmo animal, nos espaços verdes citadinos.



Figura 20. Imagem de lago existente no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017.

4.5 PAPELEIRA

“Também a evacuação de lixo e a limpeza dos espaços urbanos são problemas de graves proporções. Como se verifica, trata-se de assuntos de bastante importância, mas que, pela sua natureza, não costumam despertar o interesse geral, a não ser na medida do seu melhor ou pior funcionamento.” Francisco Amaral (2002; p. 170) acrescenta ainda que “o que mais pode surpreender é que, até neste sector tão prosaico, houve a procura de uma certa dignidade cívica, e mesmo de uma valorização estética! Foi principalmente nos fins do século passado que este fenómeno se deu, e mais uma vez a «arquitetura do ferro fundido» surgiu a valorizar o mobiliário urbano.

“O cesto ou recetáculo para papéis, é um exemplo muito elucidativo de «mobiliário» urbano, porque sintetiza bem a função deste, facilitando, mas ao mesmo tempo disciplinando a vida coletiva.” (Francisco Amaral; 2002; p. 174) Neste momento o Jardim de São Lázaro apresenta através das suas papeleiras, a única peça do seu abrangente mobiliário urbano, atualizada após a inserção das mais variadas criadas no século XIX. Uma peça que graças aos elementos residuais colocados no seu interior acelera o processo de corrosão e desvirtuamento em relação ao espaço inserido. Deste modo, a limpeza dos espaços públicos culmina numa limpeza dos próprios contentores estabelecidos nos jardins, ainda que dependentes de meios humanos intensivos, dada a diversidade dos espaços e muitas vezes, a difícil acessibilidade dos mesmos. Através das medidas defendidas anteriormente que foram base da modificação desta peça unicamente renovada do leque mais antigo de equipamento existente, é necessário um maior cuidado por parte das entidades que coordenam os espaços, para uma maior limpeza não somente de resíduos mas da peça que os aglomera.



Figura 21. Imagem de papeleira existente no Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017. E Imagem de papeleira da cidade do Porto no séc XIX; Arquivo Municipal do Porto. (Respectivamente).

5. CONCLUSÃO DO ESTUDO DO JARDIM DE SÃO LÁZARO E INTRODUÇÃO AO PROJETO

“O espaço público urbano é como o próprio termo indica um local de convergência popular, no qual o utilizador tem a oportunidade de conviver com outras pessoas e partilhar experiências. É um local com o qual todos os utilizadores teoricamente se devem identificar e usufruir da forma que deseja. É necessário compreender se poderá a interação entre pessoas e os objetos atuar como fator inclusivo e dinamizador do espaço público urbano. Compreender de que forma o utilizador aborda e interage com o espaço público, sendo relevante a compreensão se o mesmo é feito de forma eficaz atualmente, podendo-se considerar que os espaços públicos e os objetos neles presentes atualmente, não promovem uma interação plena entre o utilizador e o local, não permitindo assim uma identificação com o mesmo?”

De facto, há quem o defenda, como é caso de Noah Pylvainen, onde numa apresentação na Tedx EMU intitulada “TheLostArtofPublicSpace”, aborda esta questão e tenta perceber as razões do cada vez menor uso dos espaços públicos. Na sua apresentação refere, que para as pessoas, quando frequentam um determinado local público ou semipúblico, como por exemplo os centros comerciais, é importante para os utilizadores sentirem-se parte constituinte do mesmo e que para uma interação social e objetiva com sucesso é preciso que o local apresente os seguintes requisitos:

- Um espaço com múltiplos propósitos
- Um espaço que permita várias hipóteses de mobilidade
- Ser capaz de albergar várias atividades ao mesmo tempo
- Não ser propriedade de privados

No fim também refere que temos de construir locais nos quais as pessoas se sintam bem e que tenham algum significado para os utilizadores.”

(Nuno Machado; p.3)

Nos dias que correm são estes adereços de mobiliário urbano projetados em tempos outrora tão distintos, que se mantêm na tentativa de dar vida a estes jardins. Em suma, não é errado concluir que estas importações idealizadas por Ingleses e Franceses ajudaram a projetar não só um novo modelo citadino, como impulsionou uma nova projeção de uma sociedade futura, a que vivemos atualmente, mais justa e próxima.

As diferenças sociais continuam e continuarão a existir, no entanto, as barreiras outrora criadas foram quase inteiramente derrubadas, muito devido a esta política de aproxima-

ção da população por parte dos espaços públicos. A sociedade tornou-se mais interligada, e coabita hoje de forma mais solene.

Todavia o Jardim de São Lázaro, antes lugar de eleição da sociedade portuense e outrora proclamado com sendo “o melhor da cidade n’aquelle tempo” (Alberto Pimental; 1876; p.77), encontra-se hoje em dia “adormecido e desprezado (...) Ex - Paraíso terrestre de relva, flores e sombras! O teu tempo decididamente passou para não mais voltar! Haverá hoje alguém que compreenda sequer o encanto dolorido daquelas tardes românticas e tao calmas, tão sentimentais?!” (Artur Bastos; 1932; p.154).

“A modernidade trouxe consigo o fascínio pela tecnologia, que de súbito entrou no dia-a-dia urbano ate se transformar no principal objetivo da ação quotidiana. Atualmente, “numa sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada – em casas privadas, com computadores e carros privados, em espaços de trabalho privados e em centros comerciais estritamente controlados e privatizados – existem sinais claros que a sociedade e os espaços urbanos receberam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos.”

(Jan Gehl; 2002; p.20)

Estes locais centenários, ainda bem presentes atualmente nas cidades, foram ao longo da modernização do mundo perdendo o interesse para as novas gerações. A facilidade de mobilidade e as tecnologias permitiram o retrocesso na questão social anteriormente referida, de retirar a população das suas casas, juntando-as em confraternização num local estrategicamente posicionado nas cidades. Hoje em dia, poucos são os que utilizam estes espaços, fazendo deles pouco atuais e quase inteiramente parados no próprio tempo que já carregam consigo. Ainda assim, a cidade do Porto continua a carregar consigo uma forte ligação e tradição ao nível dos jardins, encontrando-se por isso, espaços bem preservados e arrançados de modo a receber, sempre, da melhor maneira, os poucos utilizadores que por lá ainda passam.

Artur Bastos (1932; p.151) refere que:

“Que animação, que luxo, que vida havia então nessa miniatura de Passeio Público!

(...)

O Jardim ainda existe, mas a atual mocidade elegante cujas saudosas avózinhas, certamente, por ali passearam, amaram, sorriram e sofreram, nem por piedade para com o nonagenário velho, mutilado e sem carinhos, que viu tantas lágrimas e, compassivo, escutou tantos suspiros, vai dar-lhe uns minutos de amorável companhia!... Feia ingratidão!“(Artur Bastos; 1932)

“Homens da escrita, intelectuais e artistas foram mobilizados por uma outra força: a tomada de consciência de uma mudança histórica, de uma rutura traumática do tempo. Sem dúvida que a entrada na era industrial, a brutalidade com que esta vem dividir a história das sociedades e o seu ambiente e o «nunca mais como antes» que dela resulta são uma das origens do romantismo (...) O mundo acabado do passado perdeu a sua continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire por isso uma nova determinação temporal. A distância que dele nos separa é, a partir de então, desdobrada. Ele está acantonado no passado de um passado. Um passado que não pertence mais à continuidade do futuro e que mais nenhum presente ou futuro virão aumentar (...) Os monumentos históricos são por isso necessários à vida do presente, não sendo nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem somente portadores de saber e de prazer, mas parte do quotidiano.” (Françoise Choay; 2010; p.144 e 145)

É no sentido de homenagear estes espaços históricos e todas as pessoas que passaram pelos mesmos, que é dado o mote deste projeto, “reaproximando assim os edifícios do presente e do passado, algo que não se encontra longe de tornar a dar ao monumento histórico pretendido, o valor e a função do monumento original”, (Françoise Choay; 2010).

Não existe maior tributo à história do que não a deixarmos morrer. Apesar de toda a modernidade envolvente, devemos sempre recordar a memória afetiva na dimensão sagrada das obras humanas, onde o monumento histórico adquire, para além disso, uma universalidade sem precedentes, acrescenta Choay. Deste modo, as célebres praças e jardins pertencentes ao espaço público cidadão devem ser preservadas ou então repensadas para que não sejam esquecidas no tempo e sejam sempre parte ativa e integrante no quotidiano populacional.

Através da criação de um novo conjunto de mobiliário urbano de destaque, mais cómodo e atual, é pretendida, de forma não invasiva mas chamativa conseguir atrair novas formas de uso destes espaços, mas sobretudo com isso, atrair um público maior, de diferentes faixas etárias, de modo a rentabilizar, reabilitar e reinventar estes espaços para que voltem a ganhar vida e dar também vida à própria cidade.

A desertificação de puros oásis citadinos como o Jardim de São Lázaro pode ser combatida através do design. É necessário contrair o rumo e reverter o desinteresse por espaços urbanos com dimensão histórica e social, através do pensamento futuro. Necessidades básicas devem ser renovadas, e o chamamento através da novidade, do conforto e da imagem aperfeiçoada dos equipamentos existentes e a aperfeiçoação do espaço com elementos ainda por criar, consistirá no chamamento necessário para a criação de uma nova vida do jardim.



Figura 22. Fotografia de tráfego adjacente ao Jardim de São Lázaro no séc. XX.

“Viver a cidade, implica acima de tudo senti-la com toda a determinação dos sentidos.”

(Filipa Viana; 2012/2014; p. 36)

PARTE II

CAPÍTULO 1

INICIAÇÃO DA PROPOSTA



Figura 23. Jardim de São Lázaro, Autoria própria, Outubro de 2017

“Há tradicionalmente no Porto uma aptidão para a mudança e para a inovação...”

(II Forum Ibérico sobre Centros Históricos; 2003)

1. MOTIVAÇÃO

É no sentido de homenagear estes espaços históricos e todas as pessoas que passaram pelos mesmos, que dei início a este projecto. Não existe maior tributo à história do que não a deixarmos morrer. Apesar de toda a modernidade envolvente, as célebres praças e jardins pertencentes ao espaço público citadino devem ser preservadas ou então repensadas para que não sejam esquecidas no tempo e sejam sempre parte ativa e integrante no quotidiano populacional.

Através da criação de um novo conjunto de mobiliário urbano de destaque, pretendo de forma pouco invasiva mas chamativa conseguir atrair novas formas de uso destes espaços, mas sobretudo atrair um público maior, de diferentes faixas etárias, de modo a rentabilizar e reinventar estes espaços para que tornem a ganhar vida e dar vida à população.

2. OBJECTIVOS

Este projeto define-se segundo os seguintes objetivos principais:

- Utilização do design como elemento vivo na intervenção, desenvolvimento criativo e concetual de peças de mobiliário num espaço público urbano. Através do qual, problemáticas encontradas seriam solucionadas de forma inovadora num claro melhoramento do conforto e estética, proporcionando uma total experiência positiva ao utilizador.

- Contribuir de forma ativa para a revitalização dos jardins públicos portuenses, (em especial, destacando o jardim de São Lázaro), atraindo um maior número de visitantes aos mesmos, numa mais frequente e proveitosa utilização destes espaços.

A sinergia entre o design e os espaços públicos históricos, deve ser, na minha opinião, um contributo maior na promoção de ambos, dinamizando através das oportunidades criadas também para designers, a possibilidade de também estes locais se reerguerem, fruto da revitalização proposta.

3. METODOLOGIAS

A primeira fase concentrou-se no estudo e análise do espaço a intervir. Esta análise foi realizada através de visitas aos locais, levantamento fotográfico e informativo, nomeadamente em bibliotecas, arquivos, mas sobretudo da colaboração dos intervenientes locais na partilha de opiniões e histórias. Dessa maneira, foi possível identificar e recolher elementos que caracterizam a arquitetura urbana residente nestes espaços a trabalhar, tanto de um ponto de vista formal como histórico. As repetidas visitas, necessárias para um levantamento métrico do espaço e real contacto com o mobiliário existente, proporcionaram a possibilidade de análise através da observação dos habituais frequentadores e das formas de aproximação e utilização dos modelos existentes no espaço, possibilitando a participação nas dinâmicas existentes, documentando-as em diversos elementos de registo.

Tudo isto originou uma segunda fase, onde através de uma pesquisa de mercado, mais sustentada e rica em objetivos, avançaria o projeto, esboço após esboço, numa clara conclusão projectual, dando assim, finalmente, cor e forma ao projeto.



Figura 24. Moodboards de pesquisa projetual.

4. ESTADO DA ARTE - MERCADO CONCORRENCIAL

Após compreendermos de forma breve as origens e a consolidação do trabalho do ferro em Portugal, particularmente na região Norte, e demonstrada como a indústria gerou, no século XIX, um importante desenvolvimento quer industrial (tecnologia e equipamento industrial) quer estético (arquitetura e mobiliário urbano), uma nova vaga de produtos surge com o avançar dos tempos, fruto do crescimento e importância do design na conceção de novos projetos.

A arte do ferro fundido, ainda que bastante plástica e apelativa à vista pela sua ornamentação, acaba por ser ultrapassada por novos processos mais económicos que apelam à homogeneidade entre os elementos, onde se verifica, crescentemente, no desenho industrial, formas mais racionais e standardizadas.

Como mencionado anteriormente, por (Francisco Amaral; 2002), “ o mobiliário urbano surge na tentativa de criação de uma nova sociabilidade”, algo que não se revê nos dias atuais em jardins ou praças como São Lázaro em que os próprios elementos urbanos estagnaram com as modificações sociais e espaciais em redor do espaço.

Com isto, pretendemos através de uma minuciosa seleção de produtos, fabricantes e designers, demonstrar as evoluções do desenho tradicional existente ainda no jardim com produtos que atualmente satisfazem o mercado concorrencial a nível mundial e interno.

“A cidade atualmente convida ao tráfego do pedestre”

(Jan Gehl e Lars Ganzon; p.10; 2002)

Com a propagação e constante crescimento de inúmeros locais espalhados pelo globo, proporcionando ao designer o melhoramento das condições dos seus habitantes para com o espaço público, e através da entidade Red Dot que promove desde o ano de 1995 uma competição de Design de Produto reconhecida internacionalmente pelo seu selo de qualidade, dois estúdios internacionais foram destacados como exemplos de novas conceções materiais e estéticas dadas ao mobiliário urbano atual.

Funcionalidade, é marca registada da linha de mobiliário urbano **SOMA ONE**, vencedora de um Red Dot Award na edição de 2017. Um projeto que passou de ideia para a realidade na primavera de 2016, quando os designers industriais Annica Doms e David Doms, do **estúdio de design SKAPA**, sediado em Estocolmo, Suécia, se questionaram com o que estava em falta no mercado atual. Como resposta ao desafio, foi decidida a criação de mobiliário de alta qualidade para espaços públicos, com um design bom e pensativo, vendido a preços justos.

A linguagem do projeto é graficamente expressiva, com linhas distintas e detalhes impressionantes, numa tentativa de revivalismo de construções industriais outrora perdidas, através de linhas e proporções consistentes, criando uma unidade de design em toda a linha de produtos. Desenhada para espaços públicos, focada tanto em interiores como exteriores, foi desenhada focada na sua função e qualidade, apresentando assim uma linha resistente e robusta, com soldas invisíveis e junções agradavelmente arredondadas. Além disso, o mobiliário oferece boa ergonomia. Os apoios de braço existem não apenas para proporcionar um assento confortável, mas também como apoio útil quando se está sentado ou em pé. Disponível em oito diferentes cores, a gama de móveis é compacta para o seu transporte, enquanto os parafusos que seguram os componentes individuais juntos, são um detalhe de design deliberado.

A linha de produtos é funcionalmente projetada com inspiração na anatomia humana. Linhas gráficas distintas criam um design expressivo e flexível que exige interação. Fácil de instalar e 100% reciclável, as peças são fabricadas em Småland, na Suécia, utilizando aço galvanizado revestido a pó, para uma durabilidade mais duradoura, em ambientes externos, resistente a todas as condições climatéricas.



Figura 25. Linha de mobiliário urbano SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA.

Em declarações finais, o júri que galardoou a linha com um invejável Red Dot, garante que o “seu design é funcional e de alta qualidade, onde a linha Soma One não assume apenas uma posição robusta na gama do mobiliário urbano, como é também de alta qualidade ergonómica e esteticamente atraente”



Figura 26. Pormenores de linha de mobiliário urbano SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA.

Especializados na área de design industrial, o estúdio Skapa possui, para além de múltiplos projectos destinados a outras áreas, um vasto catálogo de diversos produtos de integração em espaço público. Em destaque encontra-se, por ordem, a coleção de depósitos de reciclagem **BIRDIE** (figura 27), a coleção **KITE** (figura 28), bem como, e finalmente, seguindo a linha da coleção **SOMA ONE**, (figura 28), o depósito de lixo destinado a complementar a mesma.



Figura 27. Coleção de depósitos de reciclagem BIRDIE, do estúdio de design SKAPA.



Figura 28. Coleção de depósitos de reciclagem KITE, do estúdio de design SKAPA.
e Coleção de depósitos de reciclagem SOMA ONE, do estúdio de design SKAPA. (Respetivamente).

O **DRIP DROP** é um banco público para a principal estação ferroviária de Arlanda, na Suécia. Escolhido, como exemplo, por mais uma vez ser um projeto premiado com um Red Dot Award na edição de 2017, e sobretudo pela junção inovadora de materiais, foi desenhado por Johan Larsvall e Nils Löventorn, como parte integrante do **estúdio IDesign**, sediado em Estocolmo, na Suécia, é produzido pela Linjon para a Arlanda Express.

O seu nome é referente à seção transversal em forma de gota do encosto, feito de carvalho maciço. Ele é então fixado num suporte de betão, criando a impressão estética de simplesmente ter sido pressionado no mesmo quando se encontrava macio. Graças ao seu formato orgânico, o encosto garante aos utilizadores um conforto extraordinário, em relação ao ângulo posterior, como ao apoio lombar. Tanto a escolha dos materiais quanto a linguagem de design da peça evocam, segundo os seus criadores, a sua herança escandinava, onde se revêem na essência do design em emparelhar a estética com o conforto, numa peça de design durável tanto no material quanto na forma.

Em declarações finais, o júri que galardoou a linha com um invejável Red Dot, garante que o “que caracteriza o design do Drip Drop é a sua forma orgânica. Graças à mistura de materiais, madeira e betão, a mesma também atua como atração num espaço público”



Figura 29. Banco público DRIP DROP, do estúdio de design IDesign.



Figura 30. Banco público DRIP DROP, do estúdio de design IDesign.

Para o **estúdio IDesign**, o design é colaborativo. Trabalhar com vários clientes das mais diversas áreas, equivale a compreender diferentes problemas e entrar em contacto com o maior número de profissionais para que, o processo de design centrado no usuário, seja frequentemente trabalhado com uma ampla rede de especialistas, que permite que o resultado final possa ser fornecido com a mais alta competência e eficiência.

Constituído por membros com o ponto comum de serem todos designers industriais ou portadores de múltiplas competências, como especialistas em iluminação, engenharia, prototipagem, design de interiores etc, o estúdio pode ainda reclamar mais um projeto de integração em espaço público para a Arlanda Express, como é caso da linha **Sticks**, (representada na figura 31)



Figura 31. Banco público STICKS, do estúdio de design IDesign.

Converging o estudo de caso a Portugal e à cidade do Porto, é seguindo esse caminho que consideramos como mercado concorrencial nacional, os principais produtores, localizados nos diversos espaços urbanos das cidades portuguesas. As duas escolhas recaem na influência clara que o design tem na criação e produção dos seus produtos, que têm elevado as marcas para um patamar de excelência e afirmação premiada por todo o mundo e que têm vindo a ganhar e de igual forma a garantir também, maior destaque aos espaços públicos à cidade do Porto.

Fundada por Pedro Martins Pereira, e sediada em Albergaria-a-Velha, a **Larus** iniciou a sua atividade em 1988. O recurso ao Design permitiu-lhe criar valor investigando e desenvolvendo novos produtos. A **Larus** constitui-se como um laboratório para a inovação do desenho de artefactos, dispositivos e serviços de mediação cultural, desenvolvidos em coerência com os valores da sua marca, fundados na ecologia e na liberdade.

O Design influenciou a organização, dando suporte à filosofia da gestão estratégica, alicerçada na sustentabilidade ambiental, económica, cultural e social. Como exemplo de apostas do município do Porto encontramos a linha **RUA**, pelo designer J. M, Carvalho Araújo. Uma linha de mobiliário urbano estável, resistente ao vandalismo, adaptando-se aos utilizadores. Tudo isto sem demasiado protagonismo, respeitando a envolvimento. Um desenho escoreito e limpo.



Figura 32. Banco público da linha RUA, da empresa portuguesa Larus.

Hoje, a empresa dedica-se ao desenvolvimento de mobiliário urbano suportando a sua atividade na investigação em Design, que dá suporte à comunicação, ao desenvolvimento de novos produtos e à filosofia da sua gestão estratégica.

A cultura da marca, alicerça-se então, em valores de sustentabilidade e conservação na natureza, desenvolvendo equipamentos com preocupações ecológicas, de integração, e respeito pelos espaços públicos, com espírito de cidadania e democracia que visam suscitar sentimentos nos utilizadores.

A diversidade e qualidade do projeto permitem à Larus afirmar-se atualmente não somente no Porto, como nas mais diversas regiões do mundo, onde se tem prestigiado através de elevadas distinções que a reconhecem como uma das maiores referências na área do mobiliário urbano. Neste contexto de constante inovação, os sucessivos prémios nacionais e internacionais com que a Larus tem sido distinguida ao longo dos últimos 25 anos, constituem, para além do meritório reconhecimento público, acreditação institucional e consequentemente, a criação de novas reservas de confiança futura.

Especializados na área de mobiliário urbano, a **Larus** possui um vasto catálogo de diversos produtos de integração em espaço público. Em destaque encontra-se, por ordem, a linha **Y** (figura 33), a **Axis Bold** (figura 33), e as linhas **Arc e Arqui** (figura 34).

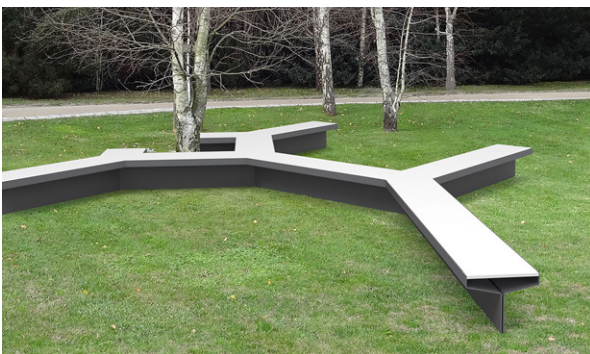


Figura 33. Banco público da linha Y, e banco público da linha Axis Bold, da empresa portuguesa Larus.



Figura 34. Banco público da linha Arc, e banco público da linha Arqui, da empresa portuguesa Larus.

À semelhança da Larus, encontra-se a **Ieta Design**, uma marca especializada na área do mobiliário urbano, sediada em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.

Fundada em Dezembro do ano de 2000 integra a **IETA SA**, uma empresa metalomecânica certificada do sector automóvel. A marca **Ieta Design** surge como uma nova estratégia de desenvolvimento, produção e comercialização de produto próprio, sustentada pelo aproveitamento de sinergias, knowhow e rigor adquiridos e desenvolvidos pela empresa ao longo de mais de 60 anos de atividade.

Conscientes da atual importância do design urbano, na qualidade de vida da sociedade contemporânea, procura responder a novos desafios, perspetivando o design como denominador comum da identidade cultural na apropriação do espaço, contribuindo para a construção do espírito de cidadania.

Como mobiliário urbano, os **Zig** (figura 35) são bancos de exterior, presentes em inúmeros espaços públicos, das mais variadas localidades portuguesas, que se contrapõem e adequam ao meio envolvente como resposta minimalista. O aço como elemento estrutural, a madeira mais próxima do utilizador, aferida de conotações sensoriais mais amigáveis. Assim, **Zig** aposta numa abordagem simples e intemporal, adaptando-se facilmente a qualquer espaço carismático ou de importância histórica.



Figura 35. Banco público da linha Zig, da empresa portuguesa Ieta Design.

A **Ieta Design**, orientada por valores sociais, humanos e ambientais, assume o Design como elemento de diferenciação e inovação tecnológica dos seus produtos. Através de valores assumidos como a criatividade e inovação, a democratização do design, a identidade e compromisso, bem como a transparência e a integridade, a marca pretende ser reconhecida pelo seu compromisso com a humanização do espaço exterior, criando soluções que promovem a qualidade e conforto, agindo como motor de inovação e cativação do espaço público. Deste modo, o seu vasto catálogo de produtos, oferece as mais diversas soluções para as mais variadas peças que o cliente pretende ocupar o espaço público, como é caso, por exemplo: Bebedouros; parque de bicicletas; papeleiras e cinzeiros.



Figura 36. Bebedouro público TRAÇO A1, e Parque bicicletas público CUBIC R1, da empresa portuguesa Ieta



Figura 37. Papeleira pública IZATO P1, e Cinzeiro público CUBIC C1, da empresa portuguesa Ieta

Nesta análise é notória a magnitude atingida pelas mais diversas marcas que representam apenas, uma percentagem das existentes no sector do mobiliário urbano inserido em Portugal. Entre as mais históricas, salientam-se as marcas que têm evoluído significativamente nos últimos anos, graças à preocupação constante no investimento por novas linhas de design, acompanhadas por novas tecnologias que têm vindo a permitir às empresas atingir novas metas e métodos de produção, que leva estas marcas a responder a um mercado maior e mais diversificado. No entanto, entre as principais concorrentes é notório um apoio mútuo nos seus investimentos e serviços, resultando numa monotonia de certos modelos existentes no mercado do mobiliário urbano nacional, o que leva conseqüentemente aos mesmos nichos de mercado.

5. INTRODUÇÃO PROJETUAL

“O mobiliário urbano cumpre um papel importante na definição de espaço público e evidencia aspectos da sua identidade e qualidade ambiental, sendo uma parte de todo um projecto que tem um impacto directo na imagem física dos centros históricos. Independentemente do seu uso e função, os elementos urbanos devem contribuir para a criação de locais acessíveis, seguros, legíveis e sustentáveis para todos os cidadãos.

(...)

O mobiliário urbano nos centros históricos deve ser de qualidade, quer pelo desenho e forma dos produtos, quer pelos materiais empregues, durabilidade e manutenção, e ainda pelo seu papel efectivo nas políticas de sustentabilidade da cidade (...) A abordagem ao mobiliário urbano deve permitir variações dentro de referências comuns e, independentemente da sua forma e conteúdo, deverá reforçar as características ímpares de cada centro histórico, seja através da requalificação de elementos históricos existentes, seja através da introdução de elementos de design contemporâneo. (...) No que respeita ao mobiliário urbano, são preferíveis soluções de design contemporâneo a soluções apoiadas em formas clássicas e/ou históricas, que na maior parte das vezes se transformam em imitações descaracterizadas e desajustadas no espaço e no tempo.” (Ana Martins; 2005; p. 39).

É desta forma que se garante a importância da intervenção do designer num espaço público. Com a plena consciência de que as cidades são, apesar de tudo, detentoras de realidades e identidades distintas, em centros inesgotáveis de espaços a intervir, serão essas diferenças, e o respeito na tentativa de compreensão das mesmas, que cativa e fará do design de intervenção um modelo qualificado e à medida. Refere Ana Martins (2005; p.12) que “o design, através do mobiliário urbano deve ser entendido como um instrumento criativo capaz de intervir e transformar o espaço público, quer pela forma, quer seja pela função, quer seja pela sua organização espacial. “

Como referência histórica da cidade do Porto, o Jardim de São Lázaro deve ser revisto e pensado como um local dinâmico e multifuncional, um espaço disposto a intervenção e intervir de igual modo na rotina da urbe.

“Actualmente parece existir uma nova sociabilidade em determinados locais de referência da cidade. Podemos verificar que com a evolução da cidade, também os hábitos da sociedade se alteraram e reflectiram na vivência do espaço público”

“Daí cada vez mais a importância do design nos espaços públicos, que contribuem para o desenvolvimento a longo prazo e para o bem-estar da população. Os designers preocupam-se com a maneira de como se vive e se utilizam os referidos locais, dado que os seus projectos podem contribuir para uma identidade única, ajudando a economia local e a realçar a história ou a cultura de uma comunidade. (Josep Minguet; 2007; p. 7)

O espaço público é uma das plataformas disponíveis para os artistas exporem e divulgarem a sua arte. O seu ambiente é diferente do que se encontra nas galerias, museus e outros centros de arte, locais apenas frequentados por um público seletivo, que está ligado profissionalmente à área em questão ou apenas são entusiastas e apreciadores do mundo da arte.

A arte pública permite pelo contrário, que qualquer pessoa tenha acesso ao projeto artístico e às questões que o mesmo levanta, abrangendo assim a restante população que usufrui desses mesmos locais. Permite que a discussão sobre um determinado tema, alcance uma maior “fatia” da população, o que de outra forma não seria possível.

Os autores Antoni Remesar e Fernando Silva definem, no artigo “Regeneração Urbana e Arte Pública”, o projeto de arte pública como um conjunto de práticas que, sobre o ponto de vista urbano, têm como missão embelezar a cidade, aproximar a arte contemporânea dos cidadãos e, também, com a mudança, de formas pertinentes aos tempos manter viva a tradição da comemoração e do resgate da memória das personagens, pessoas e lugares de uma cidade. (Remesar e Silva; 2010; p. 83)

O artista assume uma postura de etnógrafo, manifestando a sua vontade em decifrar os processos de territorialização, deixando de querer representar a sociedade, para se inserir nos contextos sociais equacionando novas formas de socialização e recorrendo à colaboração participativa para propor novas experiências conscientes do real. Com a máxima de que, apenas por intermédio da ação conferimos significado ao mundo e somos capazes de compreender toda a sua diversidade formal, pensando no corpo como o veículo da experiência sensível.

Podemos dizer assim, que o design está intimamente ligado ao processo de modernização da indústria e do próprio espaço em que as peças criadas se inserem.

Na criação de um produto que irá transpor a sua exclusividade ao uso de qualquer visitante do espaço público a que é destinado, destinam-se igualmente parâmetros que se espera serem respeitados para uma melhor harmonia entre a peça, o espaço e o seu utilizador. Deve ser estabelecida uma ligação entre o design na sua conceção formal e material, no modo de implantação feita do espaço inserido, para que desta forma a sua identidade seja também ela parte integrante da já existente, dando continuidade ao espaço que é histórico, através de peças contemporâneas.

O hábito de viver o jardim prolongou-se ainda ao longo do século XX, mas actualmente parece existir uma nova sociabilidade em determinados locais de referência da cidade.

Não se trata portanto, de notícia para habitantes de grandes centros urbanos, ou pequenos núcleos populacionais, a existência de espaços comuns públicos como o de São Lázaro.

De facto, não somente a sua existência não representa novidade para a sociedade bem como a presença habitual dos seus utilizadores mais assíduos. São de outros tempos os ilustres e gloriosos anos em que se ergueram e viveram de forma entusiasta os jardins, tal como são hoje, de longínquos anos, aqueles que dão o único uso da sua disponibilidade para com a cidade e os seus cidadãos.

6. PÚBLICO ALVO

“Pobre Jardim de São Lázaro! Como parecem já remotos esses teus dias de glória!”
(Artur Bastos; 1932; p. 151).

A cidade do Porto soube, graças à sua enorme tradição de edificação histórica, preservar e apresentar aos seus habitantes espaços como o Jardim de São Lázaro, apresentáveis e bem arranjados de modo a acolher da melhor forma os seus frequentadores, que na maioria do tempo diurno, passa por pessoas de terceira idade, sendo apenas local de passagem para os restantes portuenses.

“Aquele que passa, que atravessa a largos passos, por comodidade de trajeto, por pressa, por labuta – esse não é senhor do jardim, não pertence ao jardim nem o jardim lhe pertence”
(Teresa Marques; 2001; p. 10)

“ O Jardim, é, o refúgio e o universo dos velhos. Nos bancos dos jardins, numa tranquilidade feita de paz e aceitação, lá vão colher o ultimo raiozito de sol e descansar da já tão longa caminhada. E os seus olhos procuram no remanso da verdura, na cor e nas sombras sabe Deus que recordações, que memórias, que alegrias distantes!”
(Teresa Marques; 2001; p. 9)

É desta maneira, que o Jardim consegue manter a imagem nos dias de hoje, de um espaço acolhedor e que acolhe de facto os portuenses no seu esplendor de luz natural, onde infelizmente, após o sol se pôr, se revela uma zona deserta, devido à fraca iluminação e ausência de atividades de carácter coletivo, e frequentada por grupos de risco e prostituição que conferem ao mesmo, uma imagem díspar da que mantém durante o dia. Na tentativa de prevenção à situação relatada, o Jardim de São Lázaro, ladeado com um gradeamento de ferro, é fechado durante a noite, contrastando com o jardim da Cordoaria, que situado em zona de forte movimento noturno, recebe inúmeros jovens durante esse período.

De facto, a ausência de público mais jovem no jardim de São Lázaro é um fenómeno difícil de explicar, mas acima de tudo um alvo a explorar como recetor das tradições, e que deve dar continuidade ao embelezamento futuro dos jardins, com vida ativa.



Figura 38. Utilizador do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017

A verdade é que, em paralelo com a enorme reestruturação do centro histórico do Porto como parte ativa e viva da cidade, que faz com que praças e jardins se preencham tanto a nível diurno como noturno, nos últimos anos, também a envolvente de São Lázaro ganhou novos negócios e novas dinâmicas nos estabelecimentos mais antigos, que começaram a ser frequentados por jovens e sobretudo por turistas. Ainda assim, o jardim sempre se fez sentir numa zona de tráfego intenso, encontrando-se inserido entre artérias principais da cidade e perto de locais de grande frequência, como é caso da Faculdade de Belas Artes, a Biblioteca Pública e até o Coliseu do Porto.

“Os jardins funcionavam como espaço de convívio, prazer e divertimento, e, no caso da cidade do Porto, começaram a tornar-se espaços de referência na identificação da cidade” (Saraiva & Veloso; 2001) Era necessário portanto, criar um conceito como meta atingível para a “reflorestação” natural de novas gerações de utilizadores nestes espaços, aproveitando a população mais jovem que diariamente vive a zona circundante, traçando o caminho a percorrer na idealização da proposta final. Através da utilização do design de mobiliário urbano, conseguir renovar o Jardim de São Lázaro e devolver à cidade a vida de um espaço que outrora proliferou, garantindo a resolução dos problemas que existem para os atuais utilizadores e tendo em mente a oportunidade e aposta no usuário mais jovem que na sua periferia, estuda, trabalha, diverte ou vive.

Destarte, garantir que o Jardim de São Lázaro acompanhe não somente o reerguer da histórica cidade do Porto, como as tendências que levam milhares de pessoas aos espaços verdes espalhados pelo mundo, devolvendo assim o prazer à própria cidade de reencontrar em si um espaço vivo neste que é o seu pulmão urbano mais antigo e central.

Existe, a necessidade de compreender o que continua a atrair os idosos, nos tempos que correm, aos jardins certamente muito distintos dos que vivenciaram e experienciaram no seu esplendor aquando tempos da sua criação e crescimento. Descobrir que ambiente respira ainda este espaço, que os aproxima diariamente de uma rotina que aos olhos de quem passa se encontra ultrapassada, percebendo junto dos mesmos a importância que estes passeios e convívio têm nas suas vidas.

É de igual forma do interesse desta investigação apreender junto destes utilizadores se razões históricas se encontram por detrás destes hábitos, conseguindo abstrair histórias do quão o jardim era influente nas vidas de quem viveu períodos distintos dos actuais. O que existe ou pode até mesmo ser aperfeiçoado e enriquecido para que estas pessoas continuem a sair dos seus lares monótonos, para passarem os seus dias num local certamente menos equipado e cómodo que as suas casas, e do modo que essas mudanças poderiam atrair mais usuários.

7. PESQUISA



Figura 39. - Utilizador do Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017

Foi através da busca de respostas a estas e outras matérias, das adversidades e incómodos bem como as mais valias do Jardim de São Lázaro, que fomos juntos que usufruem e vivem o espaço quase diariamente. Através de visitas e diálogos a utilizadores reais, conseguimos recolher dados e conhecimentos que não encontraríamos em qualquer livro ou site. Desde as mais longas às mais distraídas conversas, captamos opiniões que possam por vezes criar a noção de inoportunas ou até desnecessárias, mas que somente junto de quem adquiriu a vivência do jardim se poderiam transformar em peças importantes na construção do caminho a percorrer, traçando-o no projecto para a solução final.

Durante diversos dias foi possível dialogar por inúmeras vezes no Jardim de São Lázaro, canalizando desta forma a informação recolhida através de dez histórias que retratam o universo de tardes em que revivemos junto dos mais antigos, o seu passado e presente no espaço em que garantiram, os poderemos encontrar semanalmente.



Figura 40. Jogadores no Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017

7.1 DEPOIMENTOS REAIS

Maria do Alívio 86 anos; Porto | Alice Azevedo 57 anos; Porto

Junto destas senhoras, encontramos finalmente a oportunidade de falar com alguém que dispunha uma enorme sabedoria da cidade e conhecimento que acompanhava a sua idade. Maria do Alívio diz sem papas na língua que aos “velhotes basta uma mesa e cadeiras que se entretêm com cartas”. O facto de serem mais sociáveis, formam rapidamente um grande grupo no jardim, alvo de todas as atenções pelo barulho que fazem das conversas e discussões em volta do jogo. Após longos minutos de conversa, percebemos finalmente que estas não eram mãe e filha, dando novamente de caras com uma nova situação. Alice era uma senhora que estava a tomar conta de Maria, algo que se tornou interessante pois é importante perceber o porquê de terem escolhido o parque para passar esse tempo em que estão juntas. Ambas concordam que as mulheres não têm actividades que lhes puxe diariamente ao jardim, a não ser o descanso num espaço fresco e arborizado, mas sempre algo em declínio e inactivo. Alice é então uma senhora que toma conta de idosos como seu emprego, e a facilidade para chegar a este parque e sair do isolamento faz com que acompanhe Maria a passear regularmente. Ambas acabam em concordância de que muito poderia ser feito para rejuvenescer estes espaços, igualmente concordando que os bancos seriam um princípio pois são cada vez mais desconfortáveis à medida que a idade avança, e a ergonomia falha em pessoas que naturalmente vão adoptando problemas de ossos como é caso dos idosos.

Carolina Martins 60 anos; Gaia

Uma das conversas mais curtas que talvez tenhamos tido, mas destacando por ser sobretudo das mais directas. Carolina era uma senhora de passagem para uma consulta, natural e residente de Matosinhos, não se quis alongar muito pois não estava na sua terra e como tal não se sentia confortável a falar. Disse apenas que é comum descansar na frescura dos jardins, e que o mesmo se encontra algo abandonado pela autarquia, no que a divertimento diz respeito.

Refere que na sua cidade os coretos são bastante vezes utilizados por bandas locais e grupos de rancho. Entendendo que as gerações mais novas não liguem a esse tipo de festividades, e percebendo a falta de investimento, mas acrescenta que os idosos também são parte importante da sociedade e devem ser brindados com mais cultura, isto é, mais espectáculos.

No que diz respeito a perguntas direccionadas para o mobiliário urbano, finalizou dizendo que os “bancos são iguais em todos os lados”, e isso é algo que se deva prestar atenção, refere que em caso de pouca actividade cultural, que o conforto deva ser, pelo menos ele, assegurado. Algo que não acontece.

Adelaide 78 anos; Porto

Após longas horas de conversas que divagam por histórias, lendas e a própria entrevista, Adelaide foi uma senhora que nos cativou pela sua longínqua idade e a maneira descontraída como aproveitava a sombra de uma das inúmeras árvores para se perder em croché.

Referiu que é necessária mais interação e divertimento para pessoas da sua idade, que não tem vergonha de dizer, são as únicas a dar uso a espaços tão bem localizados para um uso muito maior, como é caso do jardim de São Lázaro.

Procura encontrar amigos de longa data que tal como ela, utilizam estes espaços verdes para fugir ao depressivo isolamento que sofrem nas suas casas. Encontramos Adelaide a coser em lã, e por entre linhas soltas também soube falar da sua saúde e do quão rijos eram os bancos que por lá encontra e onde se encontrava sentada. Percebe o contexto histórico dos mesmos, mas já se tornaram algo antiquados e nada útil, sobretudo a quem geralmente utiliza ser igualmente, refere, “velhinhos”.

Fernanda e José (Casal) 70 anos; Porto

“Vamos ver o Jardim”, uma das frases que mais marcou todas as entrevistas e conversas durante as visitas ao jardim. Este casal do Porto, conta que esta era uma expressão popular outrora utilizada em altura de festas, quando os jardins eram enfeitados de esculturas e feirinhas, onde as flores são agora os únicos ornamentos que dão um novo ar a um jardim cada vez mais longe da cidade que parece se ter construído em redor de si mesmo.

“Está a perder-se as actividades no jardim, e isto é a morte certa de um terreno tão central na cidade”. Fernanda e José, apesar da longa idade que já possuem, não gostam de ser intitulados de idosos comuns, apenas pararam como muitas vezes gostam de fazer neste ou outro parque para um descanso curto, e não muito longo como gostariam que fosse pois apenas podem usufruir da companhia um do outro e para isso fazem-no no seu lar, em ambiente mais confortável, ao invés de “bancos duros e desconfortáveis” finalizam.

Álvaro Pereira 80 anos; Porto

Possivelmente a pessoa que mais teria para contar no universo de todas as conversas registadas, foi a única que ao reparar no registo fotográfico que completávamos, se interessou e se voluntariou para responder a toda e qualquer pergunta muito antes de ser solicitado. Como tal, não poderíamos recusar o pedido e foi rapidamente perceptível que Álvaro apesar de ser habitante da cidade do Porto não tem por hábito fazer dos jardins uma constante nos seus dias, e apenas se encontrava ali num intervalo de consultas e visita a serviços. Fez questão de deixar bem assente que não se sente um jogador de cartas para dar maior uso ao jardim, pois este não lhe oferece mais nenhum tipo de entretenimento, concluindo ainda que não se sente sequer confortável junto das pessoas que o fazem pois acabam por se deixar levar pelo ambiente e se tornam “agressivas e mal educadas”.

Um dos maiores motivos que fez destacar esta conversa, foi também o facto de este senhor ter ajudado com gestos e explicações para um melhor ângulo da fotografia, de modo a captar tudo no banco em que se encontrava sentado, que se apresentava erradamente desenhado para a posição que deveria ser correcta para o ser humano. “São demasiado inclinados e baixos”, acabando por apresentar fatos de que a população portuguesa tem vindo a ver a sua média de alturas aumentar, e como tal isso já seria motivo para uma mudança que é necessária e urgente não só para o bem estar de quem todos os dias ali passa, manhãs ou tardes sentado, mas igualmente para chamar mais pessoas ainda.

Luisa 63 anos; Ermesinde | Maria Fátima 59 anos; Gondomar

A conversa animada que este par de amigas levava, fez-nos querer interromper para perceber se este era um reencontro e se o fosse, o porquê de o ser neste espaço. Luisa e Maria eram então amigas de longa data, mas que se costumam encontrar ocasionalmente, apesar de viverem na periferia. Rapidamente esta tornou-se uma das maiores conversas que tivemos em todas as visitas ao parque. Falavam do esquecimento pelo que este e outros espaços verdes estão a passar nas cidades, em que a falta de actividade para quem usufrui dos mesmos acaba por levar a que cada vez mais pessoas deixem de os visitar. Actualmente o que as continua a trazer para tardes de conversa sobre estes e outros tempos é simplesmente a centralidade que o jardim garante na cidade, com bons acessos mas cada vez menos cómodo para quem passa e o utiliza. Luisa fala na sua recente operação um problema cervical e coluna, e como tal, demonstra que a sua posição nos bancos não era de total encosto. A sua idade já não é compatível com a ergonomia praticada por estes “bancos desconfortáveis” diz, e o encosto curto e demasiado inclinado para trás não a permite encostar totalmente com receio de forçar o seu problema para conseguir levantar-se.

Manuel Marques 64 anos; Porto

Finalmente e após longos minutos de observação, a atenção que necessitávamos de estes que são atualmente os utilizadores mais ativos do parque nos foi dada primeiramente através de um reformado que acabava de perder a sua vez numa das inúmeras mesas de jogo presentes naquela tarde. Manuel conta a facilidade de se deslocar a este espaço onde encontra não somente amigos de longa data, como aqueles que partilha longas tardes de jogo há bastantes anos neste Jardim que é para muitos, central em relação à distância das suas casas. “É aqui que nos reunimos, jogamos e pronto, passamos o nosso tempo que é muito para estarmos simplesmente sentados em casa”. O piso inferior do Coreto existente é hoje local de arrecadação e arrumos de mesas e cadeiras próprias para esta reunião diária. Questionando Manuel do porquê da não utilização dos bancos existentes instalados já no Jardim, a resposta surge naturalmente em tom de crítica, “como se fosse possível estarmos a jogar durante tempo que às vezes nem nós próprios controlamos e que rapidamente damos por nós completamente destroçados de dores de costas pelo fraco apoio que nos dão para a mesa em frente que é de tudo o mais necessário para o jogo, não dá mesmo, são demasiado rijos para a nossa idade” Despedimo-nos de Manuel com a certeza que voltará semanalmente a este espaço sentando-se à mesa com quem estiver disposto a jogar, enquanto a saúde o permitir.

Joaquim Pacheco 70 anos; Porto

“Não estando aqui íamos para onde? As cartas elevam sempre o tom numa jogada mais arriscada e eramos expulsos de bibliotecas se o fizéssemos” garante por entre risos, no entanto “o espaço ao ar livre é sempre melhor também, mas não há condições para nos sentarmos ali (enquanto aponta para os bancos existentes) a jogar tanto tempo. São fundos demais e o encosto nem se fala”. Joaquim é habitante da zona circundante ao Jardim de São Lázaro e à Faculdade de Belas Artes do Porto, e garante, dado ao seu interesse no projeto a desenvolver, que no jardim onde nos situávamos, apenas não era mais notória a morte lenta a que estava habituado, desde o enorme exodo de turistas. “Eles almoçam ali no Guedes que já nem para nós dá pelos preços, e passam aqui uns minutinhos deslumbrados ou não, mas são eles que ainda se importam com estes espaços, não são os miúdos que por aí andam não sei porquê” Acrescenta que “talvez pelo facto de não haver nada mais que fazer do que apenas relaxar e apreciar o ar que se respira tão diferente do que corre fora destes muros, e as pessoas hoje em dia não tem tempo senão para andarem apressadas”. Numa tentativa de incutir ajuda ao projecto, Joaquim declara o amor que sente pela cidade e pelo jardim que frequente quase diariamente, que existindo esse amor nos mais jovens, facilmente se consegue cativar público para juntamente com eles, “os reformados”, existir maior vida neste e outros jardins espalhados pela cidade.

Carlos Pinto 72 anos; Porto

Carlos, a par com Manuel, fez questão de se juntar à conversa paralela que geramos em redor da mesa mais movimentada do Jardim. Apenas acrescentado pormenores à conversa anteriormente citada, refere que a vida de reformado, no Porto, que é a única que conhece, a sua, é feita de passeios no parque ou quando não é possível, ficar em casa ansiando melhores dias para voltar a poder deslocar-se até São Lázaro. “É aqui que gostamos de estar, ninguém quer ficar em casa em frente a uma televisão quando encontramos pelo menos neste jardim pessoas da nossa idade que pensam de igual forma, e mesmo em silêncio ou em redor do mais barulhento jogo se divertem mais aqui.” Acrescenta ainda, o curioso facto de, “já houve em tempos problemas com a policia por estarmos aqui a jogar a dinheiro, não vejo o problema nisso quando o fazemos simplesmente por desporto e para passar o tempo do que propriamente pelo dinheiro em si, que apenas aumenta a concentração no jogo entre os velhotes como eu”.

Vitor Ferreira 68 anos; Porto

Vitor não é jogador nato nem de todo se sente confiante para se sentar junto de outros reformados em torno de cartas e jogadas que diz sorridente, “já estarem combinadas”. “Aqui há muita trafalhice, mas é no meio deste ambiente que nos habituamos a estar e passar o nosso tempo com conversas do almoço ao jantar”. Refere que como São Lázaro, existem outros protótipos de jardins espalhados pela cidade em que o jogo é o que movimenta mais pessoas ao espaço, mas proclama a falta de interesse não do público, mas sobretudo da autarquia que se diz mais junta destes espaços “para inglês ver, ou americano como se vê ai muitos”. “Deve ser dada uma maior atenção a quem por cá já estava e sobretudo vai continuar a estar, mas se é preciso que os de fora olhem para nós para as coisas mudarem, então que continuem a vir que a nós não incomodam e só trazem coisas boas para o próprio jardim.” Completamos o discurso numa conversa alargada em prol do projecto a desenvolver, ao qual garante graças aos fatores anteriormente citados, que o mobiliário possa ser o próximo passo na renovação da urbe de uma cidade que estava envelhecida e “não era só as casas que precisavam de ficar mais lavadinhas e limpinhas para mostrar, era os espaços sim que recebem pessoas e estes bancos velhos já não têm condições há muito para nós, muito menos para gente nova que por aqui passa mas não fica”.



Figura 41. Imagem de utilizadores do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017



Figura 41. Utilizadores do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017

7.2 BRAINSTORMING

Após a compreensão do contexto histórico e o estado atual em que é hoje utilizado o jardim de São Lázaro, de compreender as reais necessidades dos seus utilizadores, foi momento de listar todos os inconvenientes e possíveis respostas apreendidas entre o enriquecedor tempo de conversa com quem diariamente habita o espaço.

Entre o brilho dos olhos de quem fala do jardim como a sua segunda casa, dos seus tempos áureos, a tristeza não tardava em aparecer no registo facilmente reconhecido e conclusivo de que não existe mais, atualmente, uma ligação entre este oásis verde e os espaços envolventes.

São Lázaro acaba assim por ser vítima do seu próprio invólucro, fechando-se em sim mesmo, por entre os seus muros, acabando assim por ficar à parte de quem passa por fora, e pôr de parte de igual forma da própria cidade, o público mais sénior que em desabafo relata apenas passar o seu tempo em ver o tempo realmente a passar. Romarias e festas, serões e tertúlias, tudo faz já parte dos gloriosos tempos antigos que o jardim acaba por assumir, na sua plenitude uma idade e estado desatualizado. Pelas pessoas de terceira idade que nele habitam os seus dias, pela ausência de animação e sobretudo pelo culminar de abstenção de renovação do próprio equipamento que vê primaveras renovarem apenas as cores das flores ainda plantadas.

Ao longo das conversas, as opiniões convergiam sempre em pontos fulcrais com conclusões claramente direcionados a problemas com a preocupação de resolução para o futuro. Existe em quem usufrui do jardim, a preocupação de o ver conservado, não apenas para quem virá mas sobretudo para quem o faz nos dias atuais que vê já o jardim com dificuldade para os receber.

De facto, o equipamento de mobiliário urbano estabelecido no jardim há largos anos entra em desacordo com o conforto e satisfação de quem acha realmente antiquados e desajustado à realidade do espaço.



Abordado o tema aprofundadamente, e aliado ao tipo de idade dos entrevistados que são hoje, a imagem de quem utiliza este e outros jardins urbanos das mais variadas cidades, os problemas de saúde que os acompanham naturalmente fruto da longa existência de vida não são compatíveis com a rigidez por exemplo dos bancos. Fosse pelo material utilizado, fosse pelo próprio desenho do mesmo que se encontra ergonomicamente ultrapassado, as queixas debruçam-se sobretudo na dificuldade em permanecer numa posição ou até mesmo no próprio banco por longos períodos de tempo para alguém que pretende descansar ali durante longas tardes. Também o fator altura se demonstrou ser essencial no uso ou desuso dos bancos, onde a média de altura dos cidadãos portugueses tem vindo a ser, como é notório, cada vez mais crescente, não se enquadrando mais uma vez nas soluções oferecidas para utilização.

Além do desagrado para com a inutilização dos bebedouros existentes, a fraca iluminação foi igualmente um tema onde a discórdia inexistente conduziu à conclusão de que, e fruto do ambiente noturno de risco que rodeia o jardim, transmite aos utilizadores a fraca sensação de segurança, onde impera a inexistência de iluminação em períodos mais escuros, ainda que pelas razões relatadas o jardim se encontre encerrado no período noturno.

Em conclusão e iniciação do projeto, é destacado vários pontos de reflexão, com a máxima preocupação na conceção de uma nova solução mais cómoda, viável e sobretudo correspondente há realidade atual portuguesa para o novo e atual tipo de utilizadores.

CAPÍTULO 2

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Figura 45. - Utilizadores do Jardim de São Lázaro; Autoria própria, Outubro de 2017

1. CONCEITO E MISSÃO

O processo de idealização é, na minha opinião, o significado de um longo processo de criação. Ainda que as voltas que se vão criando e dando nos possam, por vezes, parecer rumar a um fim sem solução visível, o mesmo tempo, duradouro, nos acaba por permitir conhecer, criar, e inevitavelmente melhorar pormenorizadamente a peça. É o erro lógico na funcionalidade e estética, esboço após esboço, que nos encaminha ou até mesmo desencaminha do que poderíamos achar até então viável, até algo que, por fim, acaba por corresponder a todas as expectativas e responder a todas as características e critérios definidos.

Foi, após recolhidas informações junto dos reais utilizadores que se optou pela criação dos primeiros esboços. Era primordial, após a escolha de complementar a pesquisa com um projeto, conseguirmos transformar o mesmo numa experiência de terreno, onde somos levados a atingir um fim, através de um caminho que começa por ser traçado pelo usuário real.

Após uma contextualização bastante histórica que viria a preparar de forma mais completa a abordagem ao tema, e a retenção das ideias recolhidas, a metodologia de trabalho foi iniciada. Formas começam por surgir, através de uma conceptualidade que respeite na totalidade o espaço em que se insere após a formação da ideia de um produto que se considere o final.

É necessário refletir a cada passo as ideias que se devem expor no papel, respeitando os elementos já existentes, oferecendo os alicerces conceptuais necessários para corresponderem em harmonia ao espaço a que se destinam. Existe na criação de mobiliário urbano aspetos, que segundo Ana Martins em “Do Projeto ao Objeto”, são recomendações que pretendem sensibilizar particularidades fundamentais como a conceção formal, os materiais, a sua implementação e manutenção bem como os seus perigos e riscos.

Neste tipo de projeto em que é assumida uma posição crítica ao estado de esquecimento em que se tem vindo a deixar chegar alguns jardins emblemáticos e centenários das mais variadas cidades portuguesas, onde não poderíamos somente replicar os erros ou problemas dos quais os utilizadores atuais lamentam. Era necessário alcançar uma visão e estarmos um ou mais passos à frente, conseguindo antever o que poderia ser a morte certa destes espaços aquando do desaparecimento das gerações seniores que dão hoje, a única vida ativa a estes jardins.

Como tal, o público-alvo gerado corresponde ao perfil criado, o qual cremos vir a ser o mais indicado para a repovoação dos jardins e por consequente dar maior vida à própria cidade. O maior desafio passa certamente por não conseguirmos tornar apenas o produto atrativo e útil para quem utiliza nos dias de hoje o equipamento existente, mas sobretudo tornar isso o mote de chamamento das novas gerações que rodeiam o Jardim de São Lázaro, aliando a versatilidade do equipamento numa harmonia utilitária a diferentes faixas etárias.

Esta dualidade e modulação de utilização da mesma peça com fins de usufruo diferentes, para diferentes tipos de utilizador, permite, ainda que possa prematuramente chocar, criar um conceito de aproximação de pessoas, gerações e sobretudo tipos de estar completamente díspares.

Assumindo o projeto inicial de criação do banco, como peça central da família de mobiliário, foi mais à frente definido, com o início de idealização, o conceito de criação em formato de modulação e versatilidade das peças para espaços que se esperam também eles mais versáteis, em ambientes e utilizadores, aliado à simplicidade estética que prevê maior gosto pelo meio envolvente mais complexo, intervindo de igual forma no conforto e modernidade material e estética.

Era necessário, previamente a qualquer experimentação e esboço de forma, tomar conhecimento do ambiente e espaço real em que os objetos iriam ser incutidos e aplicados. Desta forma, era possível, através da medição dos mais variados corredores de circulação do Jardim de São Lázaro, uma medida média de liberdade de utilização que garantisse ao projeto utilidade máxima sem perturbar o normal funcionamento do jardim.

Após a obtenção do corredor, o qual é denominado no projeto de criativo, de formato retangular, representativo do espaço máximo de livre utilização e intervenção, era dado o mote para a disponibilidade total de criação dentro das margens do mesmo, podendo o projeto usufruir da totalidade da área para exploração à criatividade de formas e materiais.



Figura 46. Ilustração de área de utilização projetual

Esta área, exibida ao centro do passeio em mancha cinzenta, vem colmatar a insuficiência de política de aproximação entre pessoas, onde até então, apenas confraternizavam por entre lados opostos, incessantemente interrompidas pela passagem de peões no seu centro. Deste modo, é não somente solucionada a distância entre utilizadores do parque, onde o mesmo objeto de assento pode conter em toda a sua volta espaço de repouso, como é interveniente na melhoria de circulação do parque em dias que se esperam de maiores enchentes. Seja pelas festividades ou horários de ponta, a implantação de bancos centrais permite a criação de dois sentidos de passagem sem que as mesmas se cruzem, libertando e garantindo a qualquer parque maior fluidez de pessoas.

Este era somente o início da criação de uma forma que seguisse parâmetros estabelecidos para uma maior e mais direta resposta aos problemas de cada espaço, com a clareza de que, a sua disposição em relação aos mais diversos espaços verdes ficará encarregue de cada autarquia.



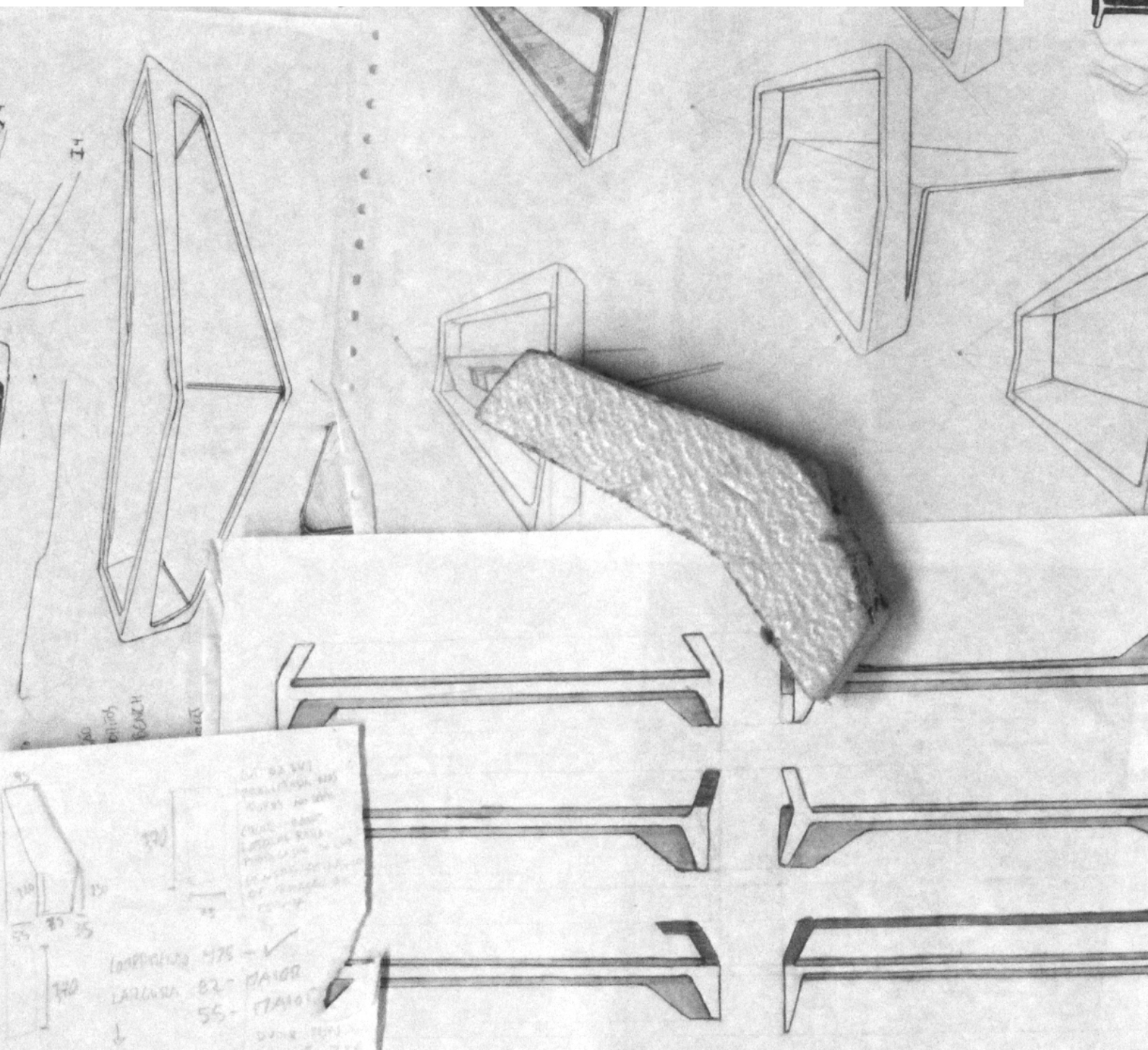
Figura 47. Jogadores no Jardim do Passeio Alegre; Autoria própria, Outubro de 2017

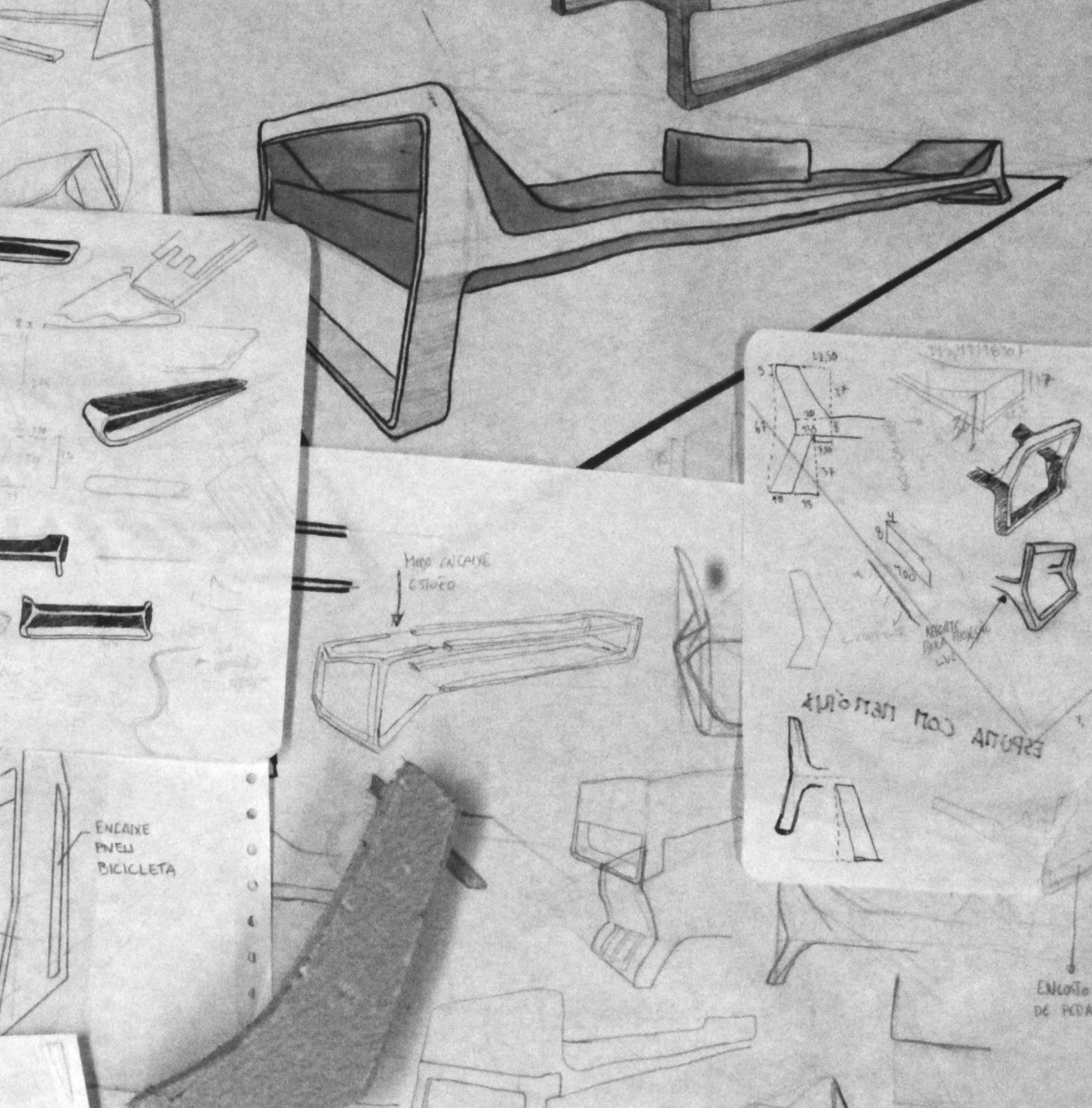
Não transparecendo uma política de contenção e restrição de criatividade e regras de criação, a área criada dava agora o ímpeto para a ostentação de uma forma livre e aberta num design que apele à sociabilidade, evocando os princípios históricos e iniciais propósitos da criação do jardim onde se irá inserir. Em tempo algum pondo de parte o contexto histórico de que foram alvos estes espaços, intervenientes na própria sociedade, num papel de clara unificação de classes sociais em torno de um mesmo espaço, é igualmente parte do conceito do projeto combater a monotonia do jardim atual.

É, nos dias que correm, perceptível junto do mobiliário urbano existente, a falta de conforto e sobretudo de espaço para grupos mais numerosos, dificultando a compatibilidade de discursos e convívio entre os demais, dada a distância entre os diversos bancos em relação ao anterior. Deste modo, o conceito modular volta a acrescentar como mais valia a opção de prolongar diversas peças num corredor desenhado a circundar e mobilar da forma mais completa possível os diversos tipos de caminhos apresentados.

2. PROCESSO EVOLUTIVO

Esta multidisciplinidade de formas e posições dentro da mesma peça de descanso foi base de partida para os primeiros esboços e experimentações. Tendo sempre presente a ideia de que não poderia de forma alguma chocar dentro do mesmo modelo, uma aproximação tão direta de diferentes gerações, deveria existir sim, uma harmonia entre os diferentes utilizadores, onde obteria no desenho, através de diferentes posições de relaxamento um jogo desigual, mas sobretudo mais interativo e direcionado a todos os que gostariam de encontrar num banco o seu próprio espaço, mais adequado ao seu estado de saúde, espírito ou lazer.





Idealizar inicialmente qual o melhor formato que iria permitir a este equipamento obter o melhor aproveitamento nas margens do retângulo definido na fase inicial, para permitir no seu todo um melhor encaixe e continuidade modular entre si, o maior e mais confortável espaço de repouso e lazer, bem como modular a própria peça, podendo construir dentro da mesma, diferentes tipos de estar. Entre outros aspetos definidos durante o percurso de criação, foi definida esta como a tarefa inaugural do esboço para um projeto de qualidade.

Figura 48. Estudos de formas através de sketching

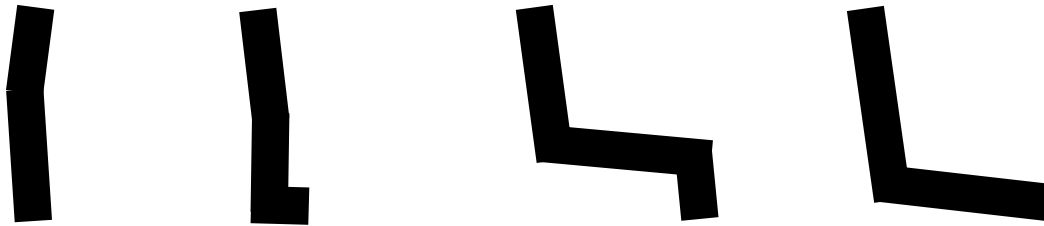


Figura 49. Imagens ilustrativas de linhas projetuais retiradas de banco existente em São Lázaro

3. ESBOÇOS E CONCEITO

Dividindo a procura de forma e ideação em diferentes etapas de reflexão, era necessário, após a obtenção dos primeiros formatos, e ainda que não fosse objetivo no projeto redesenhar qualquer tipo de peça, abordar os produtos existentes no Jardim de São Lázaro, numa clara percepção do que poderia de facto ser urgente resolver, através do pensamento crítico dos utilizadores e com base no olhar do seu design desatualizado e pesado. De facto, o peso estético dos bancos do jardim representa uma realidade e uma necessidade urgente de mudança para o futuro, isto é, paralelamente ao peso histórico que carregam em si, é esperada uma solução mais simplificada e leve, representativa de uma nova abordagem destes espaços e uma nova era para São Lázaro. Visualmente descomplicado de ornamentação, materializado com produtos mais inovadores, era de facto urgente um novo rumo que não se revê nestas peças.

No iniciar da descaracterização das palavras e opiniões retidas nas primeiras formas, foi procurado, em primeiro lugar, atingir uma linha estrutural de estética visualmente agradável e atraente, desconstruindo ao ponto de nela integrar, seguidamente, a mais perfeita funcionalidade.

Através de uma linguagem singular e modernista, os bancos atuais foram recriados nas suas duas principais características. A **estrutura, de ferro fundido** e ornamentado, é base do banco que em nossa opinião, desperdiçado na instalação de uma peça de altura reduzida num formato que apenas vangloria o **acento em madeira**, que oculta a parte mais trabalhada da mesma. Desta forma, não existe uma ligação harmoniosa entre a funcionalidade do assento com a estética mais aprimorada da estrutura, quase dissimulada por quem por ele passa.

Linhas mais retas, numa linguagem mais limpa e direta foi decisão automática para o novo rumo do mobiliário urbano do Jardim de São Lázaro, cativando novos e atuais utilizadores através da harmonia de forma, função e estética das peças de mobiliário. Resultantes da decomposição dos atuais bancos existentes, como ilustra a figura 49, novos ângulos, linhas e formas foram retiradas como ponto de partida para esboços seguintes, através de formatos já destacados anteriormente, mas desta feita mais focados na criação da peça final.

Graças ao pensamento e reflexão da área a utilizar e a criação da forma que melhor proveito dentro do conceito criado, retiraria da mesma, em medição estudada para albergar o maior número de utilizadores sem pôr em causa o conforto de uma única pessoa, surgia paralelamente ao estudo modular, a criação de desenhos dos primeiros formatos do banco.

Foram diversas as opções criadas, num longo processo de esboço e pesquisa formal, com o intuito de melhorar sempre, através da experimentação, o caminho traçado até à solução de produto final. Esta desconstrução do processo, fazendo-o em diferentes fases de criação, levou a que cada questão fosse pensada e repensada numa constante melhoria, definindo um processo lógico de simplicidade estética e funcional.

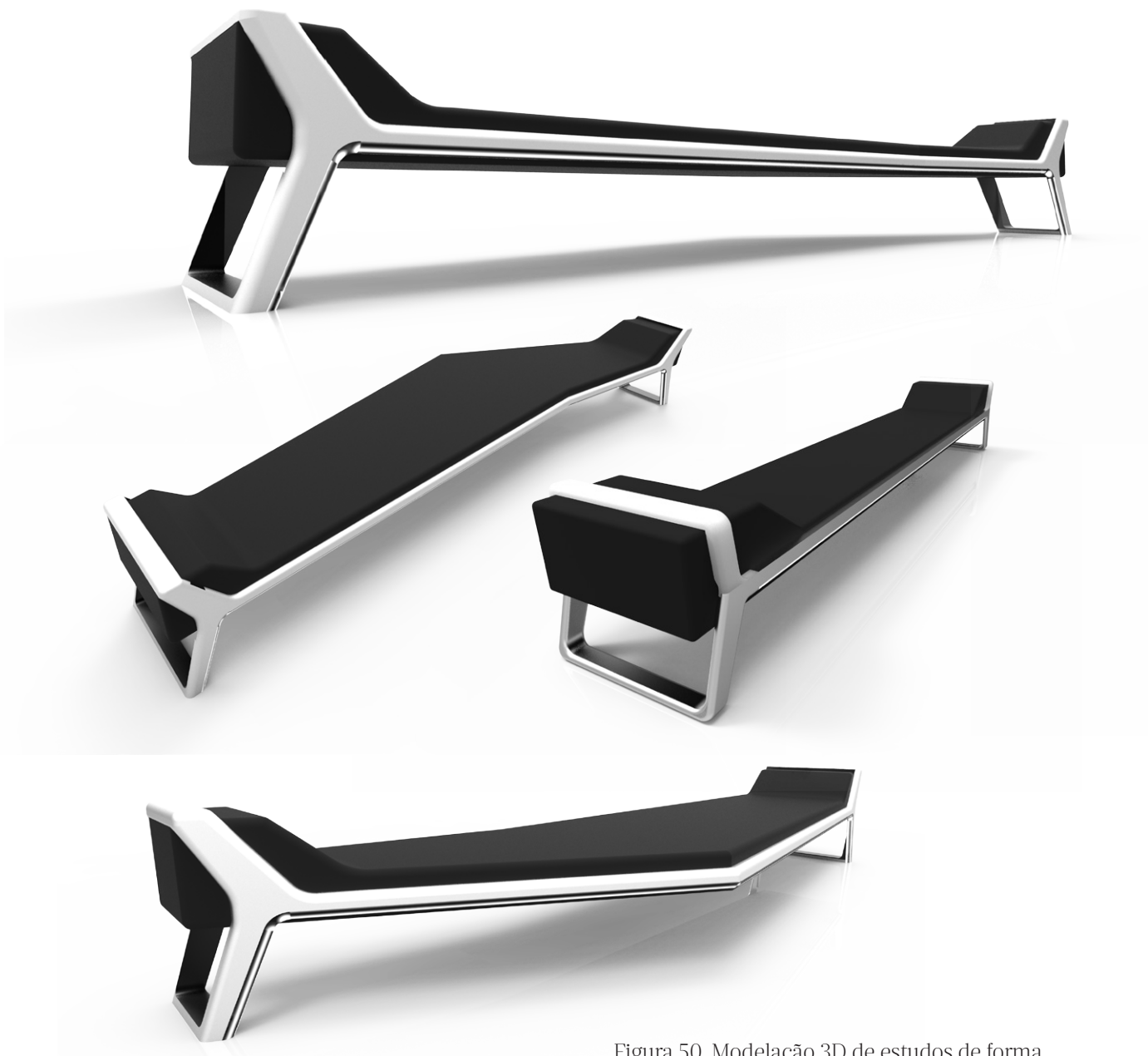


Figura 50. Modelação 3D de estudos de forma



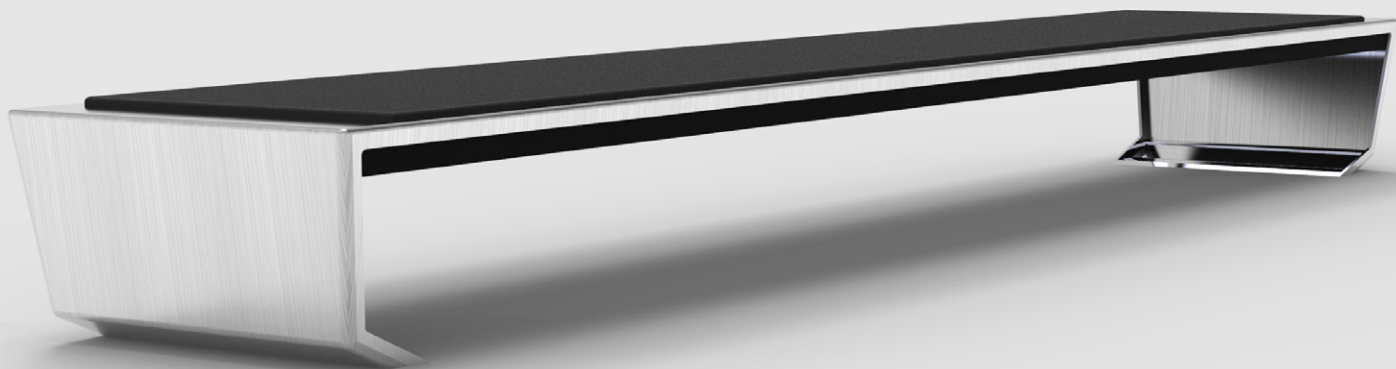
Figura 51. Modelação 3D de estudos de forma

4. MEMÓRIA ILUSTRATIVA, DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

4.1 BANCO PARKLIFE

O formato modular definido permite ao projeto uma base de medidas singulares, de comprimento duplicado comparativamente ao banco utilizado atualmente, de forma a movimentar e juntar mais utilizadores num número mais reduzido de peças.

A base apresenta assim uma linguagem única e díspar de qualquer elemento presente no jardim, oferecendo uma imagem renovada numa linha simplificada e aberta à demonstração pelas suas aberturas laterais da sua funcionalidade criada pela peça adjacente. Produzida em aço quinado, remetendo através do seu acabamento uma ligação histórica aos anteriores bancos e o seu ferro fundido, com dobragens de reforço e estabilidade da estrutura, permite de igual forma numa peça de comprimento invulgar, uma demonstração visual de total segurança para o usuário, multiplicando em três a sua espessura visual em cortes e ângulos que definem e finalizam a peça numa autenticidade enriquecedora para a história moderna do jardim e da cidade do Porto.



A inovação completa com o complemento funcional da estrutura, o assento, que aumenta de igual forma a estética final da peça no seu todo, através do complemento material que lhe garante conforto e formatos únicos. Esta peça adjacente, suportada por um reforço soldado na estrutura, é produzida igualmente em aço.

Este tipo de material, em constante crescimento no mercado de mobiliário, apresenta-se como alternativa à madeira pela sua facilidade de elaboração, nas mais variadas formas desenhadas, onde permitiu encontrar a solução para a opção modular descrita pretendida, com a possibilidade de oferecer na mesma estrutura, diferentes tipos de assento para os mais variados tipos de utilização. Deste modo, assentos lisos ou de encosto convencionais, bem como num oposto da tradicionalidade, desenhar formatos mais recitados que permitem um descanso mais confortável ou posições de leitura mais espontâneas, aumentam desta forma a oferta para um nível de procura que se espera ser maior e mais variado.

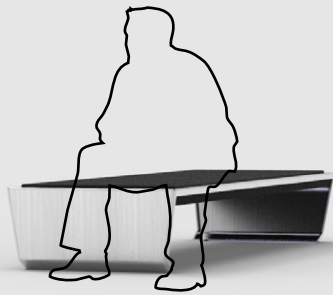


Figura 52. Vistas de Banco PARKLIFE

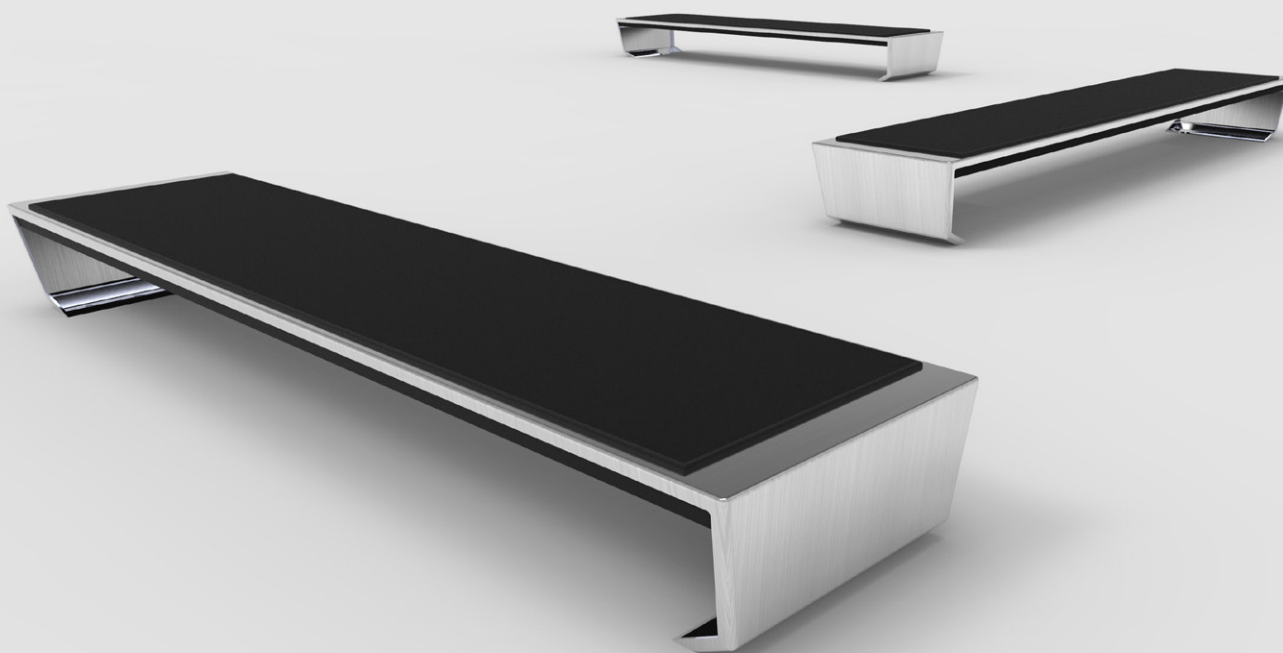


Figura 53. Vistas de Banco PARKLIFE

Ajustes foram feitos ao longo do processo de criação, em detalhes que conduziram à peça final, num caminho moroso e rico em diversidade de propostas, culminando numa solução que transmite ao utilizador dos parques a simplicidade que define a função de lazer e descanso.

O banco conquista assim o estatuto de peça modernista, com o intuito de ela própria modernizar a visão existente para com o espaço histórico em que se irá inserir, sendo um elemento chamativo pela sua estética e sobretudo funcionalidade e conforto. Deixando de parte a ornamentação que contrastava no desconforto do assento, o banco alia na perfeição uma estética mais limpa, estudada e cuidada. Não obstante ao fator simplicidade em todos os seus detalhes, algo ambicionado desde o início dos esboços, a peça continua ainda assim, rica em detalhes que a completam e garantem uma maior ligação com o público e o espaço envolvente como resposta minimalista.

Uma abordagem simples e intemporal, adaptando-se facilmente a qualquer espaço carismático ou de importância histórica.

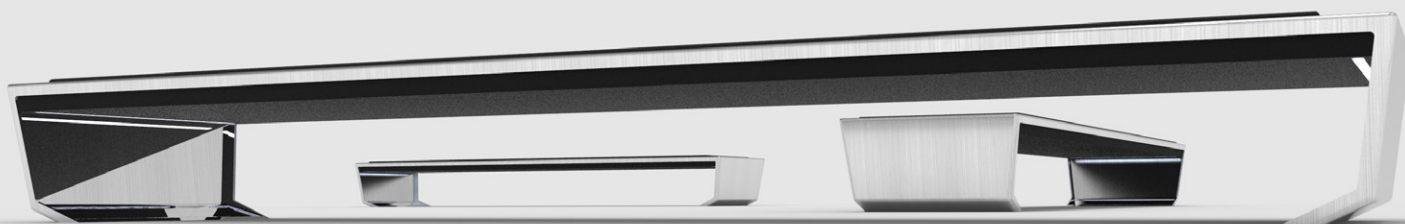


Figura 54. Vistas de Banco PARKLIFE

A peça estrutural deve ser montada através de uma base de betão prontamente colocada na superfície do local designado, sendo instalada através de fixação de parafusos de aço invioláveis, pelas furações existentes na base. Estas furações permitem de igual modo uma inserção em solo não preparado em betão, podendo mais facilmente ser removidas as peças e colocadas em diferentes locais.



Figura 55. Vista de Banco PARKLIFE

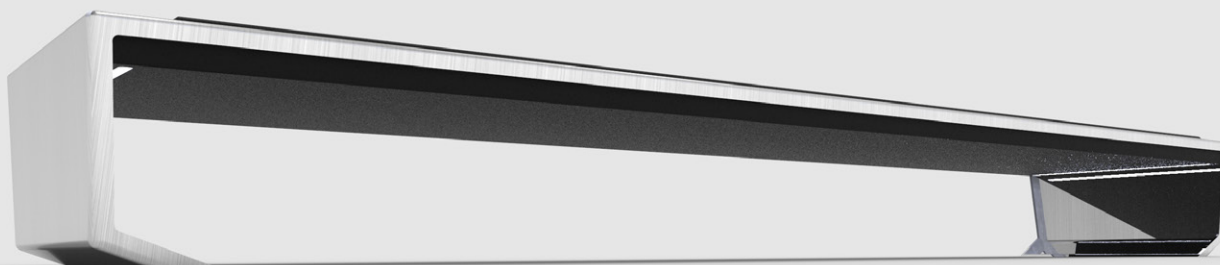


Figura 56. Vista de Iluminação projetada de Banco PARKLIFE

Focando detalhadamente o produto, e complementando-o através da iluminação, é rapidamente perceptível que a luminosidade acaba por se tornar uma adição inteligente no chamamento de público mais jovem em períodos noturnos, em espaços inseridos nos centros da urbe, onde as noites se tornam pontos de encontro de multidões. Graças à estrutura criada pelo assento, é através de um recorte que se torna visível a iluminação led inserida no seu interior, de modo a que a mesma se interiorizasse na própria peça onde através de acabamentos polidos da base a mesma fosse projetada entre si. Assim, a peça torna-se visível à noite, onde o banco projeta em si a perfeita dimensão do seu assento.

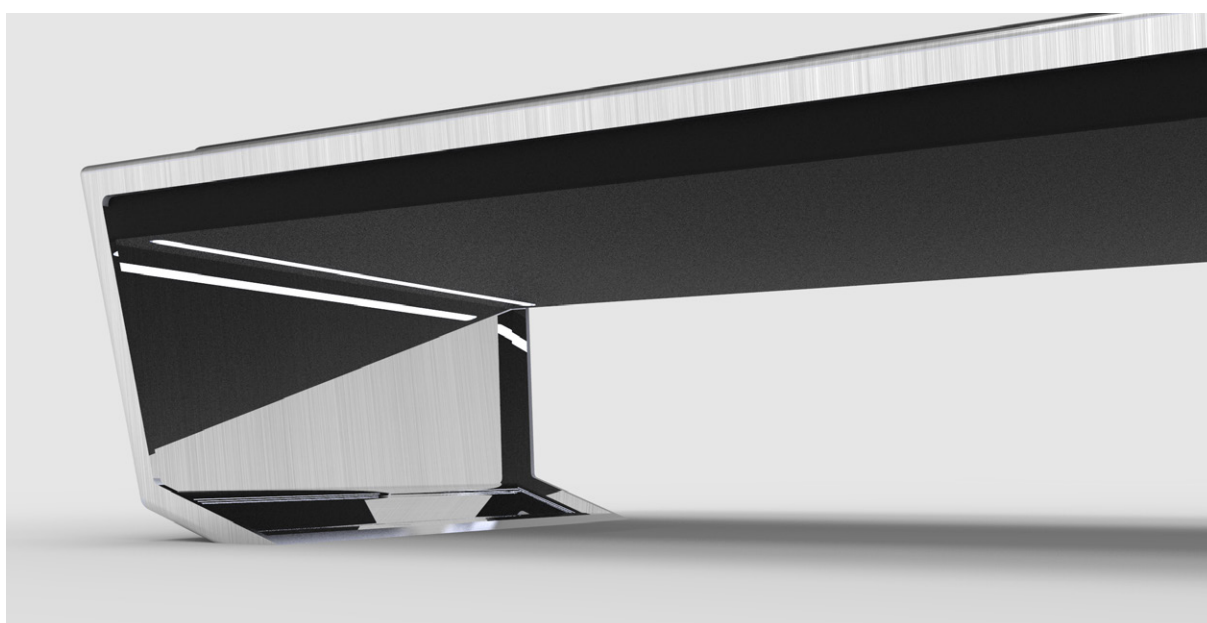


Figura 57. Vista de Iluminação projetada de Banco PARKLIFE

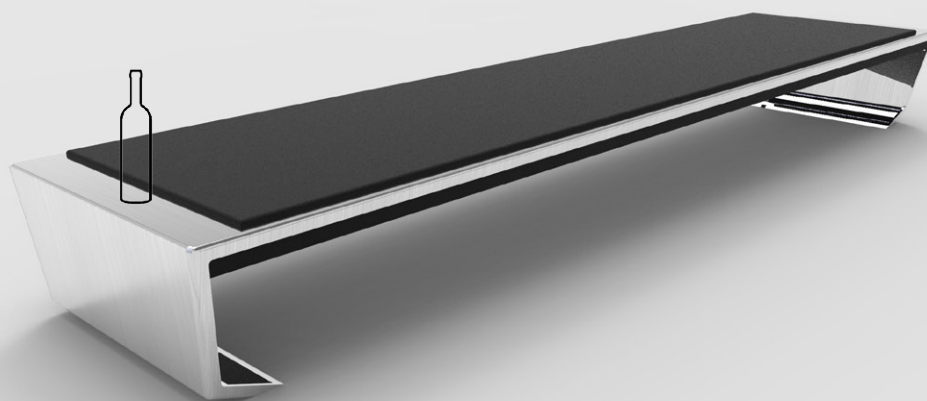


Figura 58. Vista de base de Banco PARKLIFE

Por último, é dado o mote em cada topo para uma maior margem da estrutura em relação às laterais, antes da inicialização do material de assento, de modo a que os cantos protagonizem um espaço livre e plano para utilização como apoio do que o utilizador transportar (comida, tecnologia, jornais, etc...).



Figura 59. Inserção de Banco PARKLIFE no espaço

O fato de o banco ser constituído por duas principais peças adjacentes que se complementam em si na perfeição, permite à autarquia um melhor manuseamento de preparação do terreno onde irá inserir a peça. Isto é, dependendo do jardim a intervir, com o caso de estudo a ser relevante pela sua posição junto de infraestruturas que envergam inúmeras quantidades de público jovem, é através da peça de assento que podemos construir diferentes jogos de formas para que se adequa da melhor maneira possível às necessidades dos utilizadores. Como exemplo prático apresentamos uma correção de altura do encosto diversas vezes criticado por idosos entrevistados, e por outro, um banco que permite uma posição mais relaxante para ler, estudar, ou simplesmente relaxar. Desta forma, fica concluída a ideia de criação de uma peça multifacetada e preparada para agir em diversas formas nos mais variados terrenos.

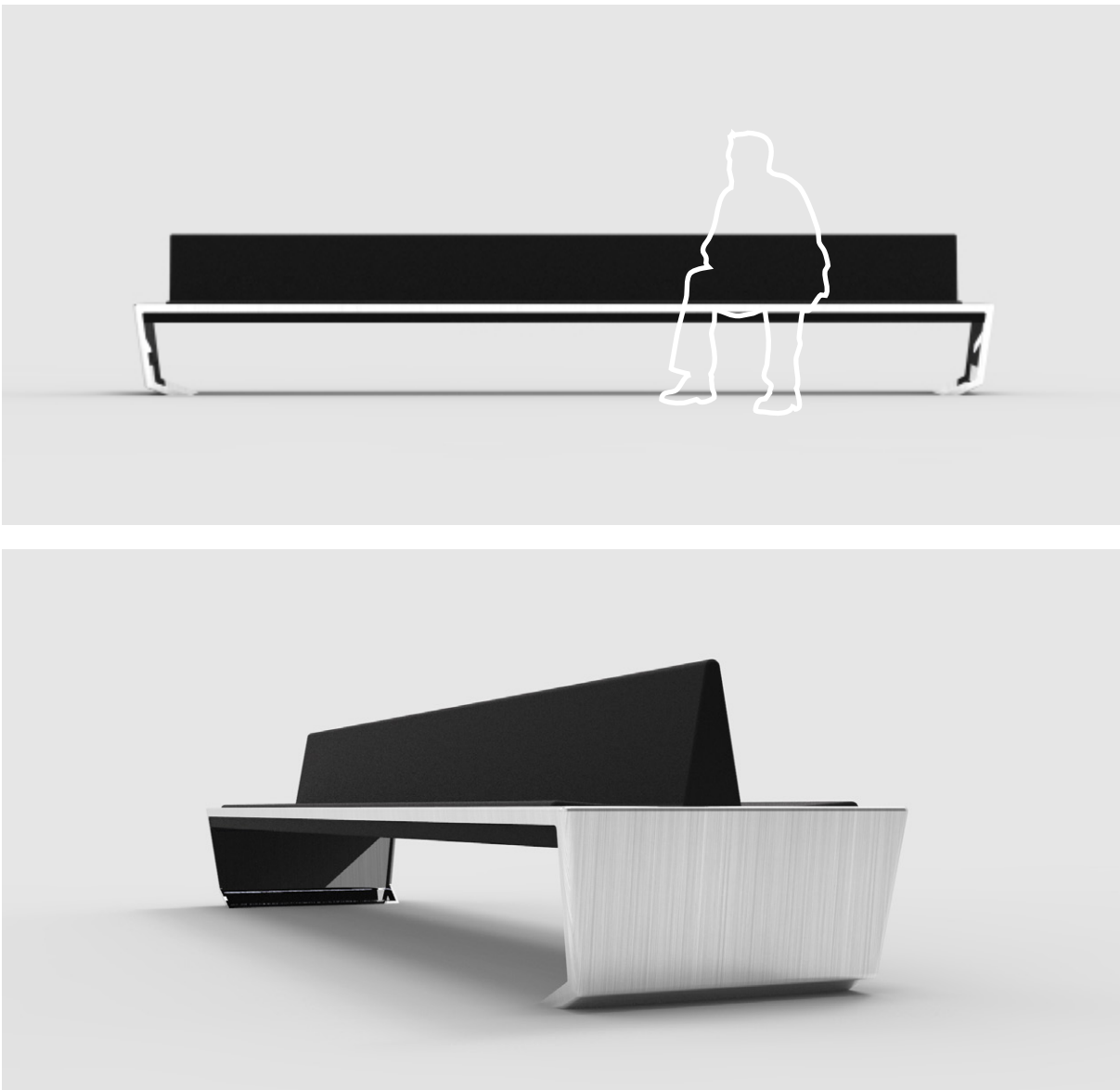


Figura 60. Vistas de formatos do Banco PARKLIFE

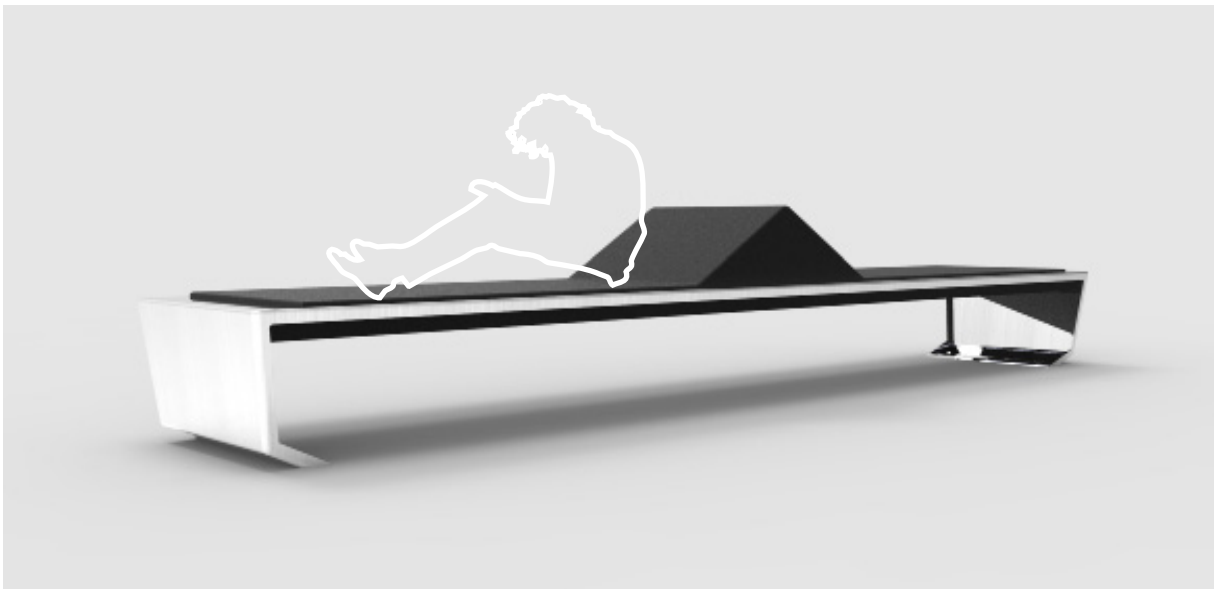


Figura 61. Vistas de formatos do Banco PARKLIFE

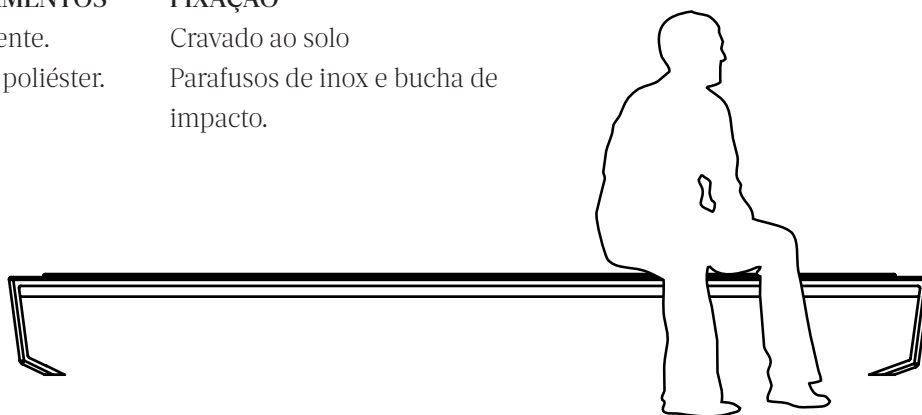
FICHA TÉCNICA DO BANCO

MATERIAIS E ACABAMENTOS

Aço galvanizado a quente.
Pintura electrostática poliéster.
Revestimento em pó.

FIXAÇÃO

Cravado ao solo
Parafusos de inox e bucha de impacto.



Inigualável em qualidade e beleza, o aço oferece uma longevidade e desempenho superiores, mesmo em ambientes públicos mais exigentes. Um tipo de material que alinha na perfeição a estética contemporânea, excepcionalmente resistente à corrosão, facilidade de manutenção e com um longo ciclo de vida e alto conteúdo reciclado e de reciclabilidade. Esta escolha de material recai nas inúmeras opções que permite construir pelo design, mantendo ao longo do tempo um aspeto único que não sucumbe à corrosão.

As superfícies pulverizadas são formuladas para serem ultra duráveis, melhorando o desgaste a longo prazo e a resistência à intempérie. Este tipo de revestimento é ainda anti-graffiti, o que provoca uma facilidade de remoção de marcas de tinta ou sujidade geral.

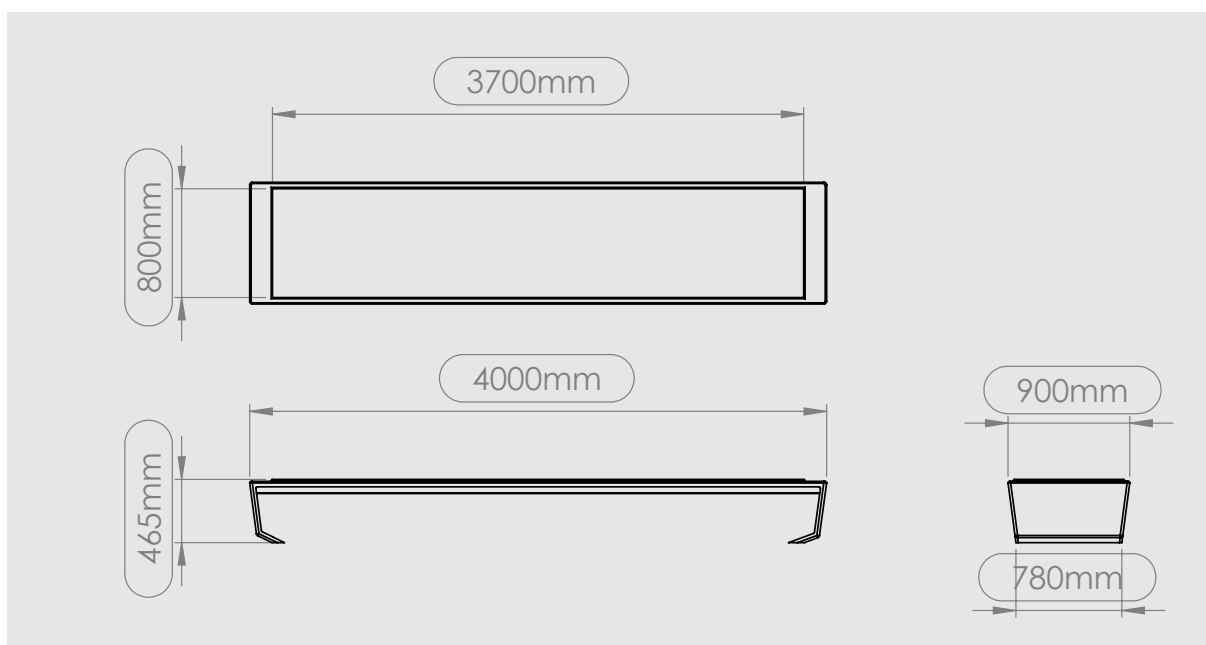


Figura 62. Escala humana e dimensões gerais do Banco PARKLIFE

Após um longo percurso até à execução da peça de assento final, como solução que respondesse e correspondesse em cada detalhe às expectativas e realidade definida para o projeto, a necessidade de o complementar e sobretudo completar numa família de equipamento urbano foi mote para etapas seguintes. Continuará a existir no seio de quem utiliza o Jardim de São Lázaro o vazio ou sobretudo o fraco preenchimento quando somente as peças de assento pudessem ser renovadas. O choque faria certamente parte do conjunto de reações que se desencadeariam com a continuidade em redor de peças que pararam há muito no tempo, pela sua antiguidade e sobretudo necessidade de renovação que apoiou a criação deste projeto e o seguimento de criação das mesmas.

Com a conclusão e principalmente após total desconstrução do banco e das suas linhas mais características no seu expoente máximo de simplicidade, permitiu a transferência das mesmas para utilização na criação de uma família de mobiliário exterior. A linguagem é mantida num processo que apenas faria sentido dessa forma, numa harmonia e ligação entre produtos graças a pequenos ou facilmente perceptíveis detalhes, que com naturalidade foram surgindo em objetos quotidianos necessários no meio atual do parque. Deste modo, é criada uma família de produtos com grande uniformidade visual e material.

4.2 SUPORTE DE BICICLETA PARKLIFE

A primeira peça a ser desenvolvida após a criação do banco, num claro aproveitamento do público-alvo criado, foi o estacionamento de bicicletas. Todo o projeto é envolvido numa ideia e cariz social de mudança de hábitos, e sobretudo incuti-los juntos dos mais jovens, para que façam dos espaços verdes urbanos das suas cidades, novos pontos de encontro. Deste modo, é decidido o acompanhamento de tendências que em Portugal não se têm revelado prometedoras, como é o caso da maior utilização da bicicleta como veículo alternativo e não poluente. Consequência talvez do terreno acidentado e sobretudo pouco plano que o país possui, parte ainda assim de cada autarquia, oferecer aos seus cidadãos a possibilidade de espaços de lazer e repouso, a existência de mobiliário destinado ao parqueamento de bicicletas, evitando que o mesmo seja feito em seu redor em postes de iluminação ou outros tipo de objetos não destinados para o efeito.

Partindo da ideia de, paralelamente com o banco, ser criada uma zona no mesmo de estacionamento de bicicletas, a mesma foi rapidamente posta de parte, fazendo com que cada peça se focasse na simplicidade formal e acima de tudo na simplicidade funcional do seu único propósito. Deste modo, cada peça irá ter no jardim uma área definida para a sua função, não existindo em redor nenhuma outra que possa manchar esteticamente e eventualmente dificultar a prática da sua ação.

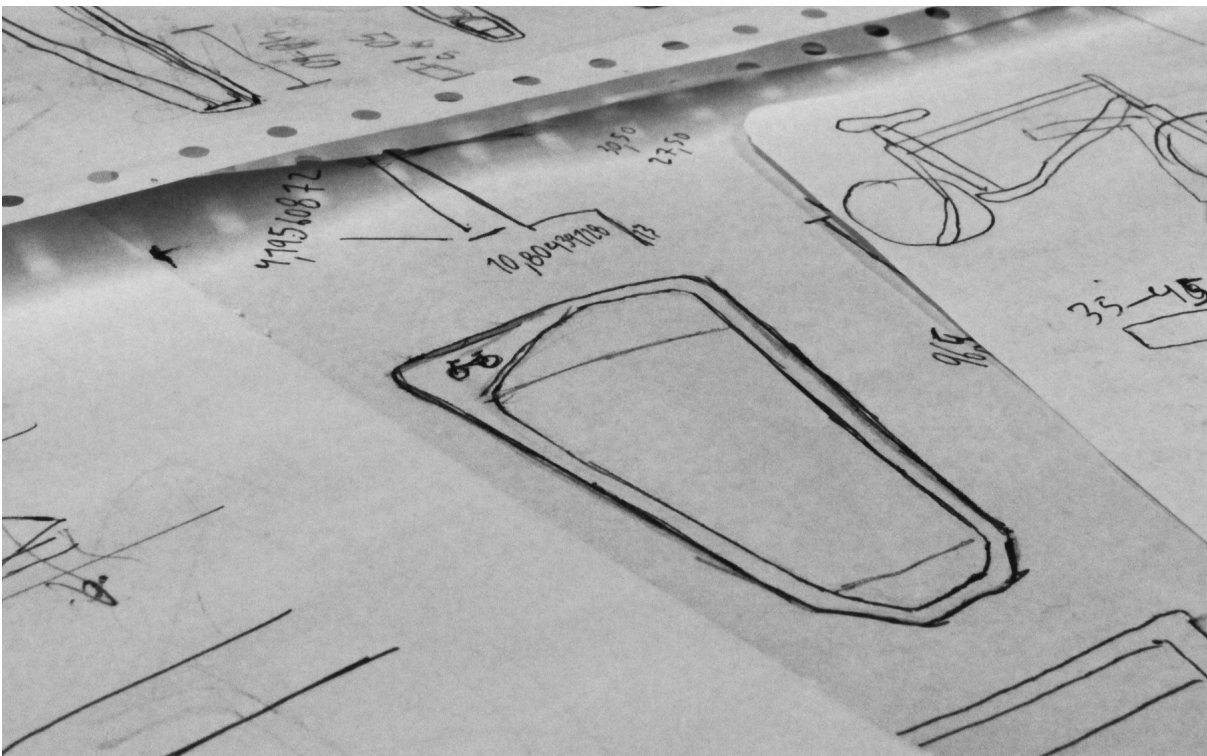


Figura 63. Esboços de Suporte de Bicicleta PARKLIFE



Figura 64. Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE

Através da utilização da linguagem formal utilizada no banco e de toda a linha estrutural de perfil que viria a ser transportada para a criação de toda a família de peças, surge a peça de estacionamento de bicicletas, neutra, humilde e discreta, de modo a não contaminar visualmente o espaço onde se irá inserir. O seu enchimento, que anteriormente era reservado no banco ao assento dos utilizadores, passa nesta peça, como abertura para a colocação intencional, do pneu da bicicleta, não sendo este o único modo adaptado ao estacionamento do veículo.

Transpondo e adaptando os ângulos da estrutura para um melhor encaixe das rodas das bicicletas, o corpo em aço fundido sólido e resistente à corrosão, fornece a força e robustez necessária para um uso contínuo diário, apelando ao movimento e constante circulação nos parques, onde a altura apresentada é igualmente pensada para um apoio apenas de encosto, e descanso de pouco tempo.

A peça deve ser montada através de uma base de betão prontamente colocada na superfície do local designado, sendo instalada através de fixação de parafusos de aço inoxidáveis, pelas furações existentes na base. Estas furações permitem de igual modo, uma inserção em solo não preparado em betão, podendo serem mais facilmente removidas as peças e colocadas em diferentes locais.



Figura 65. Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE

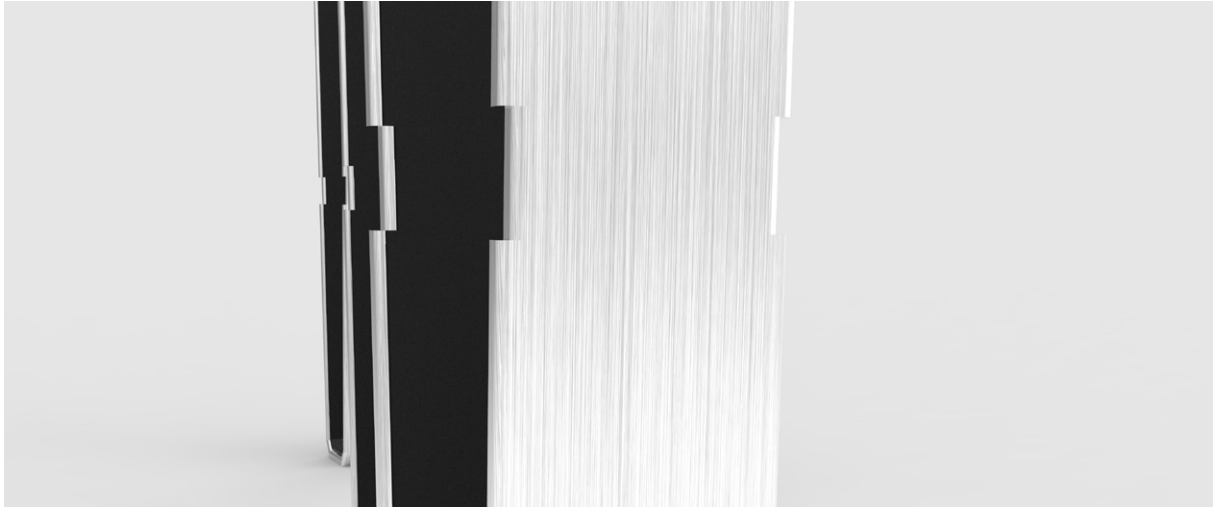
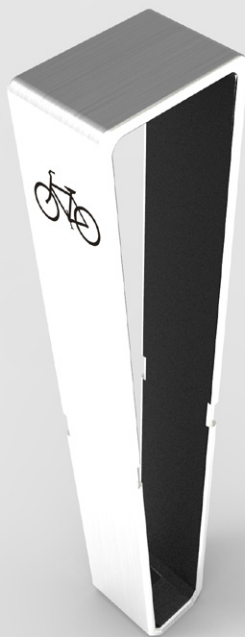


Figura 66. Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE

Em detalhe é possível verificar ainda o pormenor do negativo encontrado na estrutura. De medida calculada, oferece uma função de encosto de pedal, onde através do movimento rotativo do mesmo podemos alcançar este encaixe, e assim evitar encostar o quadro da bicicleta à peça, evitando riscos em ambas. De igual forma, este negativo permite a quem utiliza este objeto para estacionamento de bicicleta para longos períodos de tempo, como indicador de colocação de um cadeado permitindo um encaixe mais justo e seguro, baseando este pormenor em questões estéticas mas acima de tudo de segurança e manutenção do próprio veículo.



Finalmente, o decalque de icon de bicicleta permite ao utilizador identificar quais as peças destinadas à utilização para o efeito pretendido, onde graças à sua linguagem simplificada, a peça se apresenta como um elemento modular organizador de espaços, com a facilidade de adaptação a cada problema espacial específico como por exemplo dissuadores de rua.

Figura 67. Vistas de Suporte de Bicicleta PARKLIFE



Figura 68. Inserções de Suporte de Bicicleta PARKLIFE no espaço

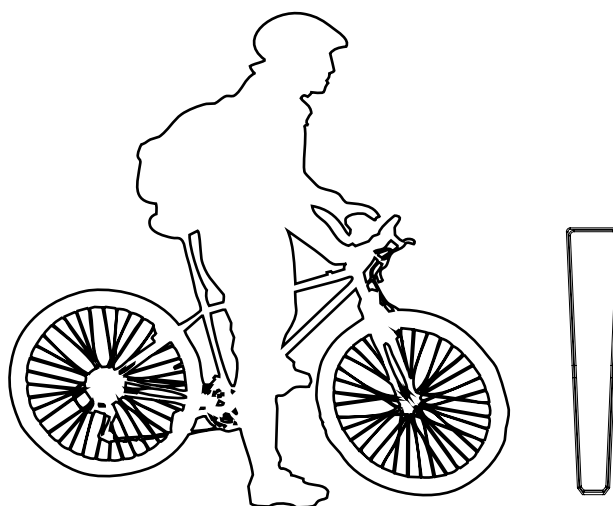
FICHA TÉCNICA DE PARQUE DE BICICLETAS

MATERIAIS E ACABAMENTOS

Aço galvanizado a quente.
Pintura electrostática poliéster.
Revestimento em pó.

FIXAÇÃO

Cravado ao solo
Parafusos de inox e bucha de impacto.



Inigualável em qualidade e beleza, o aço oferece uma longevidade e desempenho superiores, mesmo em ambientes públicos mais exigentes. Um tipo de material que alinha na perfeição, na estética contemporânea, excepcionalmente resistente à corrosão, facilidade de manutenção e com um longo ciclo de vida e alto conteúdo reciclado e de reciclabilidade. Esta escolha de material recai nas inúmeras opções que permite construir pelo design, mantendo ao longo do tempo um aspeto único que não sucumbe à corrosão.

As superfícies pulverizadas são formuladas para serem ultra duráveis, melhorando o desgaste a longo prazo e a resistência à intempérie. Este tipo de revestimento é ainda anti-graffiti, o que provoca uma facilidade de remoção de marcas de tinta ou sujidade geral.

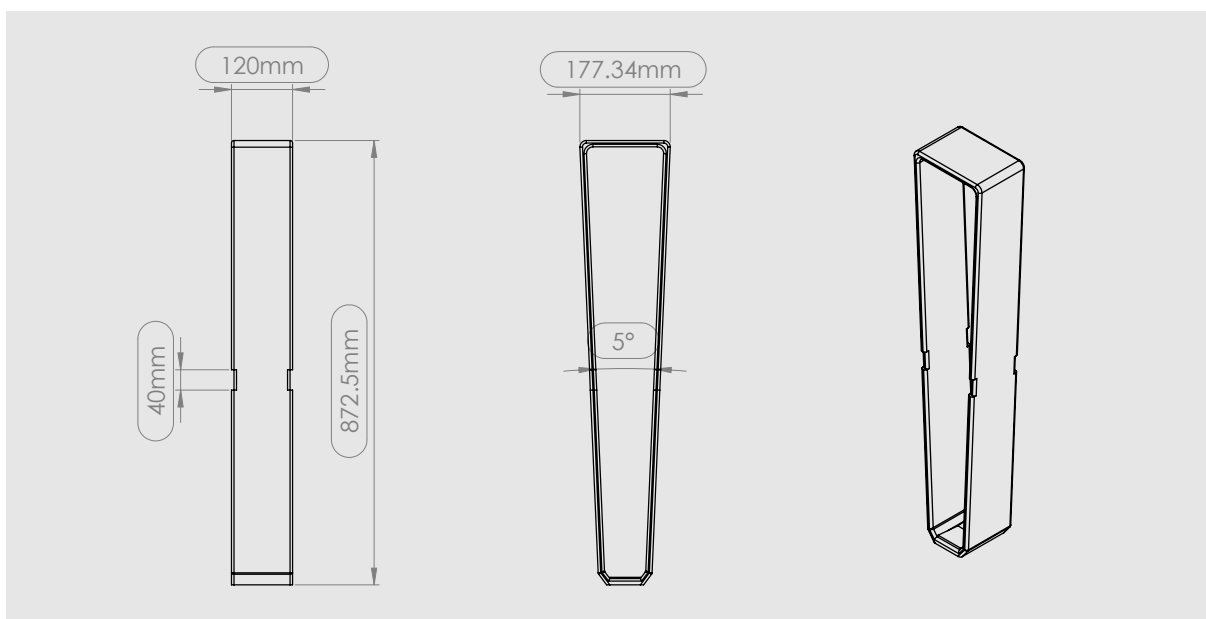


Figura 69. Escala humana e dimensões gerais de Suporte de Bicicleta PARKLIFE

4.3 PAPELEIRA PARKLIFE

As papeleiras são certamente, a par dos contentores de reciclagem, uma das peças de equipamento urbano mais importantes da urbe atual, ao permitir a limpeza de espaços aquando o surgimento histórico de recolha de lixo.

Esta é, no entanto, mais uma vez, uma das peças que se podem encontrar no Jardim de São Lázaro repetidamente enferrujadas e sobretudo desatualizadas para o espaço, ainda que se denote a diferença histórica para com as restantes inseridas no jardim. Maioritariamente sem sacos de recolha de lixo, a sua base perfurada permite, infelizmente, a propagação de cheiro dos resíduos que acumula, sobretudo quando misturados com a água da chuva que cai numa peça sem proteção mínima para o efeito referido.

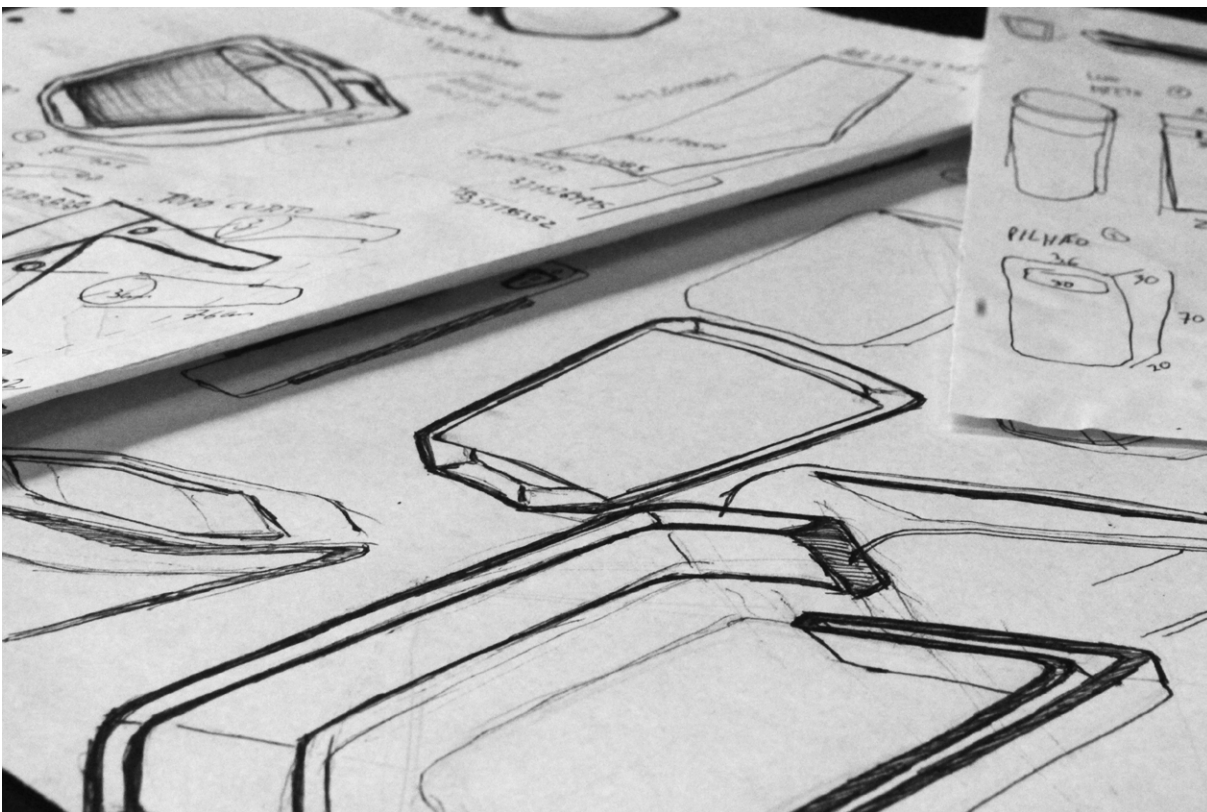


Figura 70. Esboços de Papeleira PARKLIFE

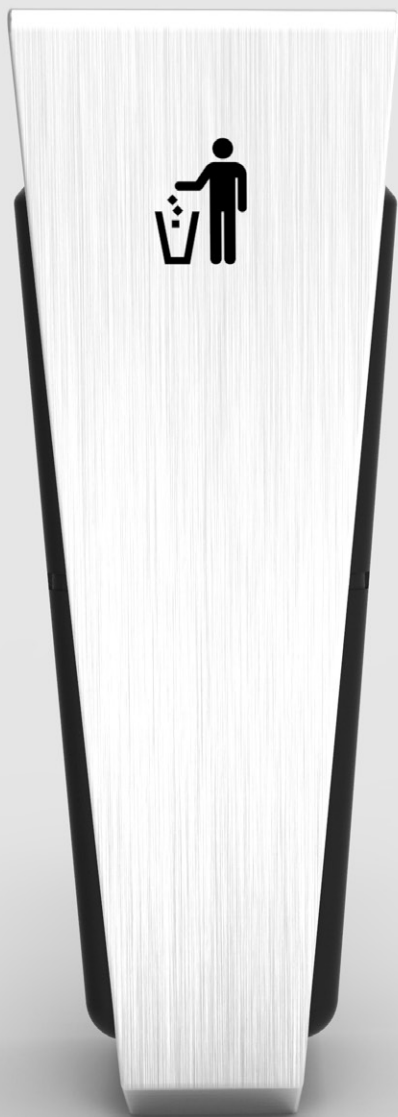
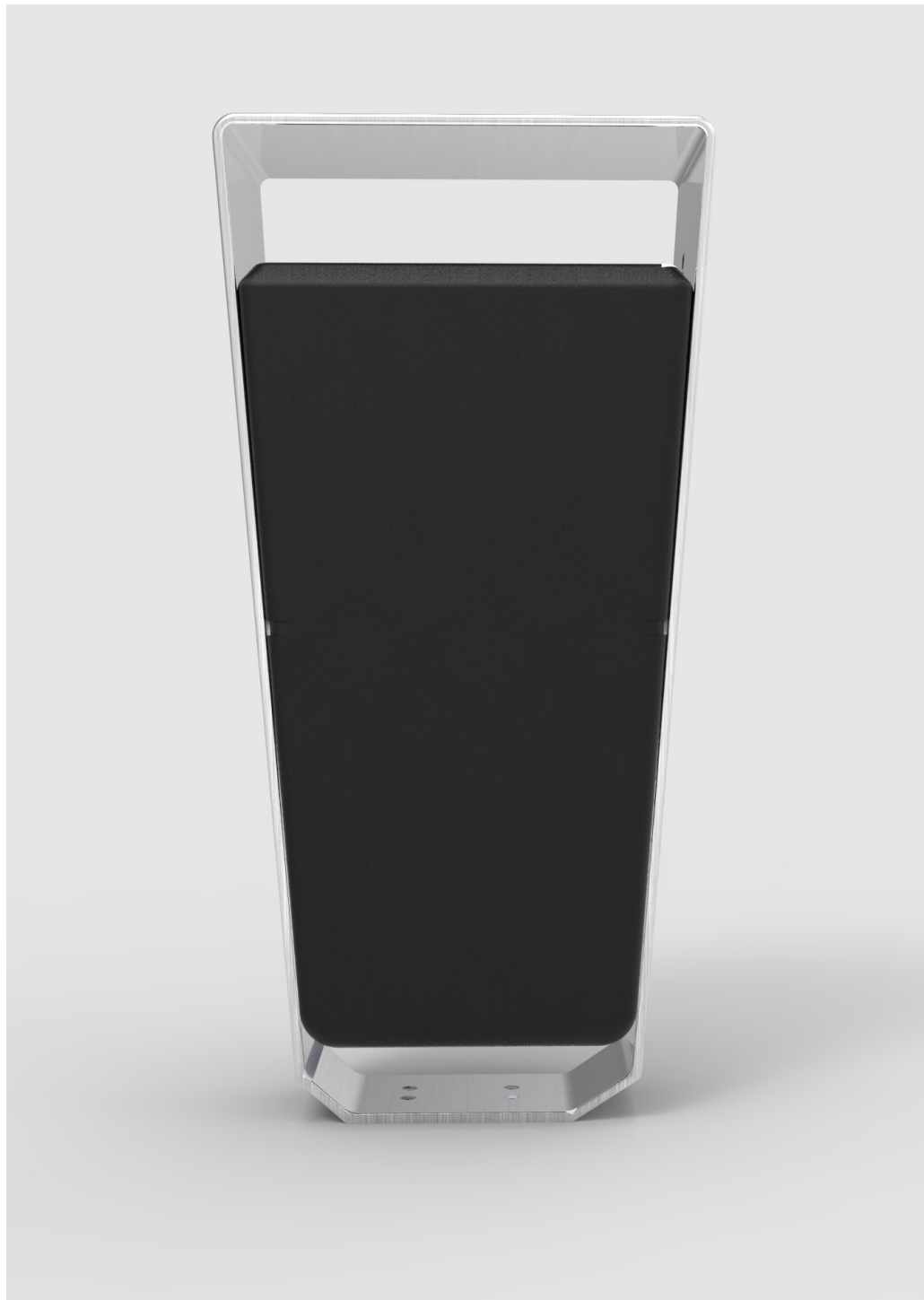


Figura 71. Vista de Papeleira PARKLIFE

De linguagem minimalista e diferenciadora, onde os elementos são pensados e reduzidos à sua funcionalidade no conjunto do objecto, o mesmo se encontra na totalidade do ambiente inserido e na linha seguida da família de mobiliário urbano

De cariz sólido e robusto, surge a peça de contentor de lixo, resistente no seu aligeirar de forma e funcional no seu todo.

Novamente, a altura da peça é estudada para dar ao utilizador uma melhor experiência de utilização, elevando-a para permitir que o espaçamento destinado à colocação de resíduos seja ergonomicamente correto. Esta colocação de lixo no recipiente acontece junto de outros elementos secos, isto é, aproveitando o recorte e inclinação da estrutura no seu topo, o seu enchimento protagonizado pelo contentor de lixo é protegido da água da chuva, evitando com isto que haja mistura de líquido com os resíduos e propagação de mau cheiro a quem circula no jardim.



Também a distância inferior entre a base da estrutura de aço fundido com o início do contentor de lixo permite a possível projeção de luz, se assim requisitada como extra de identificação noturna do sítio onde se encontra a peça, voltando uma vez mais, a ter como segunda função a importância de distanciar o contacto do contentor de lixo com a água que se possa acumular no solo. Esta peça, de fácil remoção para o despeje de resíduos, pode ainda ser adaptada em diferentes cores para uma diferenciação na colocação de lixo, respeitando a reciclagem.



Figura72. Vistas e adaptações de Papeleira PARKLIFE

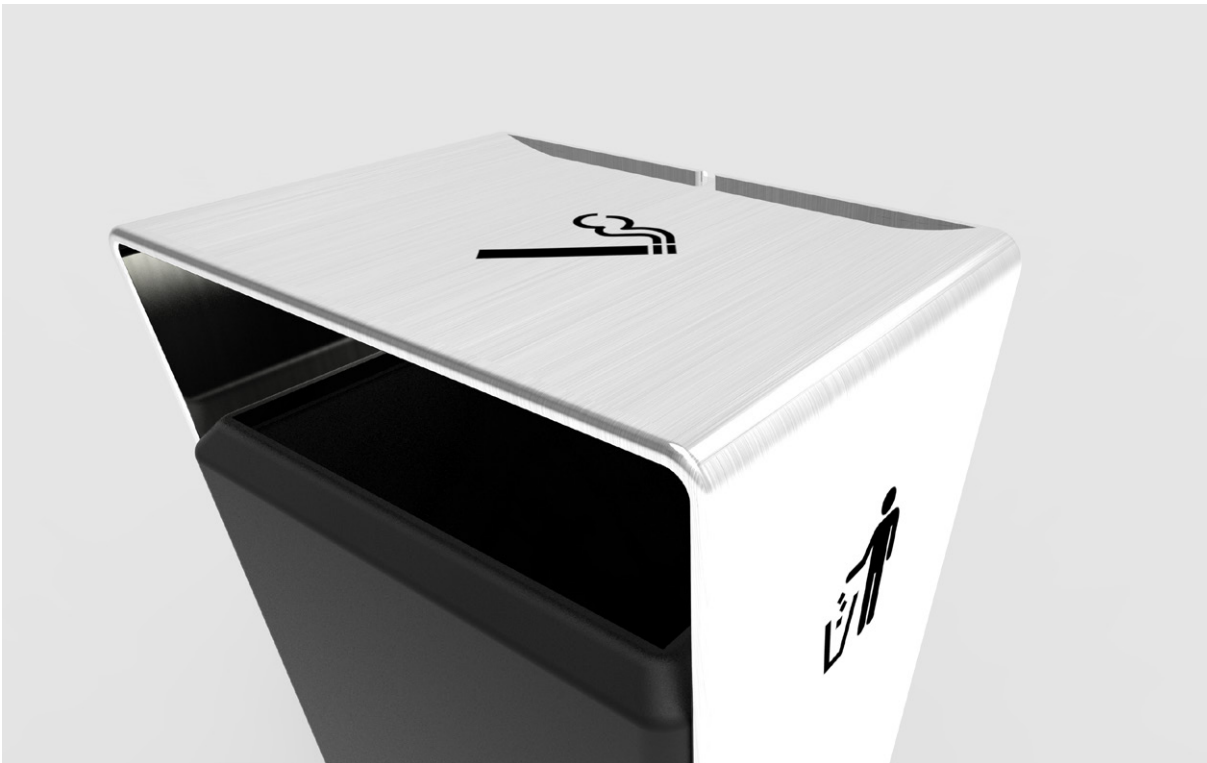


Figura 73. Vista de Papeleira PARKLIFE

Detalhadamente pode ser encontrada no topo da estrutura um negativo que permite aos utilizadores fumadores, uma base para que possam apagar os seus cigarros, e de seguida, respeitosamente os colocarem junto do restante lixo. Mais uma vez, a questão de água de chuva foi pensada, com um pequeno recorte permitindo o corrimento evitando a acumulação de água.



Figura 74. Vista de Papeleira PARKLIFE



Figura 75. Inserção de Papeleira PARKLIFE no espaço

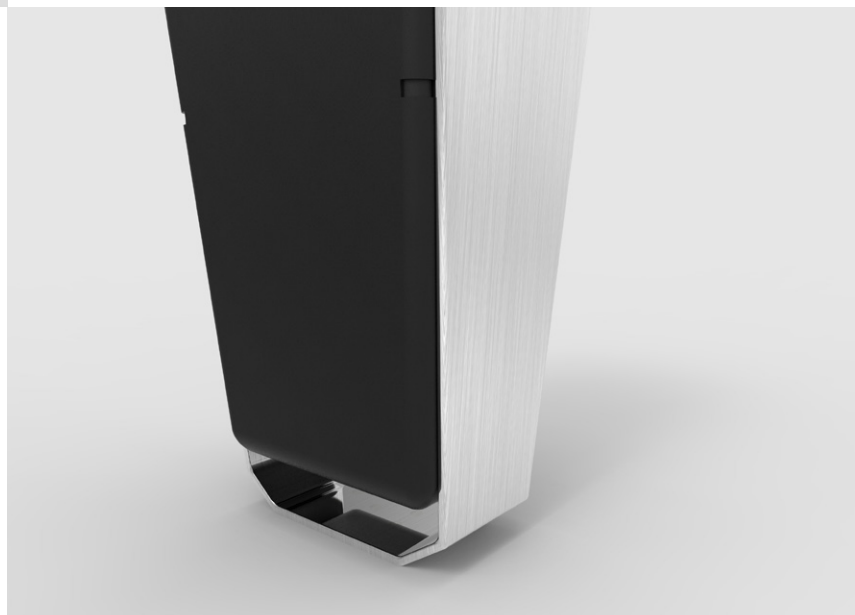
Aprofundando conceptualmente a peça, mais uma vez encontramos a mesma linha da estrutura retirada do banco, onde ao contrário do mesmo em que o assento se encontra saliente para a sua função de assento, nesta peça o seu enchimento é protagonizado no interior da estrutura, onde o mesmo varia de peça em peça consoante a função a desempenhar. Deste modo, a estrutura mantém-se intacta e intocável, variando apenas o interior da mesma que justifica a função à peça no seu todo.



O caixote, finalmente, fabricado em polietileno de alta densidade, acarreta a peça de armazenamento de lixo, num formato que é familiar ao utilizador comum do espaço urbano, de modo a que a limpeza do jardim seja feita por peças que transmitam em primeira impressão a sua função e intuitiva.

Os seus lados interiores apresentam uma saliência que permite o encaixe na forma semelhante negativa na estrutura, ao qual permite uma fácil retirada do caixote para limpeza ou mudança de sacos, apoiada ainda, por um recorte no caixote nos seus quatro cantos exteriores para encaixe dos dedos. Este recorte permite uma ação de levantamento mais facilitada de um peso que varia no seu enchimento, e novamente em dias chuvosos em que o material se possa encontrar escorregadio, onde deste modo, combatemos uma simples ação com uma solução à imagem da peça, simplificada e funcional.

Figura 76. Vistas de Papeleira PARKLIFE



FICHA TÉCNICA DE PAPELEIRA

MATERIAIS E ACABAMENTOS

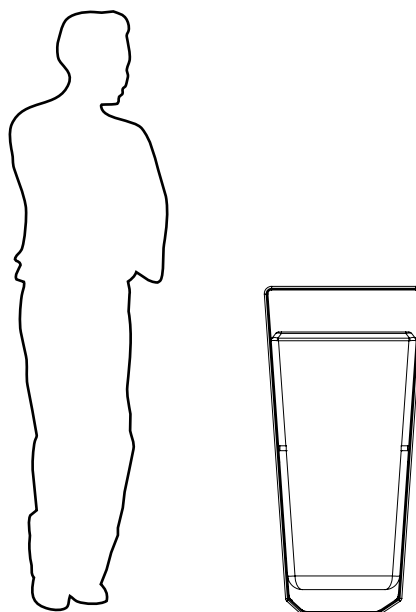
Aço galvanizado a quente.
Pintura electrostática poliéster.
Revestimento em pó.
Polietileno de alta densidade.

FIXAÇÃO

Cravado ao solo
Parafusos de inox e bucha de impacto.

INCLUI

Contentor de lixo amovível



Inigualável em qualidade e beleza, o aço oferece uma longevidade e desempenho superiores, mesmo em ambientes públicos mais exigentes. Um tipo de material que alinha na perfeição na estética contemporânea, excepcionalmente resistente à corrosão, facilidade de manutenção e com um longo ciclo de vida e alto conteúdo reciclado e de reciclabilidade. Esta escolha de material recai nas inúmeras opções que permite construir pelo design, mantendo ao longo do tempo um aspeto único que não sucumbe à corrosão.

As superfícies pulverizadas são formuladas para serem ultra duráveis, melhorando o desgaste a longo prazo e a resistência à intempérie. Este tipo de revestimento é ainda anti-graffiti, o que provoca uma facilidade de remoção de marcas de tinta ou sujidade geral.

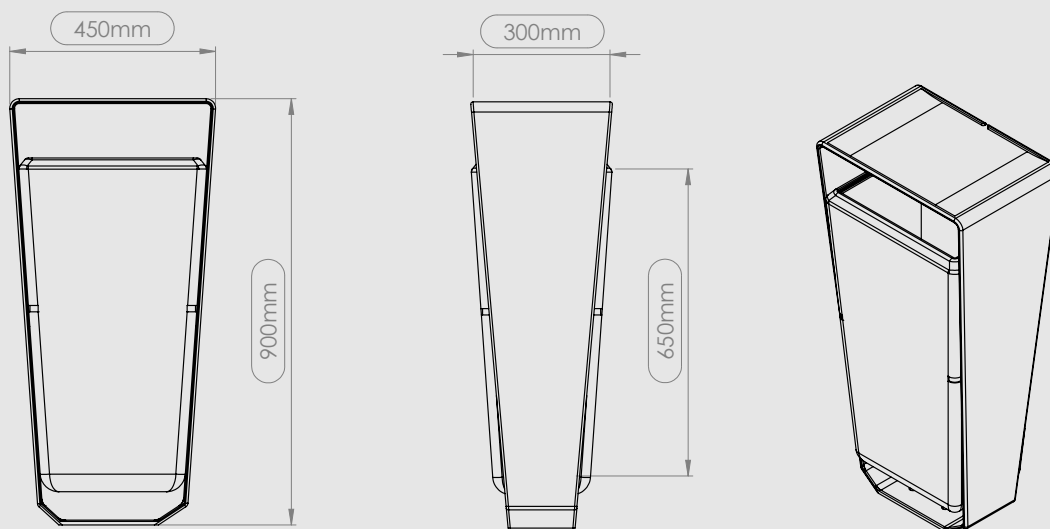


Figura 77. Escala humana e dimensões gerais de Papeleira PARKLIFE

4.4 BEBEDOURO PARKLIFE

Em ultimo lugar, mas com equivalente nível de importância na vida de dia a dia do jardim de São Lázaro, surge por fim a necessidade de criação e renovação do bebedouro.

Apoiado pela rede de águas locais já instaladas para o usufruto de chafarizes, permite, a quem circula, um ponto de repouso para a reposição de energia.

Esta é, ainda hoje, uma peça bastante valorizada pelo utilizador, muitas vezes sem o apoio de facilidade de transporte de líquido de hidratação, encontra neste espaço, a possibilidade de o fazer sem custos e com qualidade assegurada cada vez mais pela constante melhoria da qualidade de água transportada para a população.

A peça, em si, fecha de modo simplório mas completo a ideia transparecida da forte adaptabilidade da estrutura criada para a linha de família de mobiliário urbano, revelando a facilidade de aplicação a cada função pretendida.

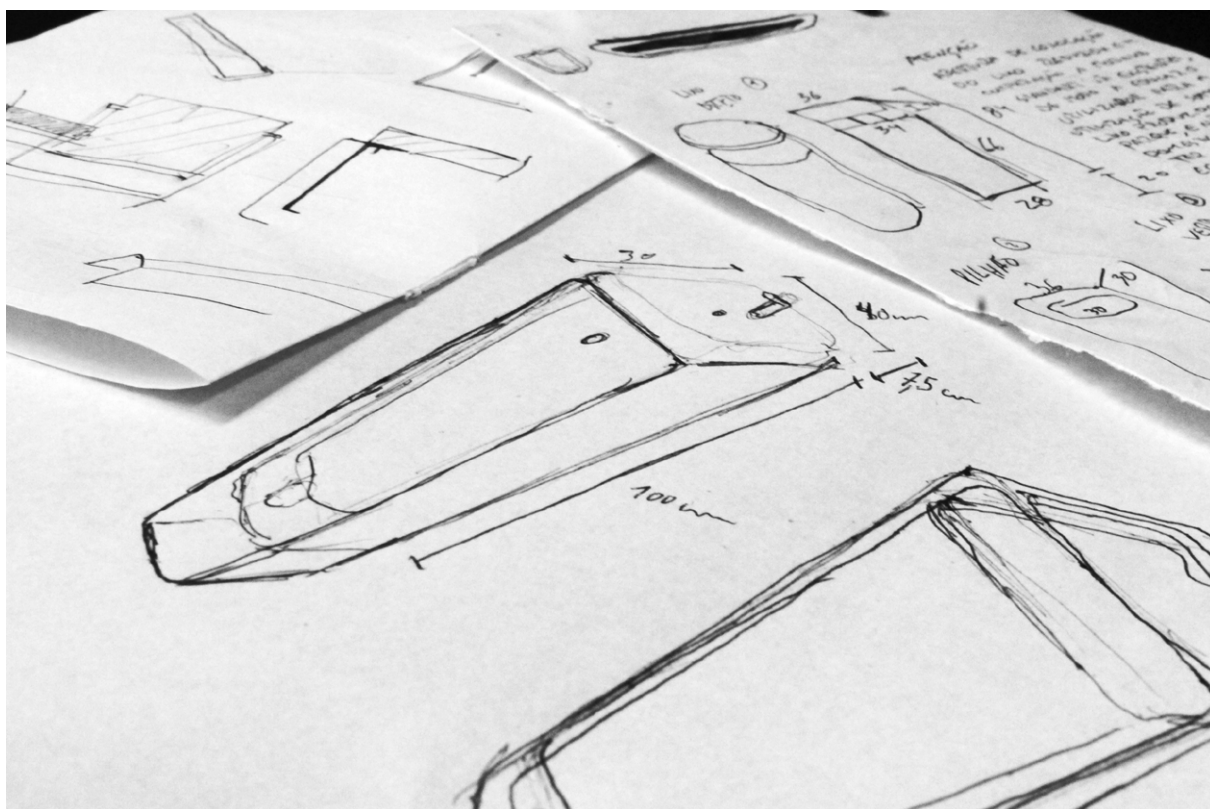


Figura 78. Esboços de Bebedouro PARKLIFE



Figura 79. Vistas de Bebedouro PARKLIFE

Através de uma abordagem minimalista em que é premiada a função, a peça é novamente apoiada pelo mesmo desenho de armação, apresentando um recorte na sua base superior, em que esta permite o encaixe do mecanismo do bebedouro produzido externamente em aço inox e assembled à estrutura, através de um encaixe em negativo produzido na peça estrutural, completando e finalizando a junção em processo de soldadura.



O espaçamento inferior é completo pela tubagem de material esteticamente adaptado para conjugar na sua plenitude com a estrutura envolvente, sobressaindo novamente o contraste do preenchimento e o seu involucro. Mais uma vez este espaçamento entre a estrutura e o mecanismo da peça permitem a adaptabilidade de iluminação no seu interior de modo a ser facilmente identificado o local onde se encontra em períodos nocturnos pelos utilizadores.



Figura 80. Vistas de Bebedouro PARKLIFE



Figura 81. Vista de Bebedouro PARKLIFE

Não existindo hesitação na sua função, o ícone reforça o formato intuitivo em que possui frontalmente o único botão interativo de ativação e paragem de corrimento de água. A ação é completada com a saída de água na parte superior, com um negativo de armazenamento e despejo do desperdício em formato de taça tradicional, numa clara posição de revivalismo e homenagem à historicidade dos bebedouros originais de São Lázaro. Reforçando a posição de cada um dos componentes através da diferenciação de materiais e cores, a orientação da peça é igualmente reforçada pela posição destes elementos, resultando o interface da forma/função com o utilizador.



Figura 82. Inserção de Bebedouro PARKLIFE no espaço

A peça estrutural deve ser montada através de uma base de betão prontamente colocada na superfície do local designado, sendo instalada através de fixação de parafusos de aço inoxidáveis, pelas furações existentes na base. Estas furações permitem de igual modo uma inserção em solo não preparado em betão, podendo ser mais facilmente removidas as peças e colocadas em diferentes locais.

Figura 83. Vistas de Bebedouro PARKLIFE



FICHA TÉCNICA DE BEBEDOURO

MATERIAIS E ACABAMENTOS

Aço galvanizado a quente.

Pintura electrostática poliéster.

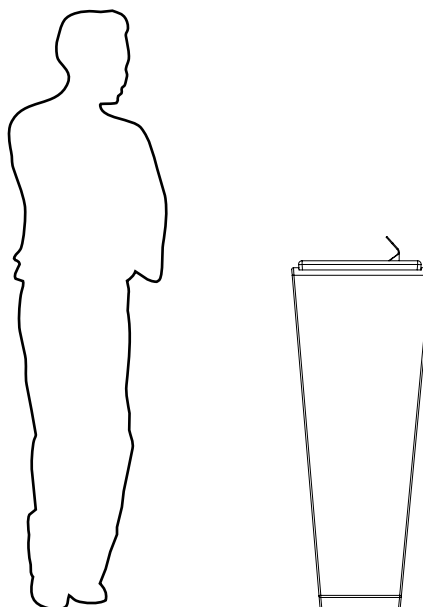
Revestimento em pó.

Aço Inox

FIXAÇÃO

Cravado ao solo

Parafusos de inox e bucha de impacto.



Inigualável em qualidade e beleza, o aço oferece uma longevidade e desempenho superiores, mesmo em ambientes públicos mais exigentes. Um tipo de material que alinha na perfeição na estética contemporânea, excepcionalmente resistente à corrosão, facilidade de manutenção e com um longo ciclo de vida e alto conteúdo reciclado e de reciclabilidade. Esta escolha de material recai nas inúmeras opções que permite construir pelo design, mantendo ao longo do tempo um aspeto único que não sucumbe à corrosão.

As superfícies pulverizadas são formuladas para serem ultra duráveis, melhorando o desgaste a longo prazo e a resistência à intempérie. Este tipo de revestimento é ainda anti-graffiti, o que provoca uma facilidade de remoção de marcas de tinta ou sujidade geral.

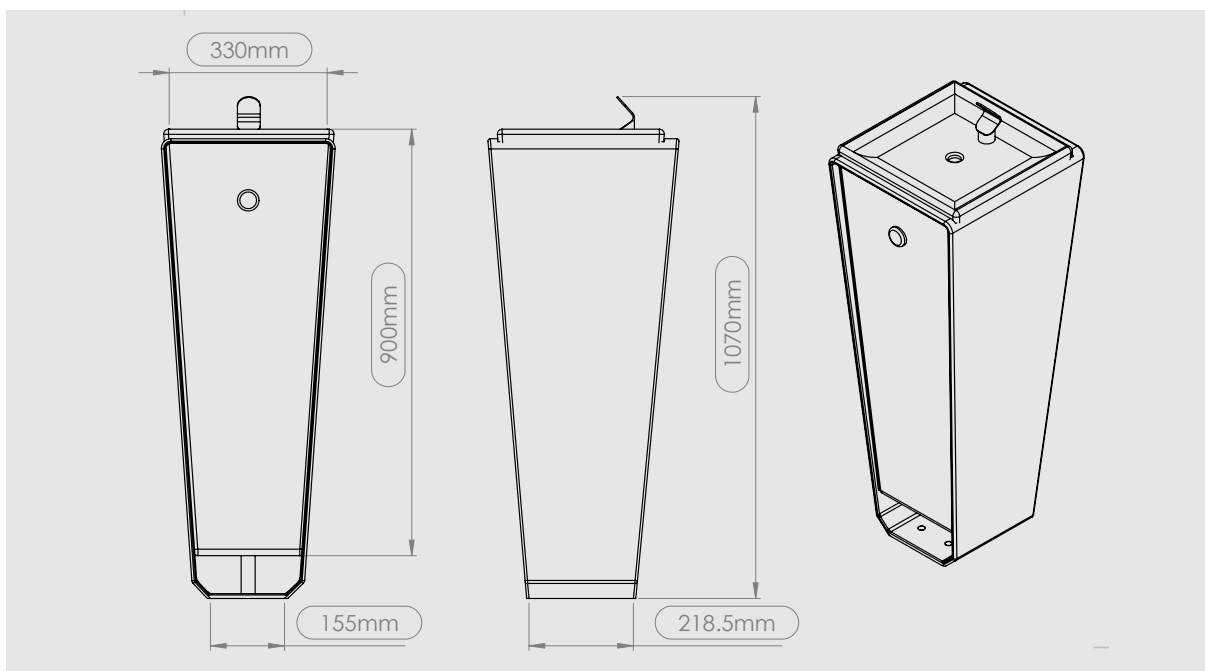


Figura 84. Escala humana e dimensões gerais de Bebedouro PARKLIFE

5. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do presente projeto, denominado “Design de Mobiliário Urbano: Intervenção e Revitalização do Jardim de São Lázaro” fui levado a uma experiência prática nos mais diversos contextos. Atendendo ao pensamento inicial de intervir de forma positiva num espaço reconhecidamente em decadência, foi através das aptidões apreendidas como designer que me propus não somente revitalizar as vivências do Jardim de São Lázaro, como ao mesmo tempo reforçar um processo de comunicação entre criadores e os seus utilizadores reais.

Através das metodologias adotadas, o trabalho conteve dentro de si um compromisso no aprofundamento do conhecimento do tema proposto a explorar, num estudo da cidade, em particular da do Porto, e do seu mais emblemático jardim, o primeiro, o de São Lázaro.

As metodologias adotadas, divididas em aspetos teóricos e práticos, resultaram num aprofundamento claro do conhecimento do tema. De fato, na procura e questionamento da contextualização histórica, foi possível, abordando todo o enquadramento documentado, perceber a tamanha importância que os espaços públicos, mais concretamente os jardins, empregaram na própria evolução social durante os séculos XIX e XX, havendo no presente, um desfasamento da sua funcionalidade para com o atual século. Foram as transformações ocorridas após a Revolução Industrial e conseqüentemente todo o êxodo ocorrido para as grandes cidades que viriam a resultar num novo modo de vida, uma nova prosperidade económica. O homem procurou incessantemente as melhores condições de vida, e foi na cidade que encontrou o emprego e o encantamento que fez desta um espaço vivido. Porém, estas mudanças também lhe trouxeram outro modo de compreender e usufruir o espaço da cidade, um novo conceito de conforto cruzou-se com os novos hábitos e mentalidades sociais, procurando desta feita a sociabilidade que viria a transformar definitivamente o espaço público até aos dias de hoje.

Numa abordagem exploratória e técnica, com o desenvolvimento do presente projeto, surge, através do design, a necessidade de revitalizar e imortalizar espaços como o Jardim de São Lázaro. Concluindo que os espaços com conotações históricas, resultantes de acontecimentos simbólicos, apresentam uma maior probabilidade de identificação e interação por parte dos utilizadores, foi clara a necessidade de, e após compreender as

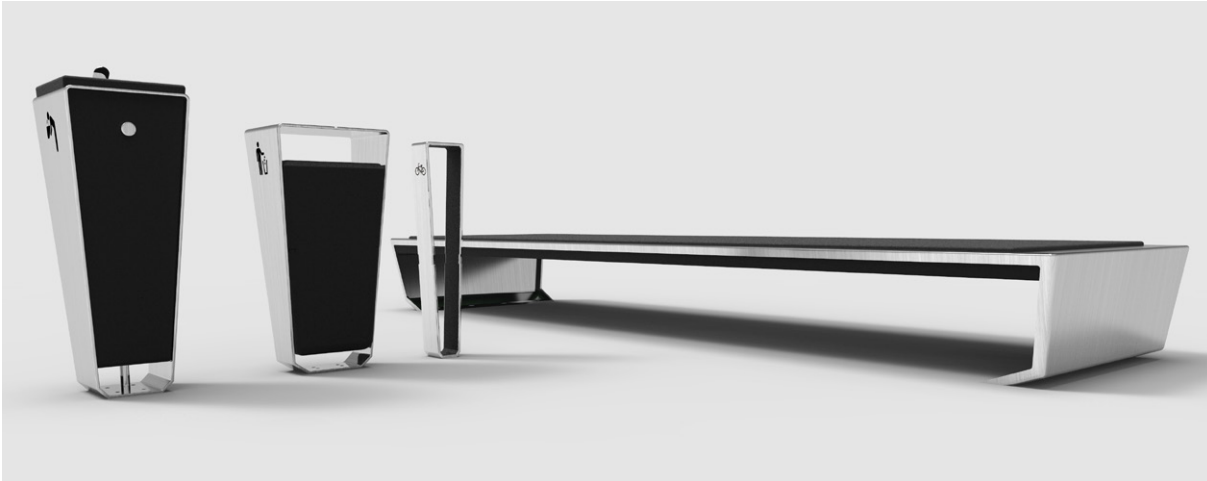


Figura 85. Vistas de linha PARKLIFE completa

evoluções do mobiliário urbano, intervir naquele que será para sempre o primeiro jardim da cidade. Deste modo, a identificação por parte dos utilizadores, de espaços através da memória, promove uma reação recetiva em relação a esses locais e conseqüentemente, uma ligação interativa mais constante com o local e os seus componentes.

De fato, no estudo do estado da arte foi possível identificar inúmeros catálogos repletos de novos formatos e materiais, que transformavam as peças presentes atualmente em São Lázaro, desatualizadas e ultrapassadas para a realidade atual. Numa clara tentativa de repovoar o jardim, necessitando de aproveitar as novas gerações que no seu redor circulam, para renovar a vida do mesmo, era necessário apostar em peças com novo impacto de formas, cores, conforto e opções. Ao mesmo tempo, e para que se preservasse a atual vivência que se evidencia no espaço através das gerações mais antigas, foi graças a uma surpreendente disponibilidade para ajudar e vontade de participar com histórias e opiniões, cada uma carregada com o seu significado e sentimento, que esta auscultação do corpo cidadão me direcionou para os primeiros esboços.

A vontade de trazer vida a São Lázaro é imensurável, e, efetivamente, o projeto teve início na sua parte mais técnica graças ao privilégio da partilha e ligação criada entre designer e utilizadores, numa clara aproximação que transforma, de início, as peças mais direcionadas e focadas nas suas preocupações e conselhos.

Foi desta forma que nasceu a linha de mobiliário urbano PARKLIFE, (Vida de Parque), constituída por quatro diferentes peças, que a meu ver, correspondem na totalidade aos objetivos propostos na utilização do papel do designer como elemento vivo na

intervenção, desenvolvimento criativo e concetual de um espaço público urbano através de peças de mobiliário que renovassem não somente as existentes como a própria vida do espaço. Através de uma linguagem simplificada, de formatos e cores acessíveis, focada na funcionalidade intuitiva, PARKLIFE é, aos olhos dos utilizadores, uma solução pretendida pela sua capacidade de intervir num jardim icónico sem que lhe seja retirado protagonismo, compactuando e reforçando em paralelo a sua intenção de continuar a ser um espaço para servir da melhor forma a cidade do Porto através das especificações tecnicamente pensadas ao pormenor em cada peça.

Em conclusão, a dissertação aqui apresentada, permitiu compreender e responder que uma maior ligação entre a arte criativa e os espaços citadinos deveria ser mais frequente, criando a hipótese de existir um contributo mútuo na promoção tanto do espaço, como do trabalho dos criadores, dinamizando através das oportunidades criadas para designers, a possibilidade de também estes locais se reerguerem, fruto da revitalização proposta. Assim sendo, a preocupação atual de preservar e restaurar património deve ser completada com a necessidade e noção de complementar os mesmos com inovações que tem vindo a ser criadas desde o período da Revolução Industrial, não podendo permitir que um espaço possa apenas respirar e sobreviver com os elementos que lhe foram instalados na sua fundação. Deste modo, mantendo o cariz simbólico de São Lázaro, respeitando em todos os pontos a sua importância para a cidade do Porto, devemos tomar como exemplo a vontade de renovar estes espaços à medida que a própria sociedade se renova e nos oferece novos métodos de aperfeiçoamento dos elementos já existentes. PARKLIFE oferece assim sendo, com o pensamento claro da importância que os jardins tiveram na construção da sociedade que atualmente vivemos, uma nova oportunidade de sociabilidade para São Lázaro.

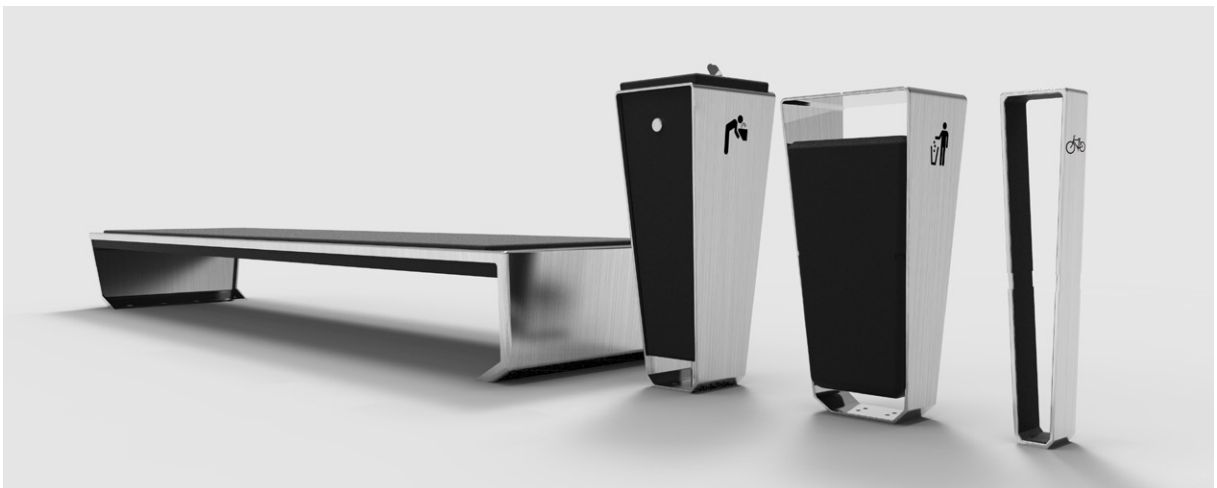
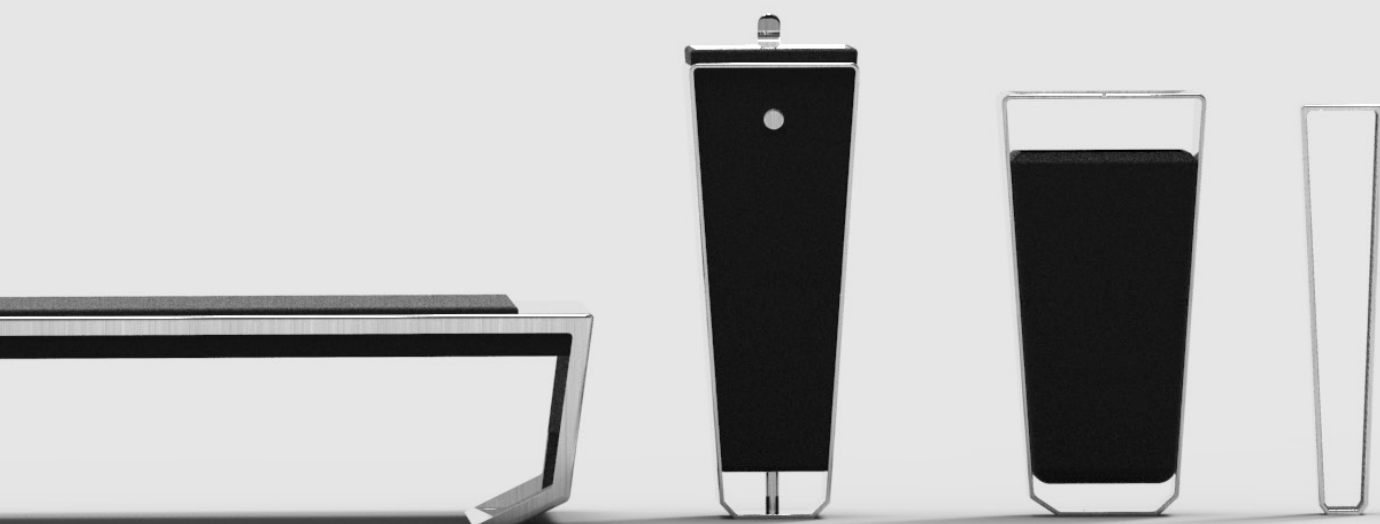


Figura 86. Vistas de linha PARKLIFE completa

SAME PARK.



NEW LIFE



parklife

Figura 87. Poster de linha PARKLIFE completa
(Same Park. New Life, tradução: Mesmo Parque.Nova Vida)

PARTE III

CAPÍTULO 1

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Francisco Pires Keil; SANTA-BÁRBARA, José - Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal.

Mirandela : João Azevedo Editor, 2002. ISBN 9729001561.

ANDRESON, Teresa; MARQUES, Teresa Portela – Jardins Históricos do Porto
Edições INAPA, Coleção Portucale, Março 2001.

Archivo Popular – Semanário Pintoresco

Lisboa: Typografia de A.J.C da Cruz Rua da Emenda nº 29, 1840.

BASTOS, Artur de Magalhães – O Porto do Romantismo

Caminhos Romanos, Fevereiro 2010. ISBN: 9789898379016

BONSIEPE, GUI – Teoria e Prática do Design Industrial, Coleção “Design, Tecnologia e Gestão”

Centro Português do Design, PENTAEDRO, 1992. ISBN: 9729445028

BRAGA, Pedro Bebiano - O Mobiliário Urbano de Lisboa 1838-1938.

Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

BRANDÃO, Pedro - O chão da cidade : guia da avaliação do design de espaço público.

Lisboa : Centro Português de Design, 2002. ISBN 9729445192. p. 35.

BRANDÃO, Pedro; Remesar, Antoni – Design de Espaço Público: Deslocação e Proximidade

Centro Português de Design, 2000. ISBN: 9789729445200

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni; trad. FERNANDES, Ana Teresa – Espaço Público e a interdisciplinaridade

Centro Português Design, 2001.

CARDOSO, Abílio – Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento, Departamento de Engenharia Civil da F.E.U.P
Edições Afrontamento, 1996. ISBN: 9723604124

CORDEIRO, Valdemar; PEREIRA, J. Carmo - Jardins do Porto: Divisão de Parques e Jardins da Câmara Municipal do Porto, 1988.

CULLEN, Gordon - Paisagem Urbana.
Lisboa : Edições 70, 2008. ISBN 978-972-44-1401-0.

FARIA, Miguel Ferreira de - Praças Reais : Passado, Presente e Futuro.
Lisboa : Livros Horizonte, 2008. ISBN 9789722415897

FERNANDES, José Alberto V. Rio – Documentos e Memórias para a História do Porto: Porto, Cidade e Comércio
Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.

GASPAR, Orlando – Caminhando pelos Jardins e Parques Públicos da Cidade do Porto.
Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Ambiente, Março 1999.

GEHL, Jan; GANZO, Lars - Novos Espaços Urbanos
Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2002. ISBN 8725219108

II Forum Ibérico sobre Centros Históricos | Centro Cultural de Cascais | 3 a 5 Março de 2003
Câmara Municipal Cascais | Departamento da Cultura. ISBN 9726371554

LIBERAL, Ana Maria; PEREIRA, Rui; ANDRADE, Sérgio C. – Casas de Música no Porto. 1º Volume
Porto: Fundação Casa da Música, 2009.

Lisboa Capital do Nada, Marvila: Criar, Debater, Intervir no espaço público
Lisboa: Extra]muros[associação cultural para a cidade, 2007. ISBN 9729565643

LYNCH, Kevin; trad. AFONSO, Maria Cristina Tavares – A Imagem da Cidade
Lisboa: Edições 70, Lda, Abril 1996. ISBN: 9724403793

MACHADO, Nuno - A Interacção entre Indivíduos e Objectos como Factor Inclusivo Dinamizador do Espaço Público Urbano.

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, MADEP

MARQUES, Mário; DIAS, Marina Tavares – Porto Desaparecido
Quimera Editores, 2002. ISBN: 9789725890912

MARTINS, Ana; REMESAR, Antoni - Do Projecto ao Objecto, Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos; Câmara Municipal do Porto
Centro Português de Design, Maio 2005. ISBN: 9729147620

MINGUET, Josep M. - Arquitectura da Paisagem. Mobiliário Urbano.
Barcelona : Monsa, 2007. ISBN 978-84-96429-60-4

NASCIMENTO, A. – Espaço Público/ Verde Urbano, Cidade do Porto: 3 Intervenções no Espaço Público
Porto: Tese de Licenciatura F.A.U.P, 2001.

O Museu Portuense: Jornal de história, artes, sciencias industriaes e bellas letras
Publicado debaixo dos auspícios da Sociedade da Typographia Commercial Portuense
Porto: Nº9, 1 de Dezembro, 1838

PACHECO, Helder – Novos guias de Portugal: Porto
Editorial Presença, 1984.

PASSOS, Carlos de – Guia Histórica e Artística do Porto
Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, 1935

PEREIRA, Cristóvão Valente - Mobiliário Urbano : Abordagem e Reflexão.
Dissertação de Mestrado em Design Urbano, Formación Continuada Les Heures, Univer-
sitat de Barcelona, 2002.

PIMENTEL, Alberto – A Praça Nova

Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1916.

PIMENTEL, Alberto – Guia do Viajante na Cidade do Porto e seus Arrabaldes

Porto: Livraria Central de J. E. da Costa Mesquita, Editor, 1876.

PIMENTEL, Alberto – Memórias do tempo de Camilo

Porto, Chave do Enigma Magalhães e Moniz, 1913.

PORTAS, Nuno – Espaço Público e a cidade emergente: Os Novos Desafios

Centro Português de Design, Pedro Brandão, Antoni Remesar, Lisboa, 2003.

RAMALHO, António Leite – Urbanismo: Retratos Urbanos, Coleção Câmara Municipal Póvoa do Varzim “Na Linha do Horizonte – Biblioteca Poveira”

Camara Municipal Póvoa do Varzim, 1ª Edição Compilada, Fevereiro 2004. ISBN: 9728801211

REGATÃO, José Pedro - A arte pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano. 2ª edição.

Lisboa : Bond, 2010. ISBN 978-989-8060-09-9.

REIS, Henrique Duarte de Sousa – Apontamentos para a Verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto

Porto: Manuscritos Inéditos da Biblioteca Municipal do Porto, Edições B.P.M.P, 1984.

RELVAS, Eunice; BRAGA, Pedro Bebiano – Coretos em Lisboa 1790 – 1990

Lisboa: Editora Fragmentos, 1991.

SARAIVA, Arnaldo – O sentimento do Porto

Porto: Editora Exclamação, Novembro 2015. ISBN: 9789899916388

SOUSA, Francisco de Almeida e, 1998 – Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa in Jorge Fernandes Alves (coord), “A indústria Portuense em Perspectiva Histórica”, Porto, CLC-FLUP

VIANA, Filipa - Vinculação: Intervenções no Quotidiano como Ferramenta de Conscientização. Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Tese de Dissertação de Mestrado em Arte e Design para Espaço Público, 2012/2014

ZILHÃO, Adriano – O Centro do Porto: Formação e Evolução (1850 – 2001)

Editorial Novembro, 2015. ISBN: 9789898136923

CAPÍTULO 2

LINKS ÚTEIS

<https://red-dot.de/pd/online-exhibition/work/?lang=en&code=27-02234-2017&y=2017&c=238&a=0>

<https://red-dot.de/pd/online-exhibition/work/?lang=en&code=27-03785-2017&y=2017&c=238&a=0>

<https://www.doms.studio/>

<http://www.ietadesign.pt/PT/>

<https://larus.pt/index.php/pt/>

<http://www.so-ma.se/en/home/>

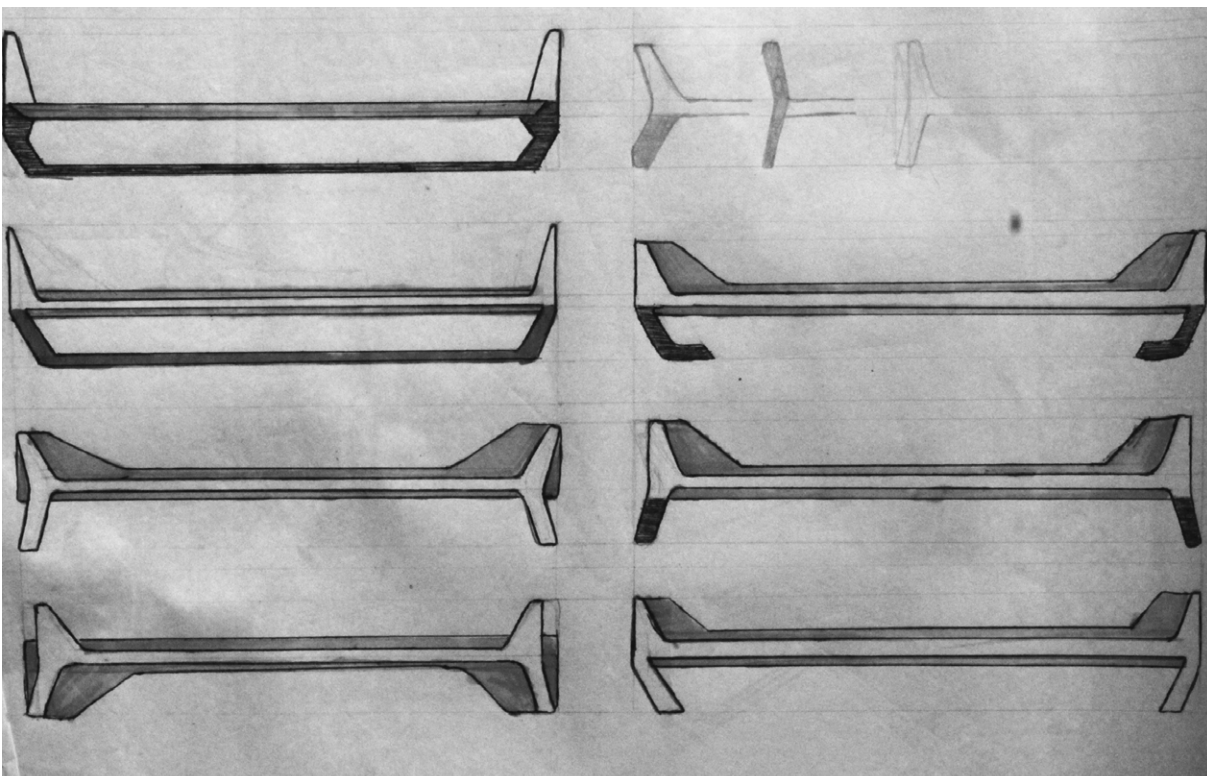
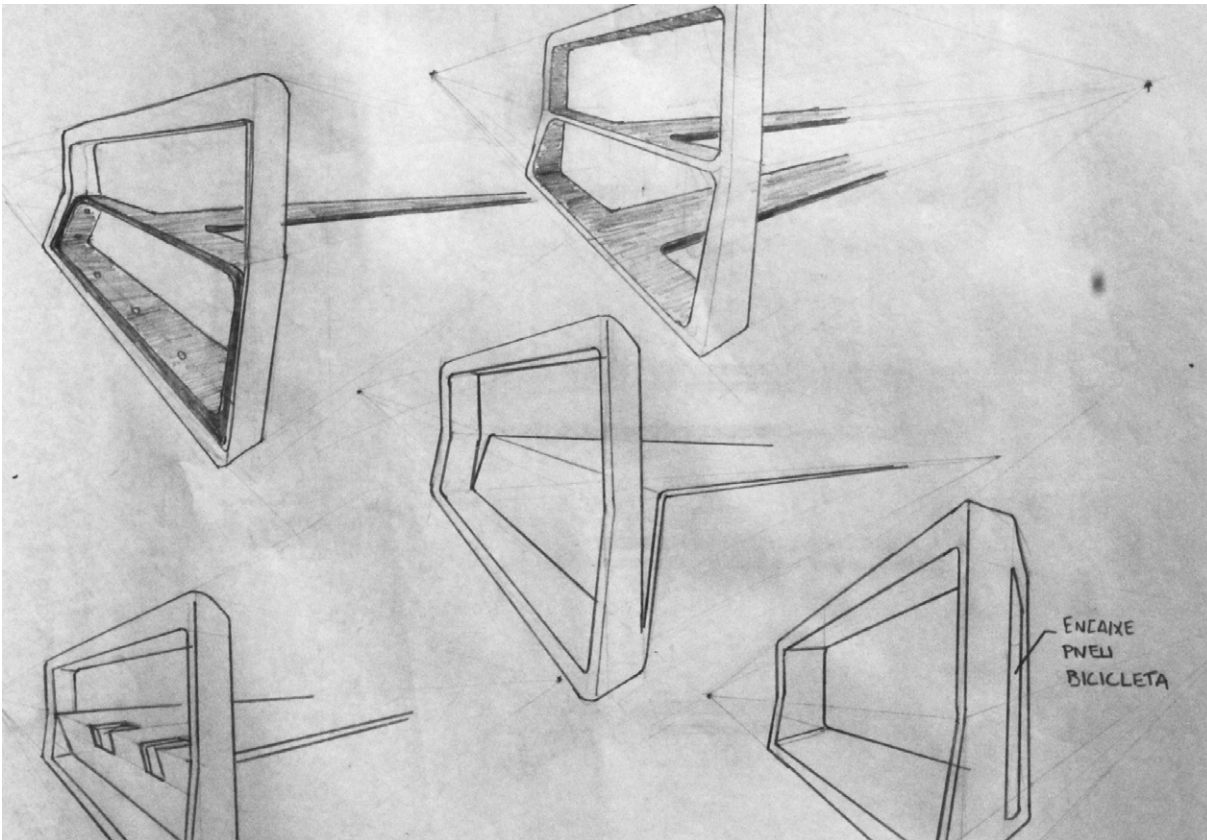
<https://www.esquerda.net/artigo/sala-de-leitura-feminina-um-espaco-segregado-na-biblioteca-porto-1945-53/30345>

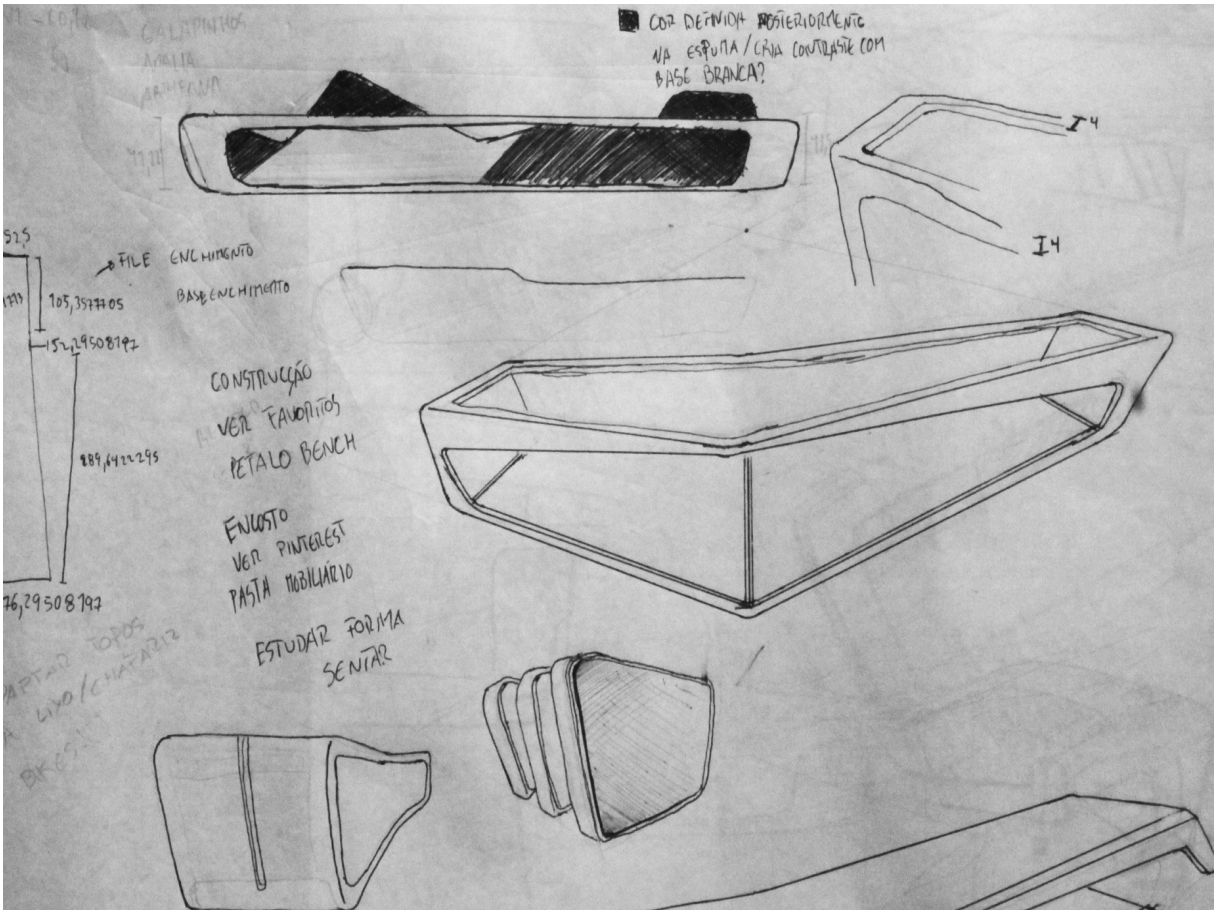
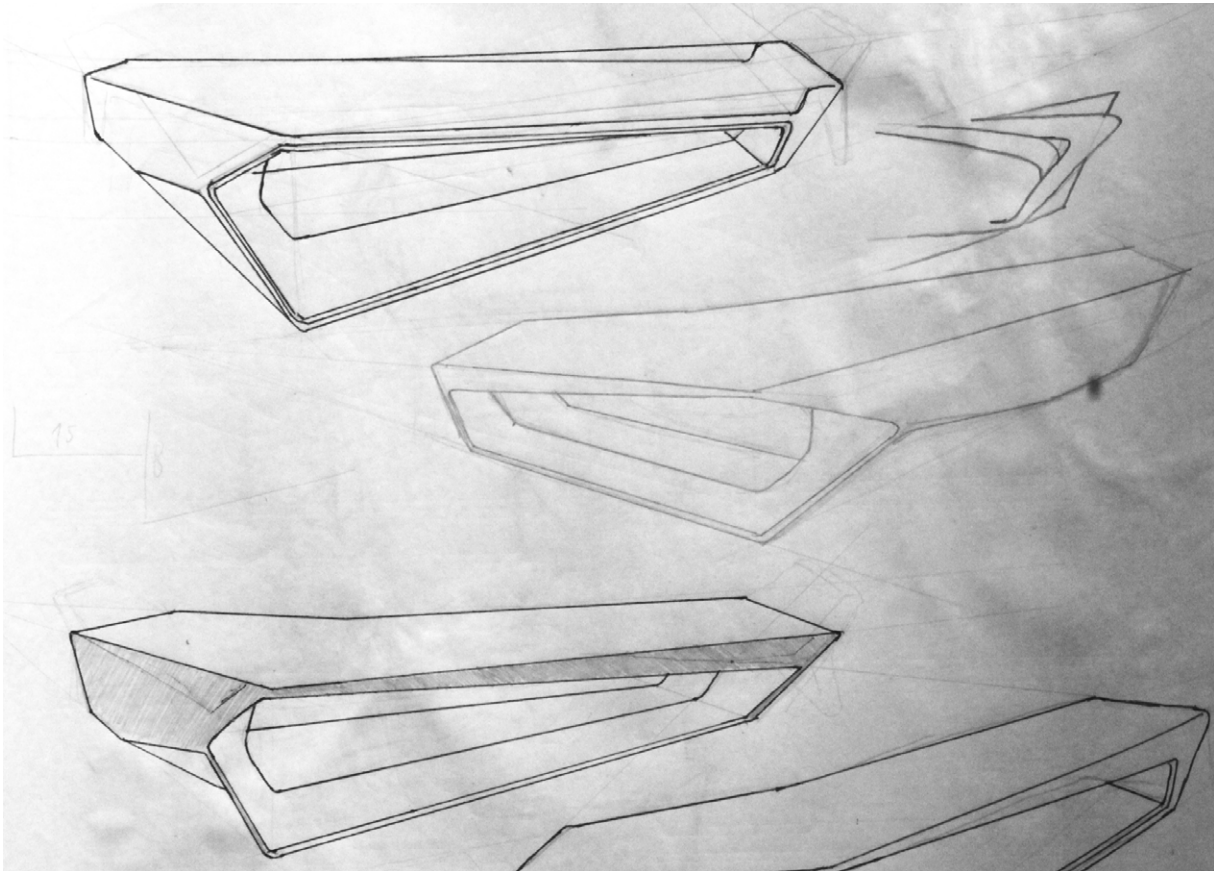
figuras 6, 8, 10 <https://portoalities.com/pt/o-jardim-dedicado-as-mulheres-do-porto/>

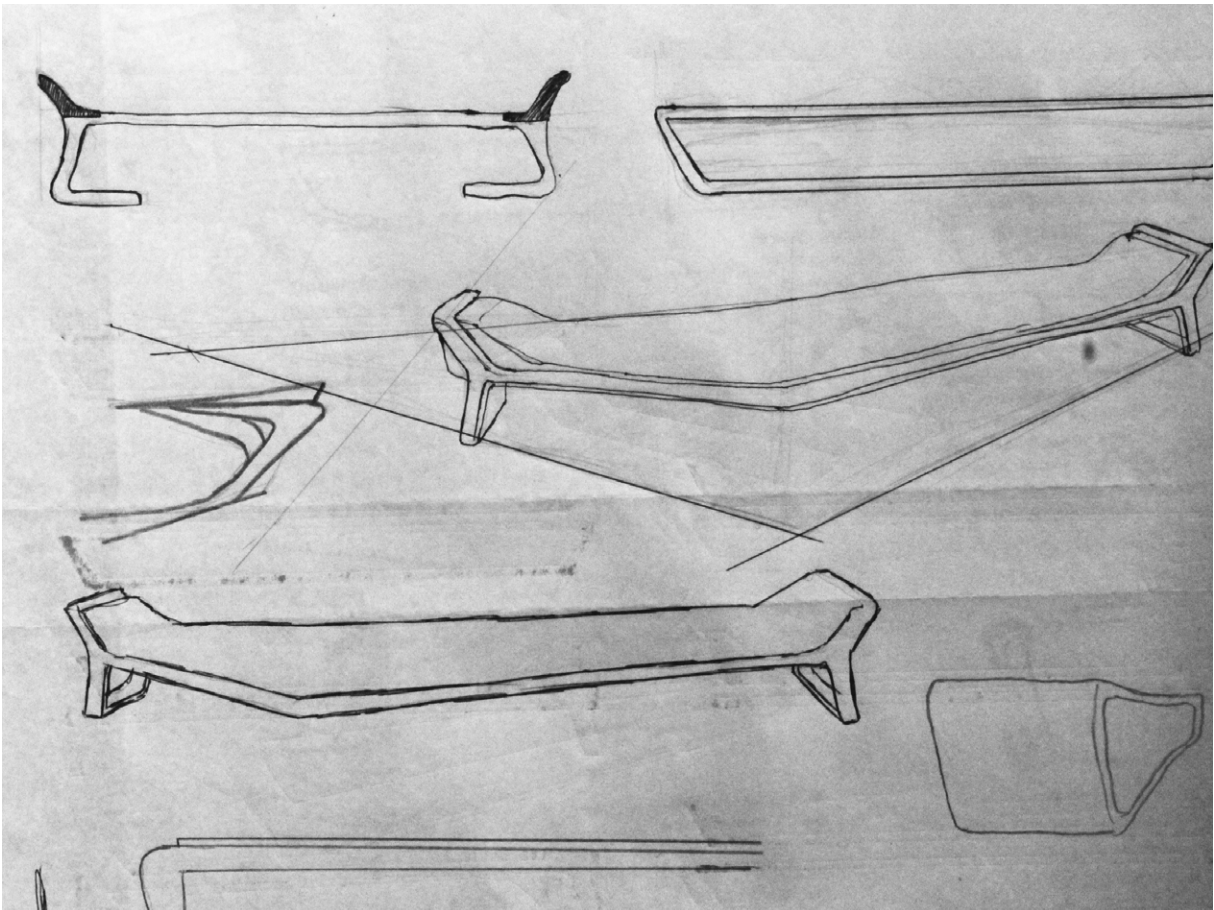
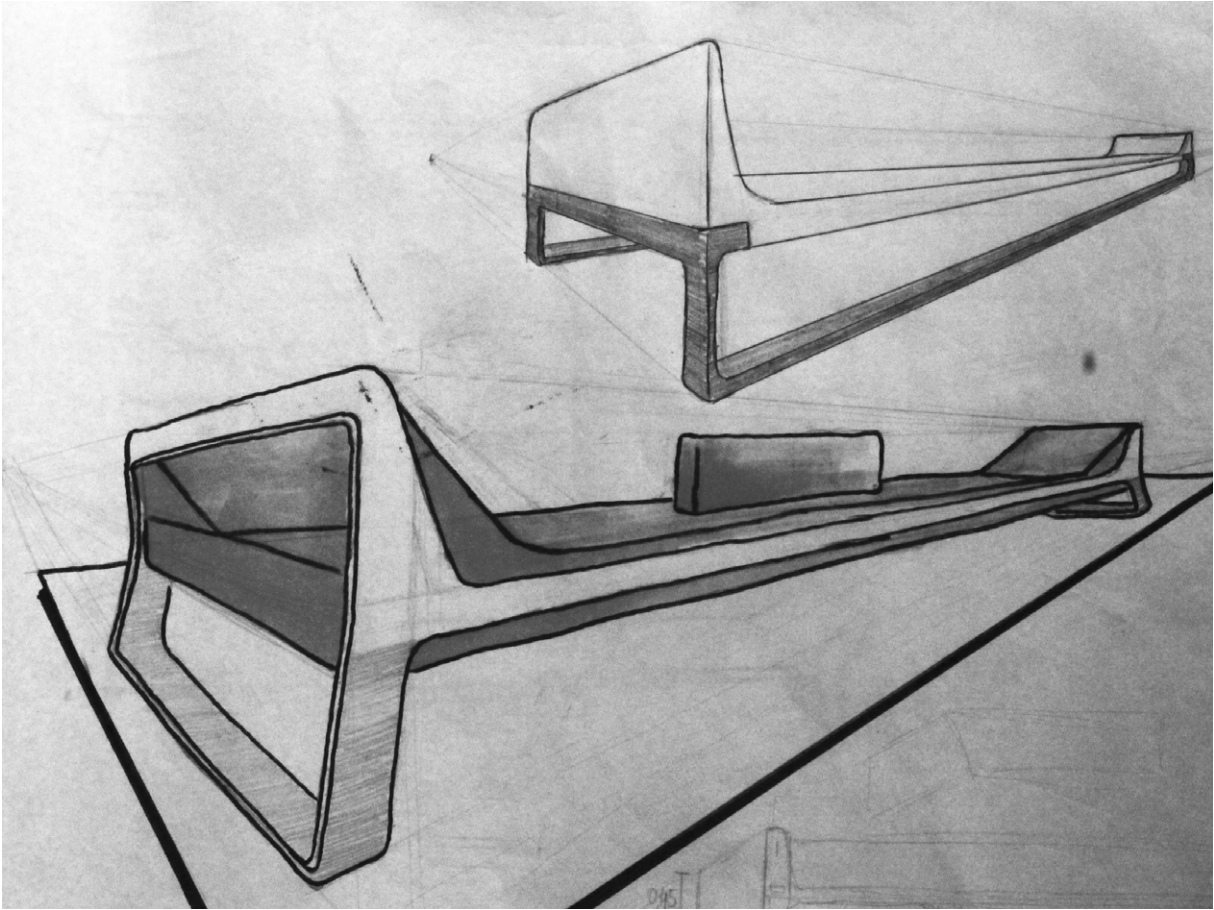
PARTE IV

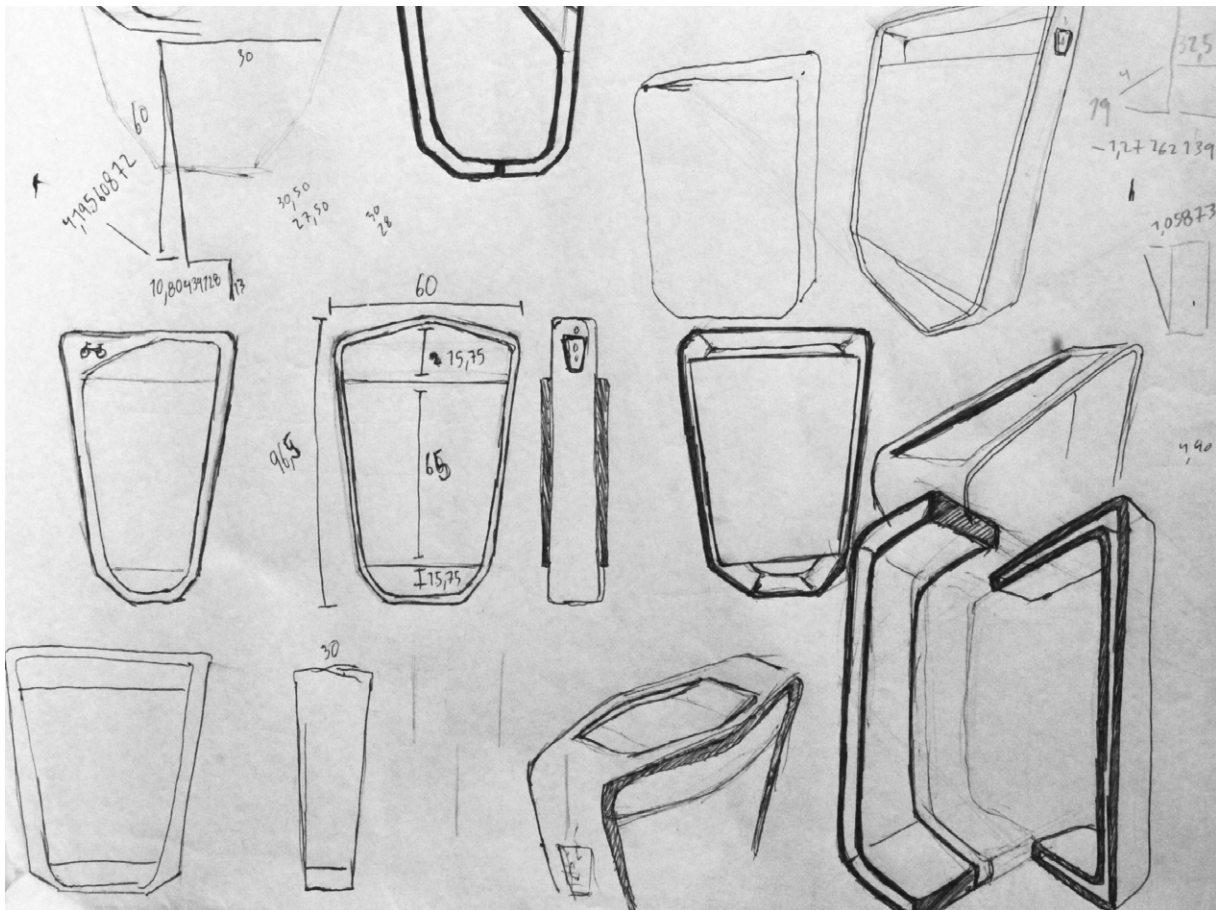
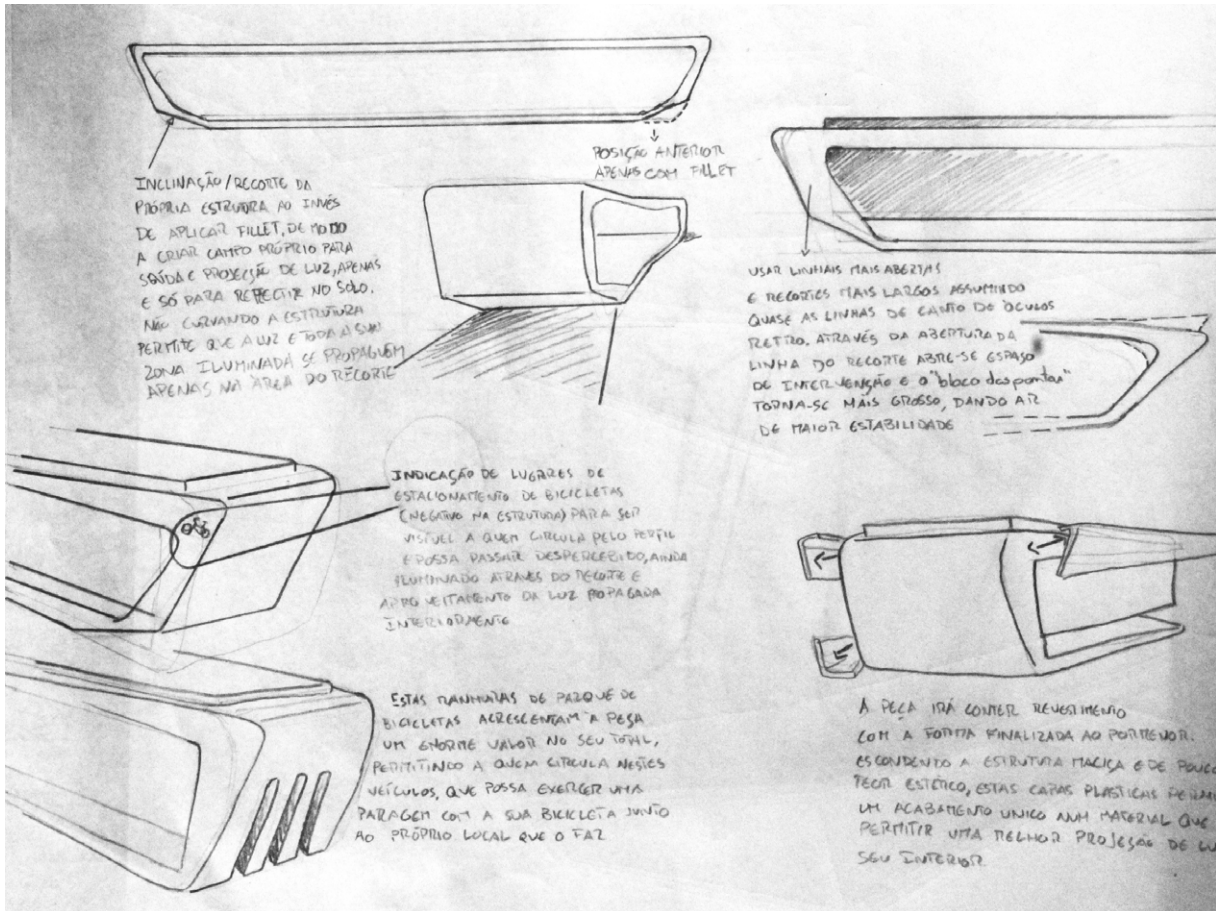
CAPÍTULO 1

1 ANEXOS DE ESBOÇOS

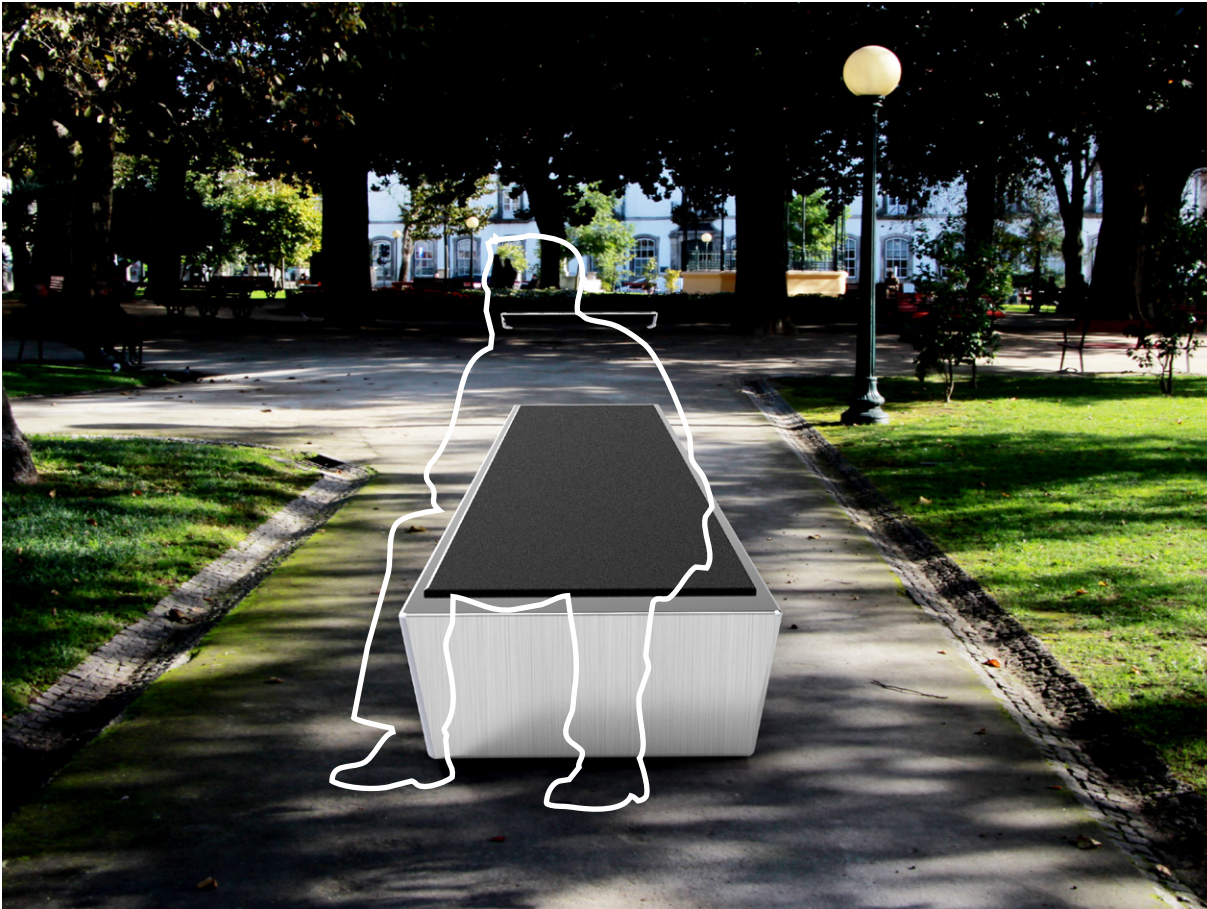








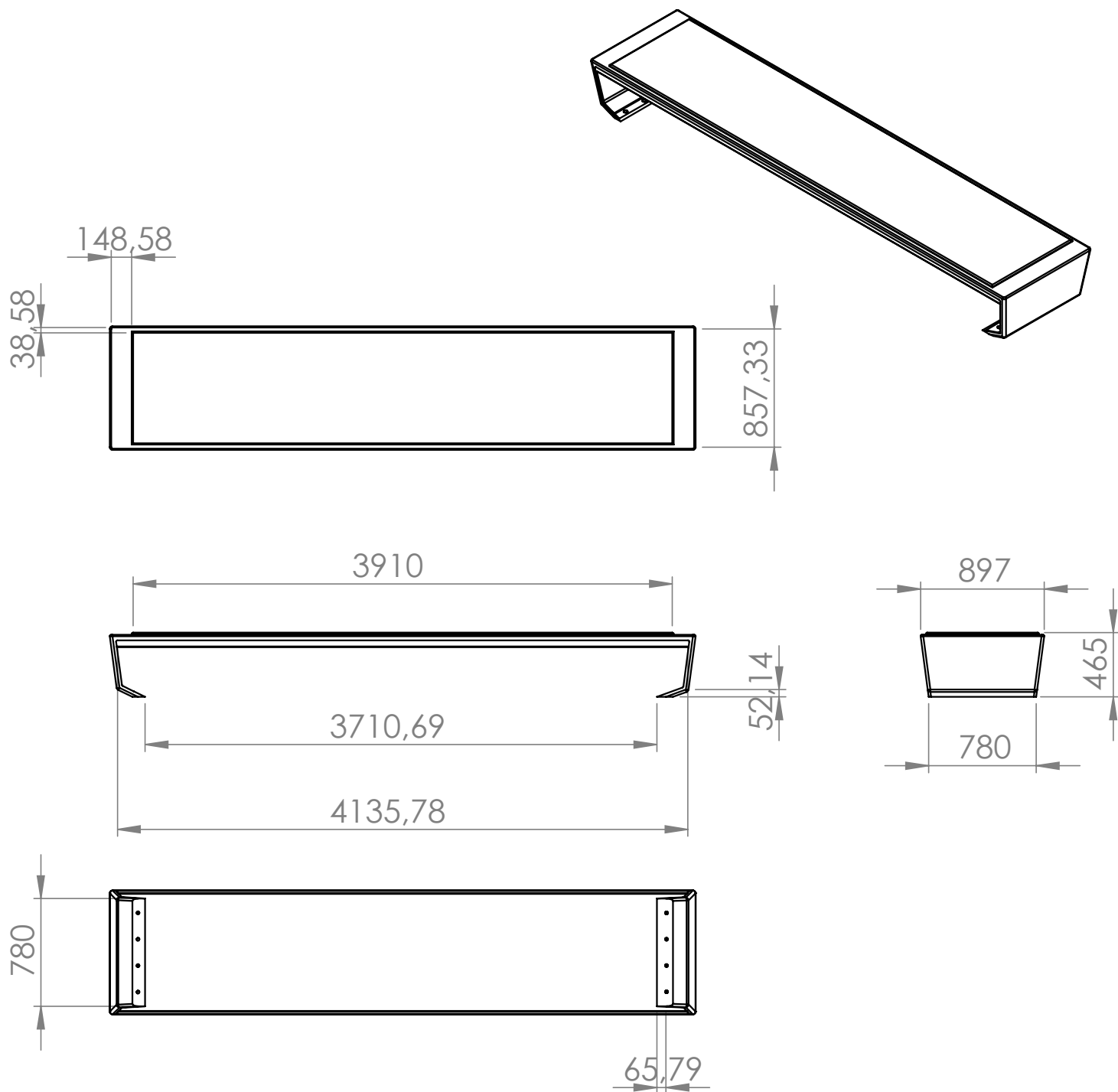
2. ANEXOS DE INSERÇÕES NO ESPAÇO



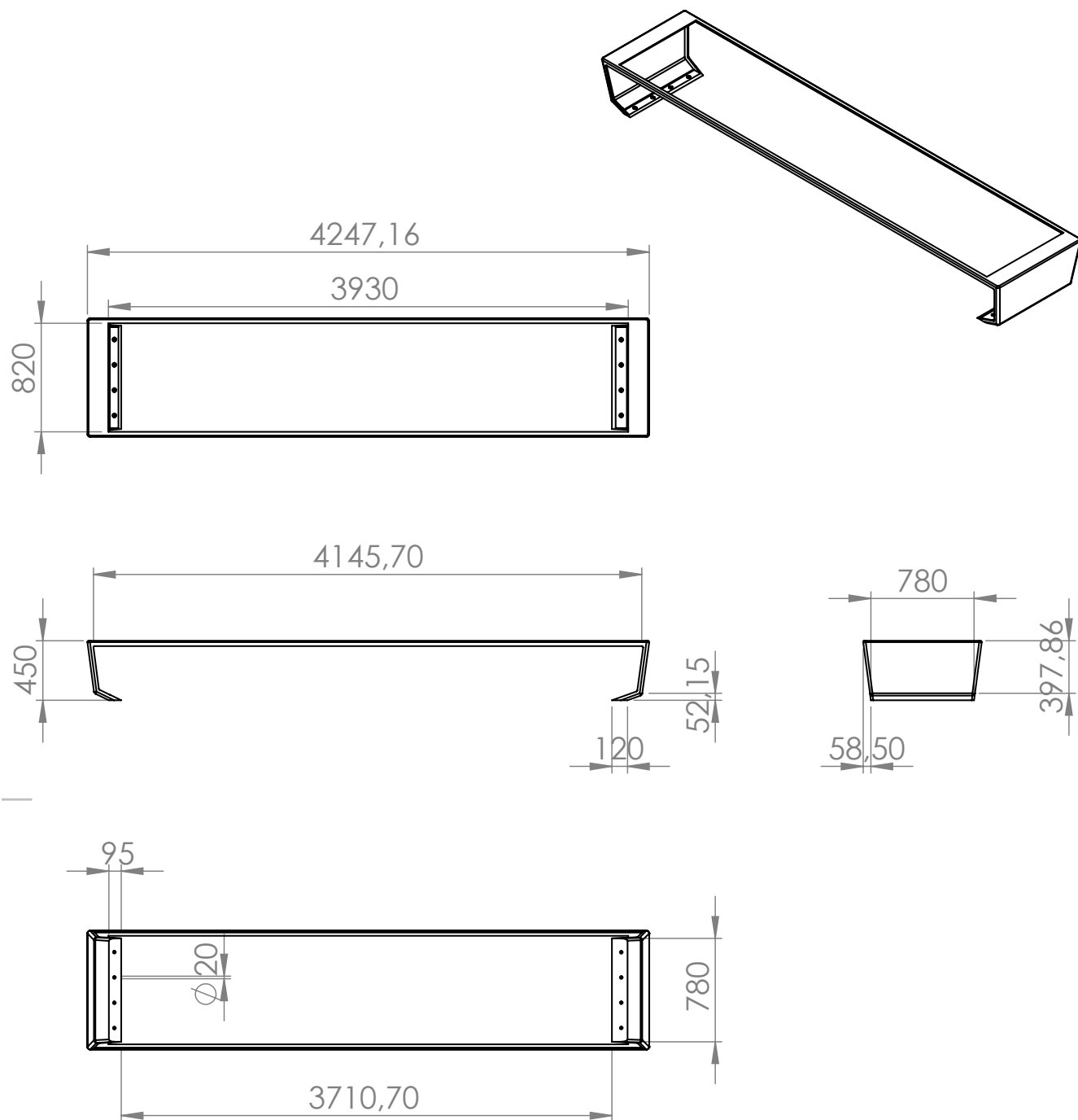




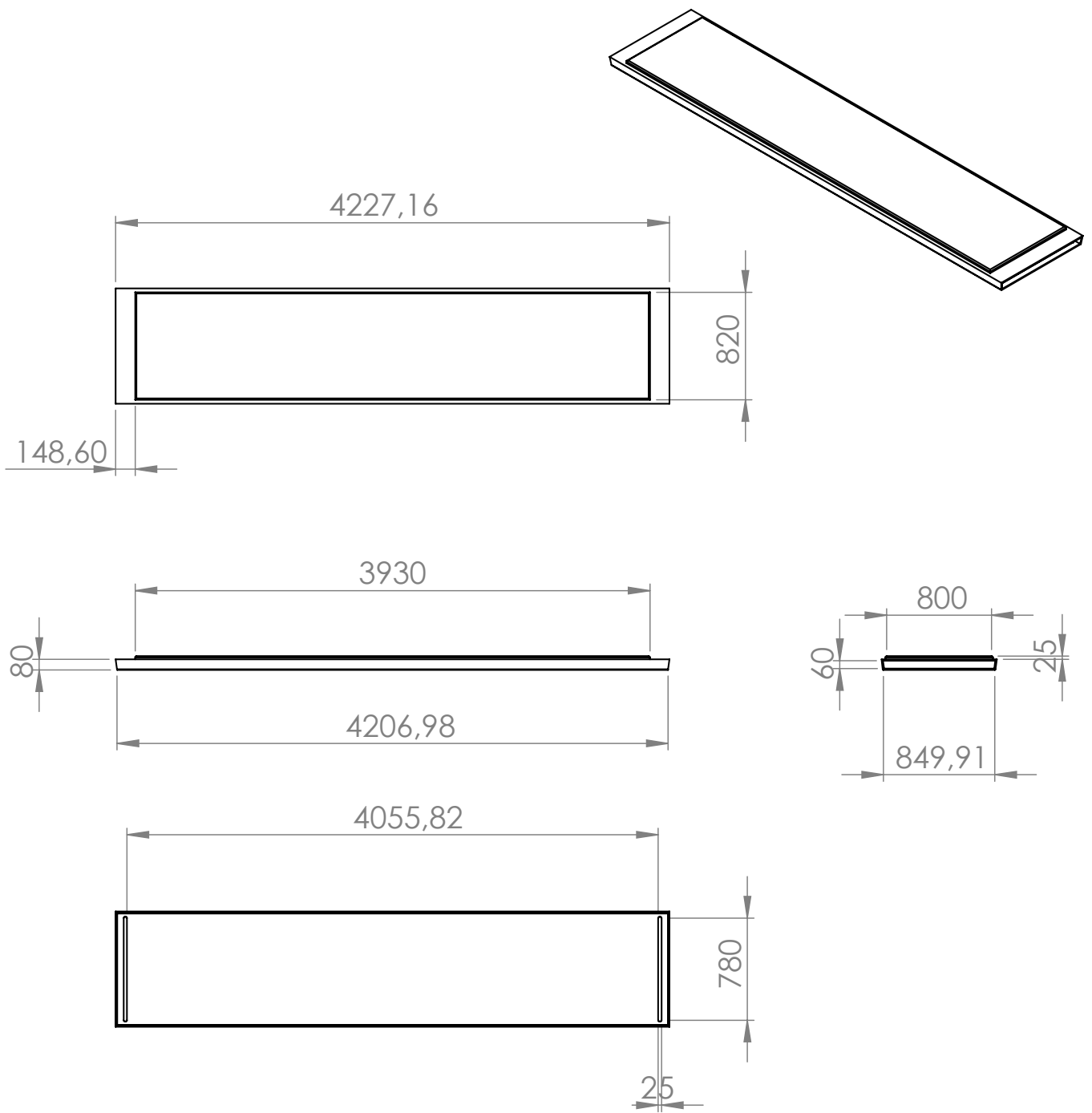
3. ANEXOS DE DESENHOS TÉCNICOS



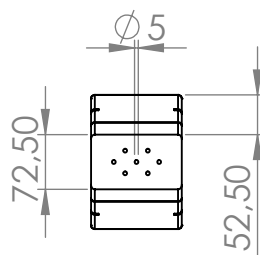
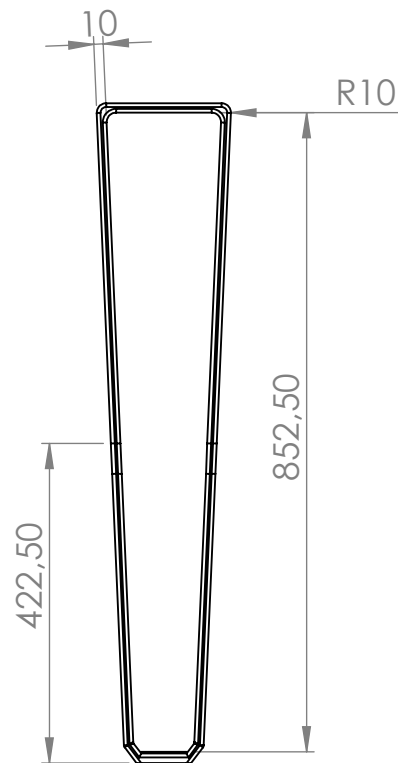
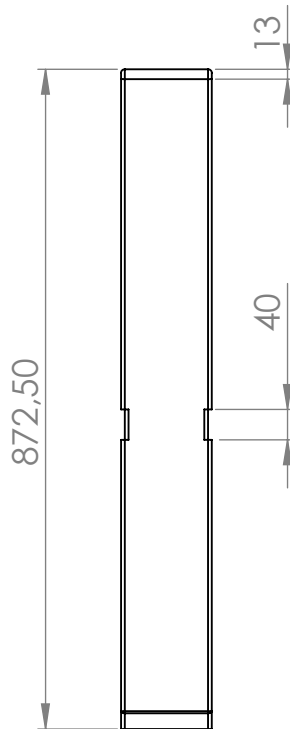
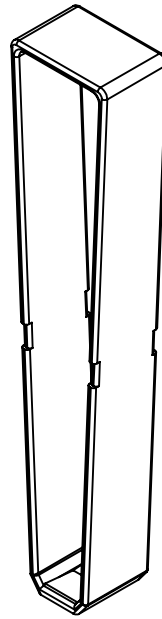
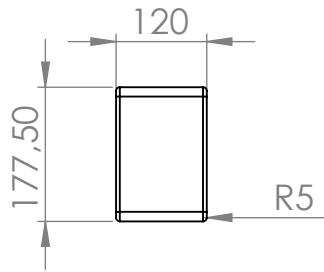
VISTA DO CONJUNTO DO BANCO PARKLIFE
ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
2017/2018



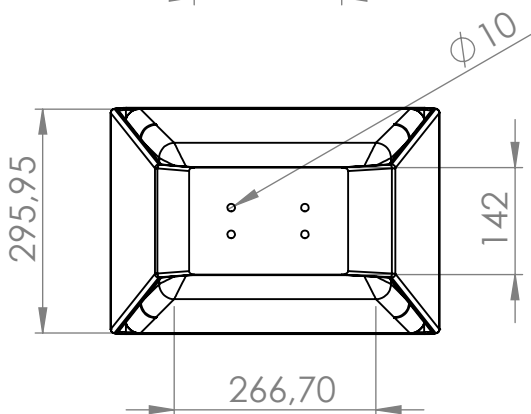
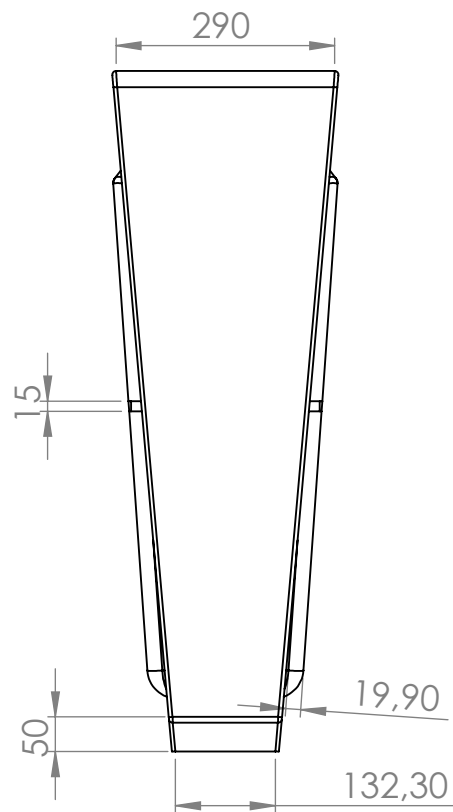
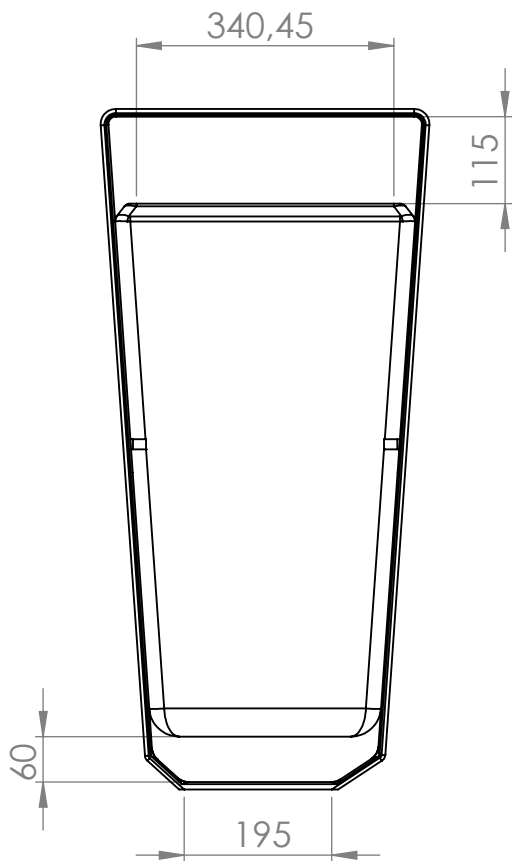
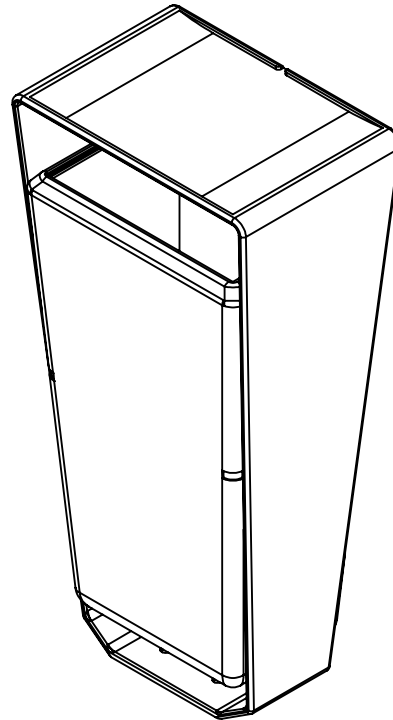
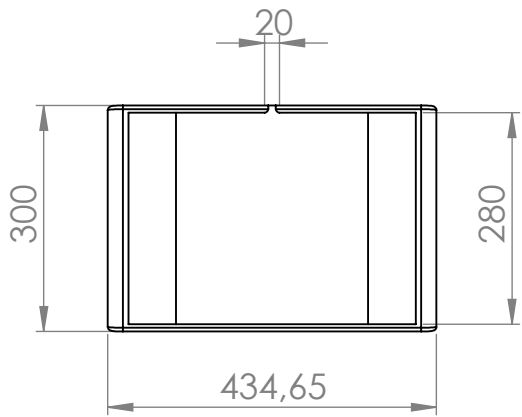
VISTA DE ESTRUTURA DO BANCO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



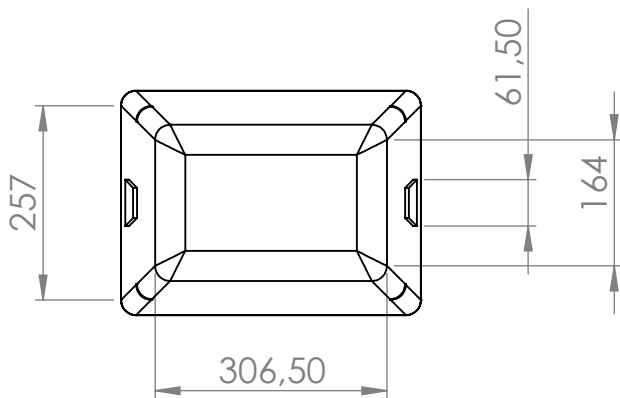
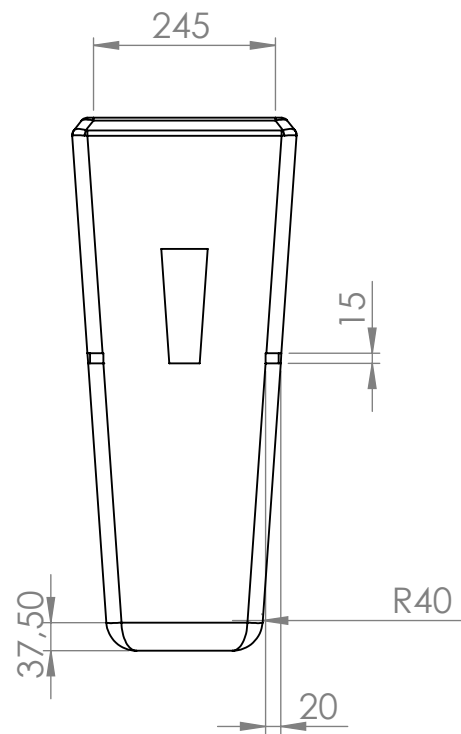
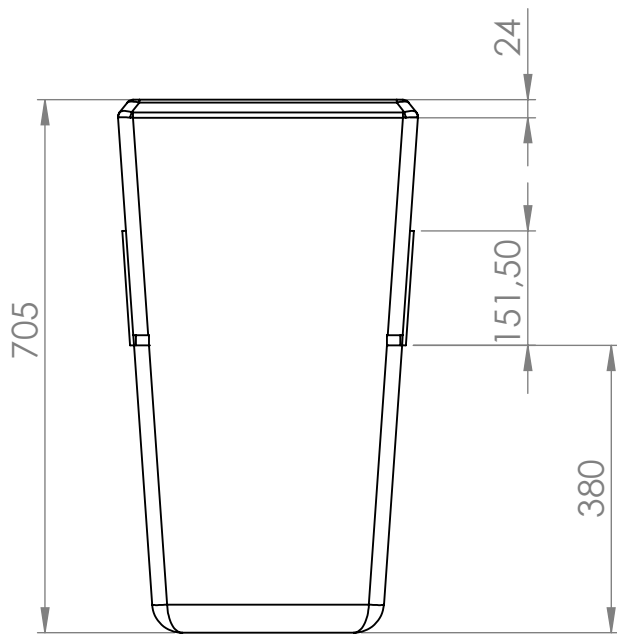
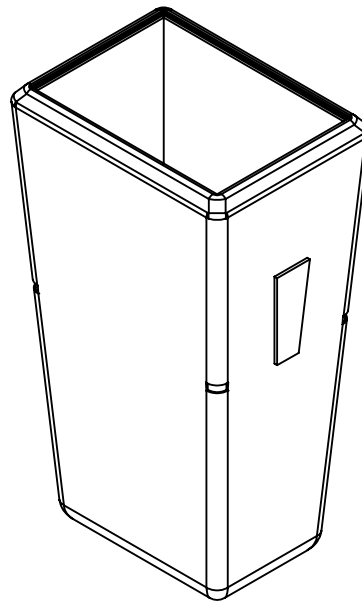
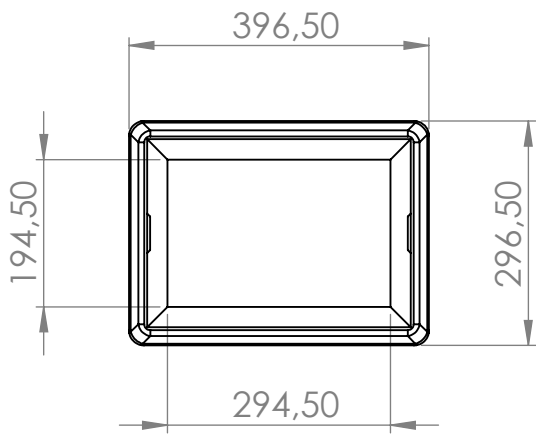
VISTA DE ESTRUTURA DO ACENTO DO BANCO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



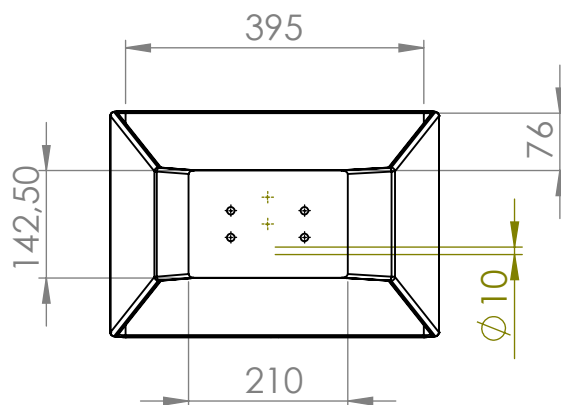
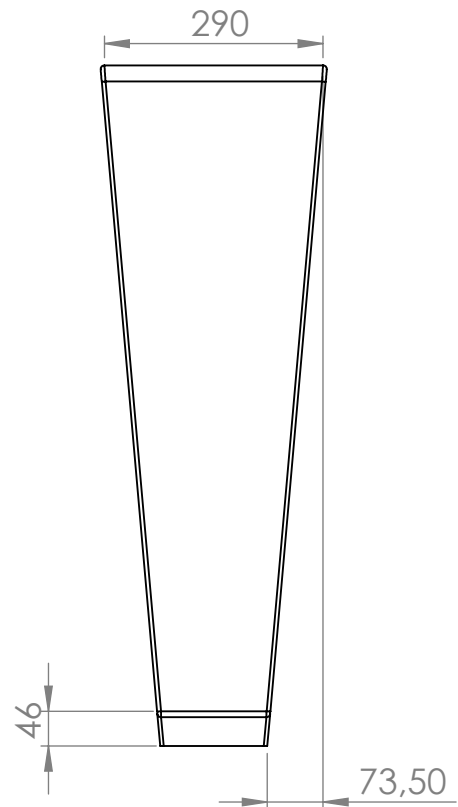
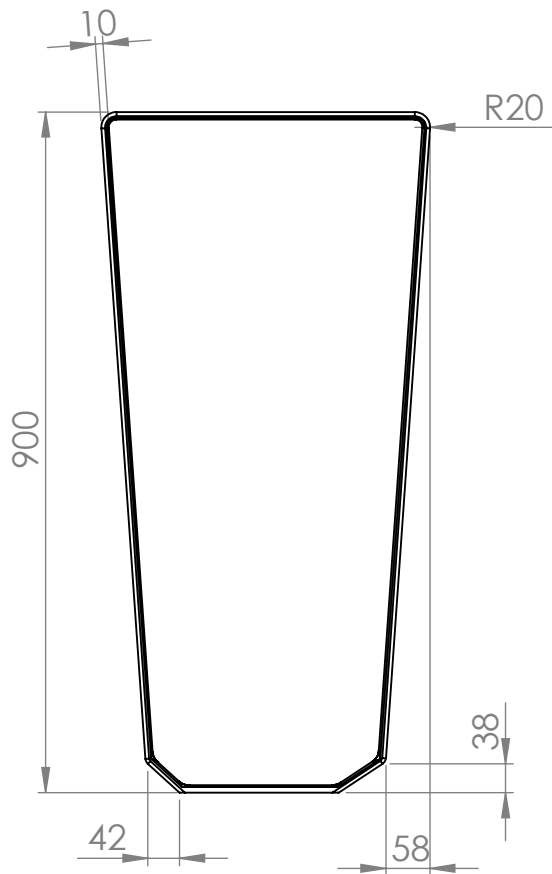
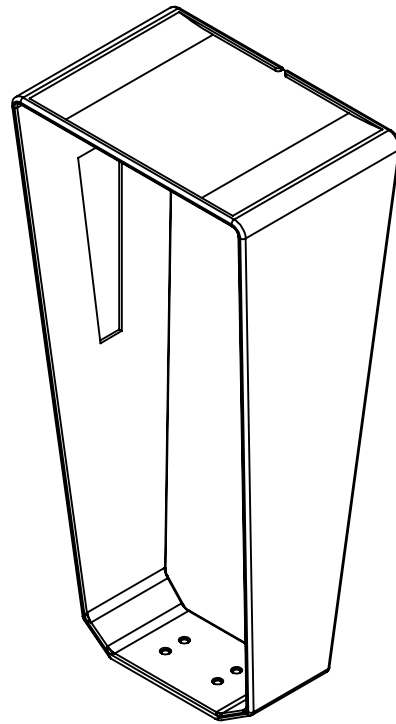
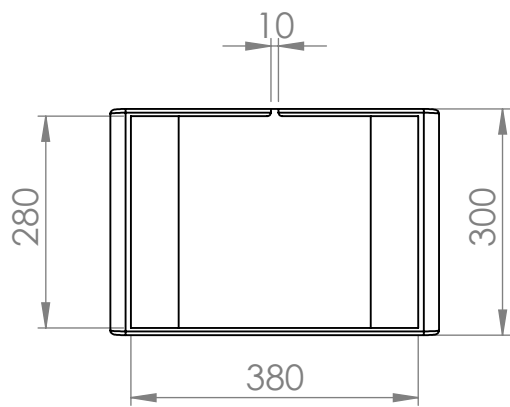
VISTA DE CONJUNTO DE PARQUE DE BICICLETAS PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



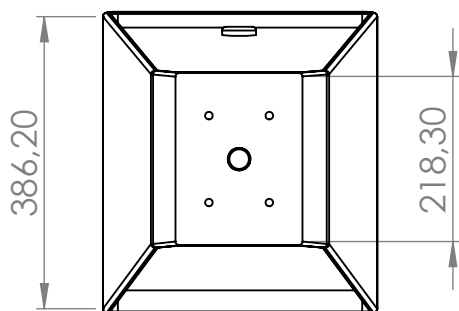
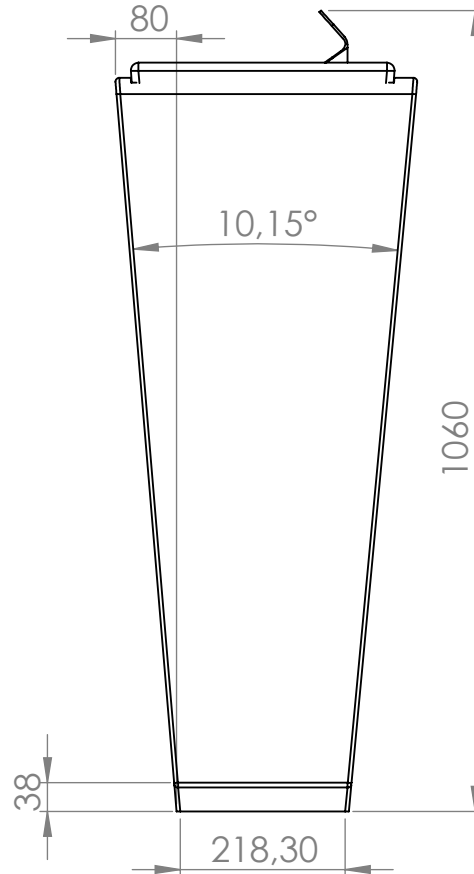
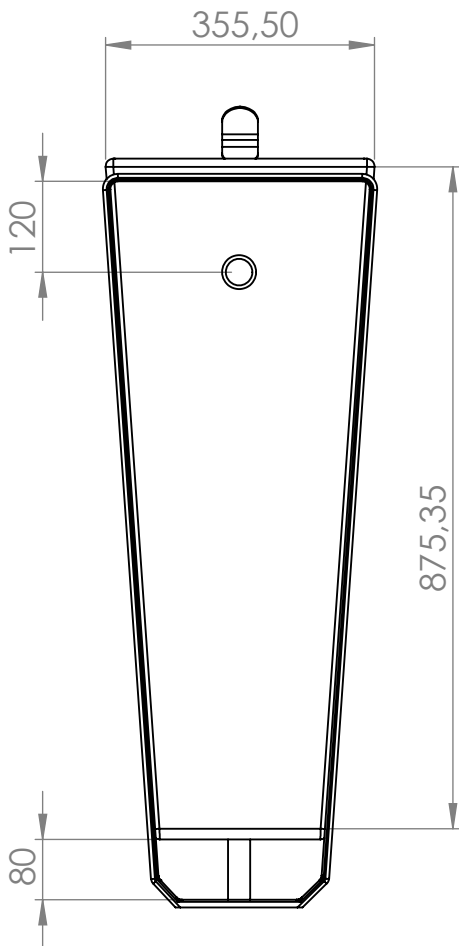
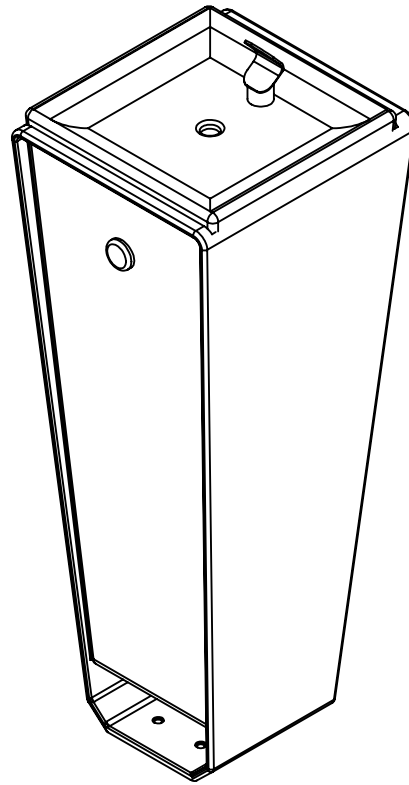
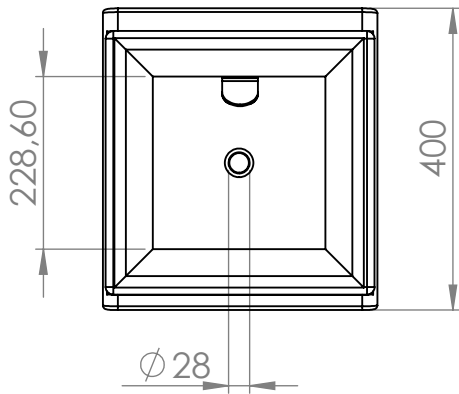
VISTA DO CONJUNTO DE PAPELEIRA PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



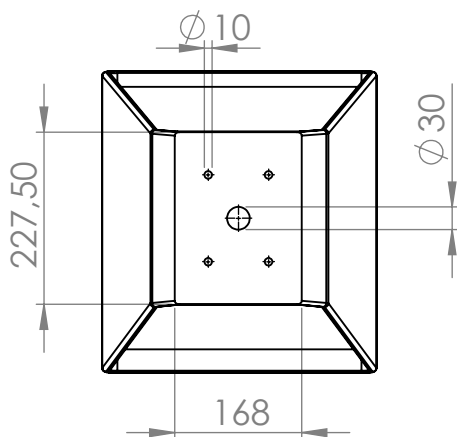
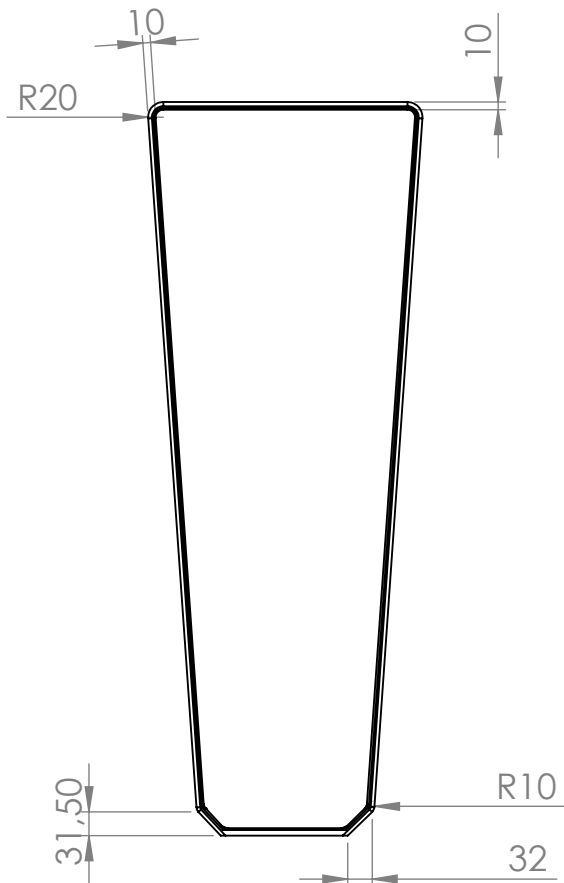
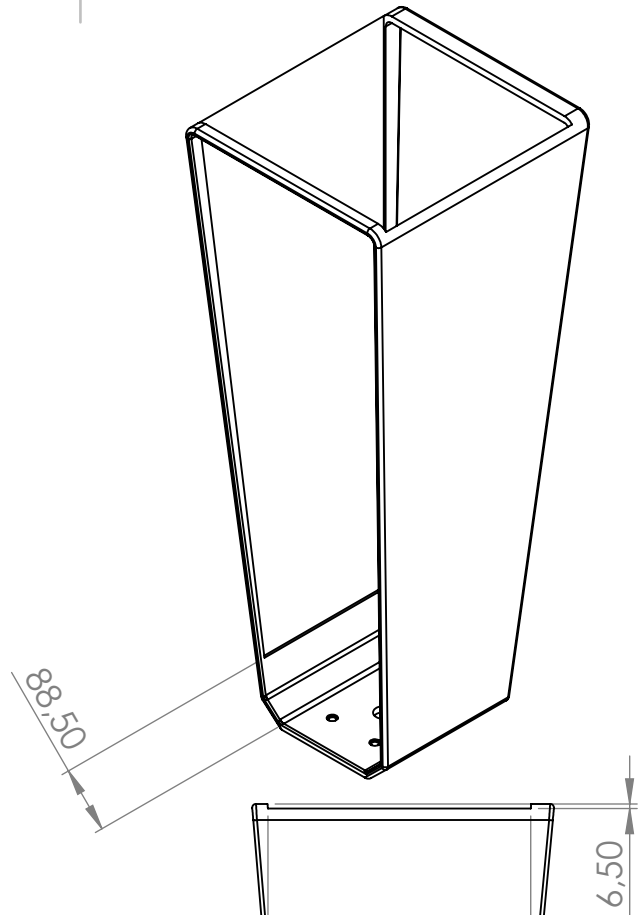
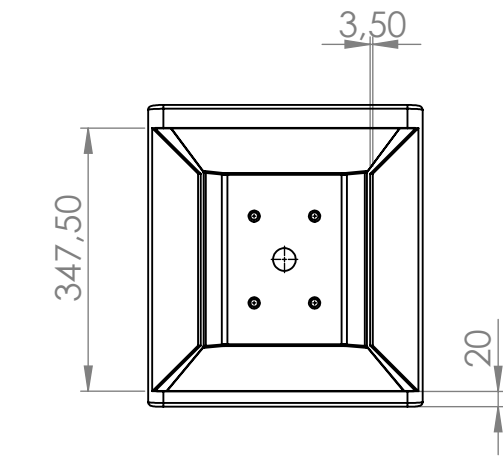
VISTA DO CONTENTOR DE LIXO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



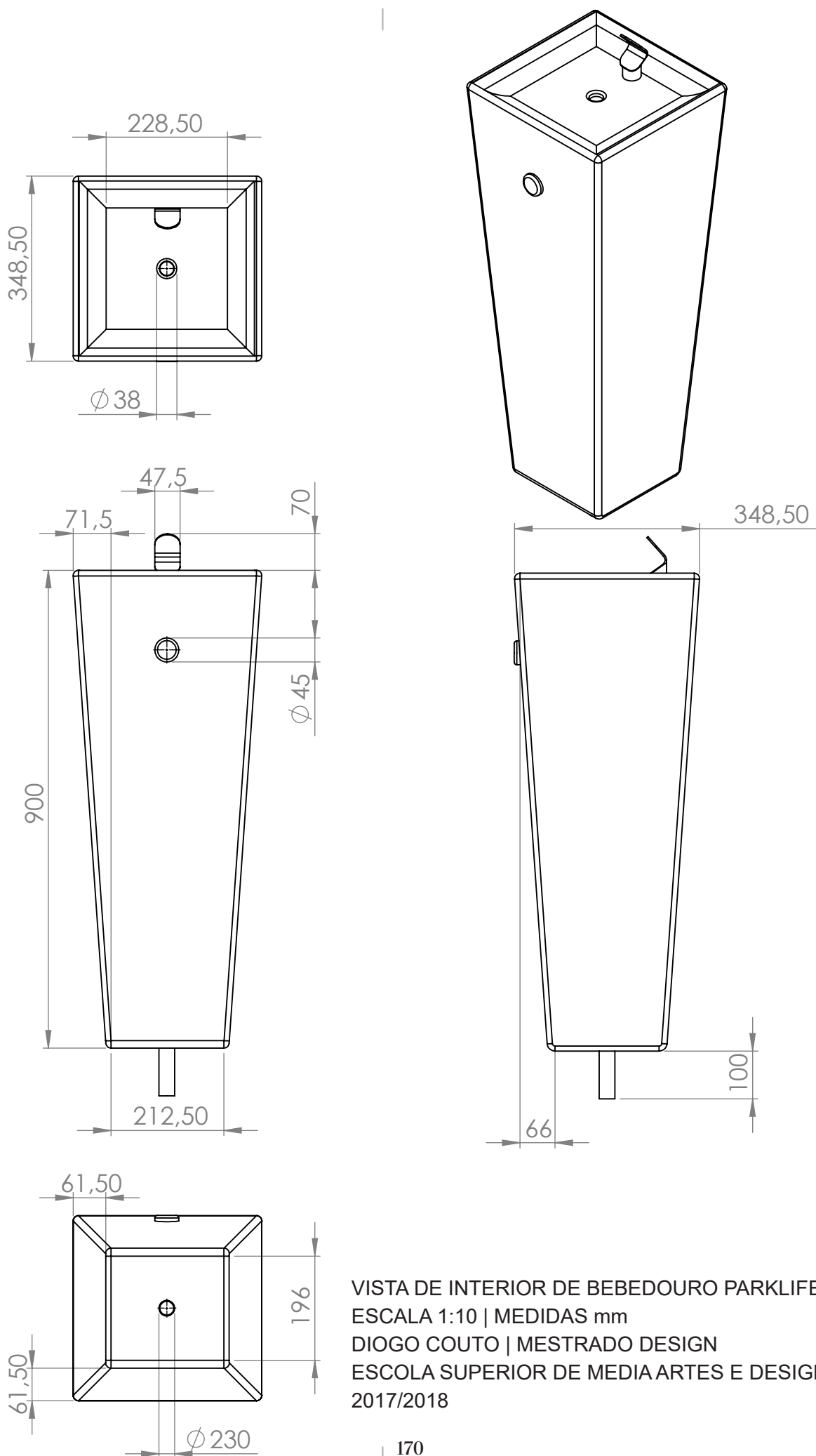
VISTA DA ESTRUTURA DE PAPELEIRA PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



VISTA DO CONJUNTO DE BEBEDOURO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



VISTA DE ESTRUTURA DE BEBEDOURO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018



VISTA DE INTERIOR DE BEBEDOURO PARKLIFE
 ESCALA 1:10 | MEDIDAS mm
 DIOGO COUTO | MESTRADO DESIGN
 ESCOLA SUPERIOR DE MEDIA ARTES E DESIGN
 2017/2018

